

Extensão Rural

ISSN Impresso: 1415-7802

ISSN Online: 2318-1796

DEAER – CCR

v.24, n.4, out./dez. 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor: Paulo Afonso Burmann

Diretor do Centro de Ciências Rurais: Irineu Zanella

Chefe do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural: Marco Antônio Verardi Fialho

Editores: Fabiano Nunes Vaz e Ezequiel Redin

Comitê Editorial

Editor: Fabiano Nunes Vaz

Coeditor: Ezequiel Redin

Editor da Área Economia e Administração Rural: Alessandro Porporatti Arbage

Editor da Área Desenvolvimento Rural: Marcos Botton Piccin

Editor da Área Sustentabilidade no Espaço Rural: José Geraldo Wizniewsky

Editor da Área Sociologia e Antropologia Rural: José Marcos Froehlich

Editor da Área Extensão e Comunicação Rural: Clayton Hillig

Bolsista: Caroline Morsch

Impressão / Acabamento: Imprensa Universitária / **Tiragem:**130 exemplares

Extensão rural. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun.1993) – Santa Maria, RS: UFSM, 1993 -

Trimestral

Vol.24, n.4 (out./dez.2017)

Revista anual até 2007, semestral a partir de 2008, quadrimestral a partir de 2013 e trimestral a partir de 2014.

Resumo em português e inglês

ISSN 1415-7802

1. Administração rural: 2. Desenvolvimento rural: 3. Economia rural: 4. Extensão rural.

CDU: 63

Ficha catalográfica elaborada por
Claudia Carmem Baggio – CRB 10/1830
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais/UFSM

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores.
Qualquer reprodução é permitida, desde que citada a fonte.

APRESENTAÇÃO

O periódico Extensão Rural é uma publicação científica desde 1993, **periodicidade trimestral**, do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER) do Centro de Ciências Rurais (CCR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às **áreas**: i) Desenvolvimento Rural, ii) Economia e Administração Rural, iii) Sociologia e Antropologia Rural, iv) Extensão e Comunicação Rural, v) Sustentabilidade no Espaço Rural. Tem como público alvo pesquisadores, acadêmicos e agentes de extensão rural, bem como realizar a difusão dos seus trabalhos à sociedade.

INDEXADORES INTERNACIONAIS

AGRIS (Internacional Information System for The Agricultural Sciences and Technology) da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations)
DIRETÓRIO LUSO-BRASILEIRO (Repositórios e Revistas de Acesso Aberto)
E-REVIST@S (Plataforma Open Access de Revistas Científicas Eletrônicas Espanholas y Latinoamericanas)
EZB Nutzeranfragen (Electronic Journals Library/Elektronische Zeitschriftenbibliothek)
GOOGLE SCHOLAR
JOURNALS FOR FREE
LATINDEX (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal)
OAJI (Open Academic Journals Index)
PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES/MEC
PORTAL SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas)
REDE CARINIANA (Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital)
ROAD (Directory of Open Access scholarly Resources)

INDEXADORES NACIONAIS

AGROBASE (Base de Dados da Agricultura Brasileira)
DIADORIM (Diretório de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras)
PORTAL LIVRE! (Portal do conhecimento nuclear)
SABIIA (Sistema Aberto e Integrado de Informação em Agricultura)
SUMÁRIOS.ORG (Sumários de Revistas Brasileiras)

Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural
Campus Universitário – Prédio 44
Santa Maria- RS - Brasil
CEP: 97.105-900
Telefones: (55) 3220 9404 / 8165 – Fax: (55) 3220 8694
E-mail: atendimento.extensao.rural@gmail.com
Web-sites:
<http://periodicos.ufsm.br/>
<http://periodicos.ufsm.br/extensaorural/>
<http://www.facebook.com/extensao.rural>
<https://www.facebook.com/extensaoruralsantamaria/>

SUMÁRIO

SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO (2004-2016) Vanessa Gleica Cantú Gris, Sandra Mara Stocker Lago, Loreni Teresinha Brandalise	7
GÊNERO E ACESSO AO CRÉDITO RURAL NA ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL MULHER FLOR DO CAMPO EM PERNAMBUCO Gerlúcio Moura Bezerra de Sousa, Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão	31
INICIATIVAS DO ESTADO E DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PNAPO E DAS PLANAPÓS Leticia Andrea Chechi	48
PRODUTIVIDADE DA CASTANHA DE CAJU NO ESTADO DO CEARÁ: UMA ANÁLISE DE CONVERGÊNCIA Otoniel Rodrigues dos Anjos Junior, Juliane da Silva Ciríaco, Márcia Cristina Silva Paixão	65
NOVOS PRODUTOS E CORTES DIFERENCIADOS: O POTENCIAL DOS PEIXES NATIVOS NOS MERCADOS DA GASTRONOMIA Diego Neves de Sousa, Hellen Cristina de Almeida Kato	86
PRODUTOR RURAL FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE A ADESÃO AOS CONTROLES DE CUSTOS NA CIDADE DE LONDRINA-PR Kelli Juliane Favato, Daniel Ramos Nogueira	102
NORMAS PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS	118

SUMMARY

FAMILY FARMING SUCCESSION: BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION SURVEY IN PUBLIC AND BUSINESS ADMINISTRATION, ACCOUNTING AND TOURISM AREA (2004-2016)

Vanessa Gleica Cantú Gris, Sandra Mara Stocker Lago, Loreni Teresinha Brandalise

7

GENDER AND ACCESS TO RURAL CREDIT IN THE ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL MULHER FLOR DO CAMPO IN PERNAMBUCO

Gerlúcio Moura Bezerra de Sousa, Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

31

THE NATIONAL ARTICULATION OF AGROECOLOGY (ANA) AND THE CONSTRUCTION OF PNAPO AND PLANAPOS: A STUDY ON THE PERMEABILITY OF THE STATE

Leticia Andrea Chechi

48

PRODUCTIVITY OF CASHEW NUT IN THE CEARÁ STATE: A CONVERGENCE ANALYSIS

Otoniel Rodrigues dos Anjos Junior, Juliane da Silva Ciríaco, Márcia Cristina Silva Paixão

65

NEW PRODUCTS AND DIFFERENTIATED CUTS: THE POTENTIAL OF NATIVE FISH IN THE GASTRONOMY MARKETS

Diego Neves de Sousa, Hellen Cristina de Almeida Kato

86

RURAL FAMILY PRODUCER: A STUDY ON THE ACCEPTANCE OF COST CONTROLS IN THE CITY OF LONDRINA-PR

Kelli Juliane Favato, Daniel Ramos Nogueira

102

STANDARDS FOR PAPER SUBMISSION

118

SUCCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO (2004-2016)

Vanessa Gleica Cantú Gris¹
Sandra Mara Stocker Lago²
Loreni Teresinha Brandalise³

RESUMO

Este estudo objetiva apresentar um levantamento da produção científica brasileira publicada em periódicos do sistema *Qualis* da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo sobre a sucessão na agricultura familiar no período de 2004 a 2016. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica tendo como base de pesquisa os periódicos avaliados no sistema *Qualis* da área, cadastrados na plataforma Sucupira da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). As buscas ocorreram no período de outubro a dezembro de 2016 e considerando os critérios de exclusão adotados foram selecionados 34 artigos que compõem a amostra desta pesquisa. Os resultados evidenciam a restrição da produção acadêmica na área e maior concentração de publicações oriundas da região sul do país. No contexto geral os estudos abordaram a renda como principal limitador da permanência do jovem no campo, além da fragilidade da infraestrutura do campo, dificuldade no acesso à educação, ausência de políticas públicas, desigualdade de gênero e visão negativa dos pais quanto ao futuro dos filhos na propriedade. Como fatores que contribuem para a sucessão na agricultura familiar percebeu-se forte influência da pluriatividade e diversificação da produção, qualificação profissional, envolvimento com as cooperativas, incentivo da família e perfil empreendedor dos jovens.

Palavras-chaves: agricultura familiar, levantamento científico, sucessão.

¹ Graduada em Secretariado Executivo (UNIOESTE). Mestrado em Administração (UNIOESTE). E-mail: vanessacantu90@hotmail.com.br.

² Graduada em Administração (UNIOESTE) e Informática (UNIOESTE). Mestrado em Engenharia de Produção (UFSC). Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE). Professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração (PPGA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: smstocker@uol.com.br.

³ Graduada em Administração (UNIOESTE). Mestrado em Engenharia de Produção (UFSC). Doutorado em Engenharia de Produção (UFSC). Professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração (PPGA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: lorenibrandalise@gmail.com.

FAMILY FARMING SUCCESSION: BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION SURVEY IN PUBLIC AND BUSINESS ADMINISTRATION, ACCOUNTING AND TOURISM AREA (2004-2016)

ABSTRACT

This study aims to present a survey of Brazilian scientific production published in scientific journals of the *Qualis* system, concerning the Public Administration and Business, Accounting and Tourism area, about family farming succession from 2004 to 2016. Therefore, a bibliographical research was performed, in which periodicals evaluated in the *Qualis* system of the area, registered in the Sucupira platform from CAPES (*Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*) were the basis of the research. The research took place from October to December 2016 and considering the exclusion criteria adopted, 34 articles were selected to constitute the sample of this research. The results show restriction of academic production on family farm succession and higher concentration of publications from the southern region of the country. Generally, it was verified that the studies indicate the income as the main limitation to keep young people in rural areas, besides the fragility of the rural infrastructure, difficulties in education access, lack of public policies, inequality of gender and negative views from parents about the future of their children in the property. As factors that contribute to family farming succession, it was noticed a strong influence of the pluriactivity and production diversification, professional qualification, involvement with the cooperatives, family incentive and young entrepreneur profile.

Keywords: family farming, scientific survey, succession.

1 INTRODUÇÃO

Frente à representatividade da agricultura familiar no contexto econômico, bem como suas características sociais peculiares, que tradicionalmente buscam manter o patrimônio familiar por diversas gerações, a preocupação com a questão sucessória dessa categoria social vem ganhando espaço no campo acadêmico.

A nova conjuntura desse modelo de produção é marcada pela migração da população rural para o meio urbano, sobretudo da população jovem, comprometendo a sucessão dos estabelecimentos rurais familiares e conseqüentemente a continuidade da agricultura familiar enquanto categoria social.

A questão sucessória e herança agrícola afetam não apenas as dimensões familiares, mas também o setor agrícola de forma abrangente, portanto, a transferência intergeracional é entendida como fundamental para a sustentabilidade e desenvolvimento da agricultura global (LEONARD et al., 2017).

O destaque que a agricultura familiar vem ganhando nas últimas décadas, principalmente no que tange ao desenvolvimento rural brasileiro, está relacionado à sua importância econômica e social, pois além de produzir alimentos básicos que abastecem a população tem grande relevância na articulação rural-urbana (COSTA, 2011).

Apesar de sua importância econômica e social, Spanevello et al. (2011) confirmam as dificuldades desse modelo de produção em garantir sua reprodução social devido ao crescente fluxo migratório dos jovens rurais para o meio urbano.

A fim de contribuir para o entendimento amplo da temática, embasado nas contribuições dos estudiosos da área, este estudo objetiva apresentar um levantamento da produção científica brasileira publicada em periódicos do sistema *Qualis* da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo sobre a sucessão na agricultura familiar no período de 2004 a 2016. Assim, define-se a seguinte questão de pesquisa: quais os principais resultados da produção científica brasileira sobre a sucessão na agricultura familiar publicada em periódicos científicos da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo no período de 2004 a 2016?

2 AGRICULTURA FAMILIAR

Agricultura familiar é o sistema de produção em que os proprietários rurais exercem a função de gerência ou administração de seus estabelecimentos e ao mesmo tempo são os próprios trabalhadores. Esse sistema de produção tem significativa importância econômica em diversas cadeias produtivas e é o maior segmento em números de estabelecimentos no país (ABRAMOVAY et al., 1998).

As propriedades agrícolas familiares brasileiras perfazem um total de 4.367.905 estabelecimentos, representando 84,4% dos estabelecimentos do país e ocupam 24,3% da área total das propriedades agropecuárias do país. A média dessas propriedades é de 18,37 hectares, enquanto que as não familiares concentram uma média de 309,18 hectares (IBGE, 2006).

Esse modelo de produção responde por aproximadamente 70% dos alimentos consumidos no país (BRASIL, 2015) e de acordo com Abramovay et al. (1998) também é responsável pela geração de empregos, preservação do meio ambiente e manutenção das relações sociais entre os indivíduos, sendo assim apontada como um capital social de grande valor ao meio rural e ao próprio desenvolvimento como um todo.

No Brasil, o debate sobre a agricultura familiar ainda é recente, Schneider e Niederle (2008) clarificam que ao se consultar a bibliografia contemporânea sobre os processos sociais rurais e agrários, verifica-se que a incorporação da expressão agricultura familiar emergiu a partir da década de 1990.

A evidência da agricultura familiar no país é associada por Spanevello (2008) com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995. Esse programa de políticas públicas específicas para os agricultores familiares, que trouxe o reconhecimento social da categoria "agricultor familiar", foi criado devido à pressão política dos sindicatos dos trabalhadores rurais e demais movimentos sociais ligados ao campo, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).

A partir desse movimento, percebeu-se a consolidação da agricultura familiar enquanto categoria, com destaque à Lei nº 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. De acordo com essa lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural, aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente, os seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Ademais, outra consideração importante sobre a década de 1990, segundo Schneider e Niederle (2008), foi o interesse da academia em investigar a agricultura familiar. Vários estudos, livros e pesquisas contribuíram para a afirmação e reconhecimento desse modelo de produção no meio acadêmico.

No contexto da sobrevivência das propriedades agrícolas familiares, os resultados que emergem de vários campos de pesquisa evidenciam estratégias sustentáveis e inovadoras orientadas à continuidade dessas unidades de produção (SUESS-REYES; FUETSCH, 2016). Contudo, Mishra, Hisham, El-Osta e Shaik (2010) afirmam que apesar do importante papel da sucessão, familiar ou não familiar, para a manutenção das propriedades agrícolas, poucos trabalhos são desenvolvidos na área.

2.1 REPRODUÇÃO SOCIAL E SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

A reprodução social é caracterizada por Almeida (1986) em ciclo curto e ciclo longo. O primeiro, combina trabalho, recursos naturais e o conhecimento tradicional, visando atender o consumo da família. Esse ciclo relaciona-se a perspectiva econômica, que preserva as famílias via trabalho e consumo. Já o ciclo longo, trata efetivamente de como as famílias se perpetuam, sua reprodução no ciclo geracional, sob a lógica de parentesco, que envolve o nascimento, casamento, morte e herança.

Na concepção de Redin (2015) a reprodução social é um processo constituído por um conjunto de práticas, utilizadas de forma planejada ou não, por um grupo ou sociedade que visa reproduzir sua própria estrutura, um processo amplo vinculado a reprodução cultural, ao *habitus* e às estratégias, que devem ser pensadas como um todo.

Para Gasson e Errington (1993) citados por Weisheimer (2009), a reprodução social nos estabelecimentos agropecuários familiares depende da formação de novas gerações de agricultores, que envolve um processo composto por três partes:

- a) sucessão profissional: que trata da passagem das responsabilidades sobre o negócio e da capacidade de utilização do patrimônio para a próxima geração, bem como a qualificação necessária para a inserção do novo agricultor no mercado;
- b) transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes: resultante do processo de sucessão patrimonial por meio da escolha de um entre os possíveis herdeiros;
- c) aposentadoria da atual geração: transferência das responsabilidades e poder para a geração seguinte, em virtude de cessar o trabalho e, conseqüentemente, o poder da geração atual.

Definido como a transferência gradual do controle da propriedade de uma geração para outra, o processo de sucessão sempre foi significativo na agricultura familiar, porém, com a evolução da realidade rural a ocorrência da sucessão

assumiu papel crucial para a manutenção dos empreendimentos dessa natureza (HUTSON, 1987).

O processo de sucessão no Brasil até meados de 1970 caracterizava-se pela tradição cultural, que priorizava o acesso à sucessão ao filho mais velho (primogenitura) ou ao mais novo (ultimogenitura ou minorato), deixando parte da família fora do processo, principalmente as filhas. O ofício de agricultor era passado de pai para filho naturalmente, com o desempenho das atividades cotidianas e as políticas públicas estavam distantes da realidade do campo (KISCHENER; KIYOTA; PERONDI, 2015).

Ainda nesse período, Woortmann (1995) elucida que em consequência da diminuição da natalidade, a prática da unigenitura foi facilitada, na qual o filho mais velho compra a parte de terra dos irmãos que irão migrar.

Com a modernização da agricultura, a integração rural-urbana e industrial-agrícola, de diferentes valores e sociabilidades, inicia-se uma nova fase no espaço rural marcada por dificuldades em garantir a sucessão familiar (KISCHENER; KIYOTA; PERONDI, 2015).

Para que seja assegurado o prosseguimento do patrimônio familiar, o que é idealizado pelos agricultores, é necessário que seus descendentes tenham como projeto de vida dar continuidade a esse segmento (COSTA, 2011). A transferência bem-sucedida do controle da propriedade é fundamental para manter a unidade de produção viável (HUTSON, 1987).

Considerando os aspectos legais da sucessão patrimonial, Costa, Bezerra e Mendonça (2012) destacam a importância de decidir antecipadamente a forma de transmissão do patrimônio para evitar possíveis conflitos entre os descendentes no momento da partilha.

Nesse contexto, Mello et al. (2003) afirmam que o processo sucessório na agricultura familiar é centrado em torno da figura paterna, que determina o momento e a maneira que serão repassadas as responsabilidades sobre a gestão do estabelecimento para a próxima geração.

Redin (2015) complementa que a sucessão no âmbito da família rural é um campo de conflitos marcado por regras e normas criadas pela família para definir o sucessor, privilegiando os herdeiros com potencial de dar continuidade à função econômica da propriedade. Diversos fatores são considerados para a escolha do sucessor como o gosto pelo trabalho, ausência de conflitos e a dedicação, contudo a redução da família e menor interesse dos filhos em candidatar-se à sucessão tem dificultado esse processo.

Além disso, as condições econômicas e sociais que os agricultores têm a oferecer a seus filhos interferem no momento da sucessão, podendo instigá-la ou rompê-la. O rompimento ocorre quando os projetos individuais dos filhos emergem sobre os dos familiares (MELLO et al., 2003).

A busca por novas atividades ocupacionais faz com que os jovens deixem a propriedade, justificando a afirmação de Abramovay et al. (1998), de que o êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar atinge as populações mais jovens com muito mais ênfase.

2.2 JUVENTUDE RURAL

A juventude, segundo Wanderley (2007), é um momento no ciclo da vida caracterizado pela transição entre a infância e a vida adulta. A demarcação dessa etapa da vida é sempre imprecisa, porém é marcada pelo fim dos estudos, início da vida profissional, saída da casa dos pais, constituição de uma família ou simplesmente caracterizada pela faixa etária.

Waiselfisz (2002) salienta que a definição de juventude pode receber várias conotações de acordo com as diversas áreas do conhecimento. O autor segue a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), a qual considera que a adolescência e a juventude se diferenciam pelas suas especificidades fisiológicas, psicológicas e sociológicas. O conceito de juventude se resume a uma categoria essencialmente sociológica, que indica o período de preparação dos indivíduos para assumir o papel de adulto na sociedade, compreendendo o contexto familiar e profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos.

Como retratada por Weisheimer (2009), a juventude é um veículo de ligação entre o passado e o futuro, já que por meio dela a sociedade se altera continuamente. No que diz respeito à atual juventude rural, é possível deduzir que a situação geracional que ela se encontra é diferente daquela de seus pais e avós, que de acordo com Matte et al. (2014), era caracterizada pela sucessão de todos os filhos na atividade agrícola.

Fischer e Burton (2014) aclaram que a socialização com a propriedade na infância é extremamente importante para o desenvolvimento de uma relação de compromisso entre o provável sucessor e o meio em que está inserido. A sucessão não é uma questão de escolha em determinado ponto crítico no ciclo de vida familiar, mas sim um processo de longo prazo de desenvolvimento e preparação do filho para assumir como o sucessor na atividade paterna.

O futuro das unidades de produção familiares está diretamente relacionado com o apego da próxima geração aos negócios familiares e sua intenção em prosseguir com o patrimônio no futuro (SUESS-REYES; FUETSCH, 2016).

No entanto, Costa (2011) relata que grande parte do cenário da agricultura familiar é representada pela juventude rural que sofre com a vulnerabilidade aos processos de mudança do cenário rural, ao estilo de vida e condições de trabalho. Esse cenário é um condicionante que muitas vezes leva essa parcela da população rural a tomar decisões que afetarão a reprodução social das famílias rurais, por meio do processo migratório, responsável por quebrar os mecanismos de hereditariedade.

Apesar de a perspectiva de manter assegurada a sucessão dos estabelecimentos familiares estar associada às características familiares internas (processo ensino-aprendizagem no trabalho familiar e internalização da moral e valores), ela também depende das condições do meio rural, de sua proximidade geográfica, econômica e social com as cidades. Esses fatores podem influenciar na decisão do jovem rural em suceder ou não a atividade paterna (SPANEVERELLO, 2008).

3 METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2008), é desenvolvida a partir de materiais já elaborados. Apesar da maioria dos trabalhos exigirem pesquisa dessa natureza, existem pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas, como neste caso. Esse tipo de pesquisa destaca-se por permitir ao investigador acesso à uma vasta série de fenômenos que dificilmente seria possível por meio da coleta direta em campo.

Os artigos que compuseram a amostra deste estudo foram selecionados por meio de busca individual em periódicos classificados no sistema *Qualis* cadastrados na plataforma Sucupira da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. As buscas ocorreram no período de outubro a dezembro de 2016. Inicialmente foram identificados os periódicos com qualificação A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, totalizando 1024 periódicos. Desses, foram excluídos

da amostra os periódicos internacionais e com o escopo não relacionado às áreas abrangentes à administração, que resultou em uma amostra prévia de 334 periódicos.

A pesquisa foi realizada individualmente no portal de cada periódico selecionado, por meio de seus campos de ferramentas de busca. No entanto, 38 periódicos (33 classificados como B4 e 5 como B5 no sistema *WebQualis*), não apresentaram campo de pesquisa em seu portal, sendo, portanto, excluídos. Dessa forma, os artigos selecionados nesta pesquisa se originaram de 296 periódicos pesquisados.

Para busca nas publicações foram utilizadas cinco palavras-chaves pesquisadas individualmente: sucessão agricultura familiar, sucessão geracional, reprodução social, juventude rural e jovens rurais, que resultaram em 2183 artigos. A princípio adotou-se como critério de exclusão os artigos com o título fora do contexto pesquisado e delimitou-se o período de publicação a partir do ano de 2004, resultando em 64 artigos previamente selecionados.

Realizada a leitura do resumo, foram descartados mais 30 artigos que abordaram como tema central especificamente: reforma agrária, assentamentos, campesinato, educação no campo, PRONAF, contexto geral da agricultura familiar, ruralidade e desenvolvimento, dentre outros. A partir da leitura completa dos artigos restantes foram selecionados 34 artigos que compõem a amostra deste estudo.

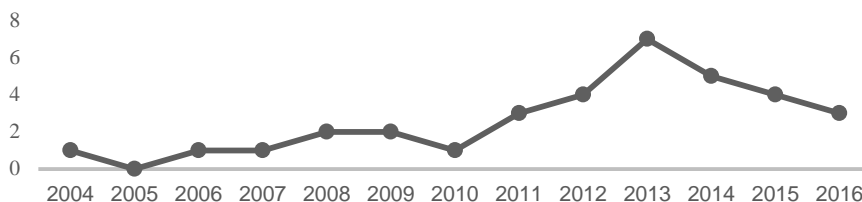
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A produção científica brasileira acerca dos temas que envolvem a sucessão na agricultura familiar é ainda pouco explorada. Com base nos dados quantitativos apurados no período de 2004 a 2016 foram selecionados 34 artigos sobre o tema. Tal resultado pode estar relacionado ao fato dos estudos sobre a agricultura familiar serem recentes, visto que a incorporação da expressão agricultura familiar emergiu a partir da década de 1990 como retratado por Schneider e Niederle (2008).

Além do tema central 'agricultura familiar' ter sido evidenciado há menos de três décadas, vale considerar que a preocupação com a dinâmica sucessória emergiu, segundo Matte et al. (2014), com o declínio da população rural brasileira nos últimos anos, marcado pelo fluxo migratório para o meio urbano, principalmente juvenil. Tal fenômeno é resultado do rompimento do compromisso moral de seguir a profissão agrícola presente nas gerações passadas, que aparece cada vez mais como uma escolha, dentre outras possibilidades profissionais (ABRAMOVAY et al., 1998).

Esses fatos justificam a maior concentração de publicações a partir do ano de 2011, sendo 2013 o pico de publicações da área, com 8 artigos, conforme Figura 1.

Figura 1 – Produção científica acerca da sucessão na agricultura familiar entre 2004 e 2016

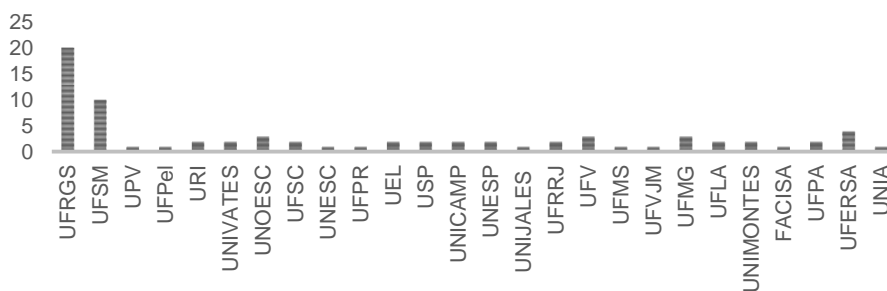


Fonte: Elaborado pelas autoras.

Apenas 7 publicações foram escritas individualmente. Dessa forma, para os 34 artigos selecionados, identificou-se 74 autores. Desses, apenas 5 autores tiveram mais de uma publicação, especificamente 2 artigos cada, todos em parceria com outros autores.

Quanto à instituição de origem, evidenciam-se as universidades localizadas na região sul do país, as quais possuem vínculo com 60,81% dos autores encontrados na pesquisa. Dentre os estados da região sul, destaca-se o Rio Grande do Sul, já que 48,64% dos autores possuem vínculo com as instituições dessa localidade, principalmente vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, representada por 20 autores, conforme se apresenta na Figura 2.

Figura 2 - Produção científica em sucessão na agricultura familiar por instituição de origem dos autores



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os periódicos Campo-território: Revista de Geografia Agrária, Extensão Rural e Estudos Sociedade e Agricultura, foram os que se destacaram no quesito quantidade de publicações no período analisado, com 3 artigos cada, conforme apresentado na Figura 3.

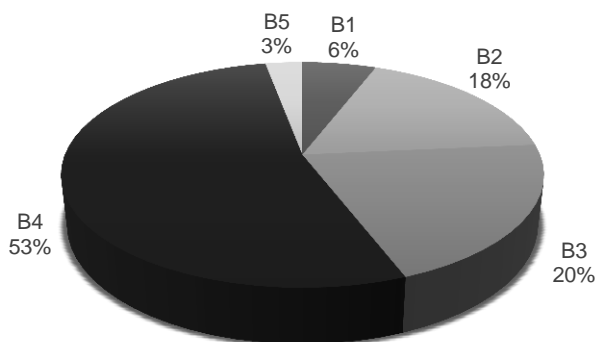
Figura 3 – Produção científica em sucessão da agricultura familiar por periódico



Fonte: Elaborado pelas autoras

Quanto à classificação desses periódicos no sistema *Qualis* da Capes, a maior concentração de publicações está em revistas classificadas no *Qualis* B4. Não foram encontrados artigos em periódicos A1 ou A2.

Figura 4 – Publicações por classificação de periódicos web *qualis*



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Após a análise de alguns dados quantitativos, os artigos foram classificados em três principais grupos temáticos: sucessão na agricultura familiar, reprodução social e juventude rural.

4.1 PERFIL METODOLÓGICO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ACERCA DA SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR E CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

Esta seção sistematiza e categoriza os artigos selecionados em quadros segundo seu perfil metodológico e tema central. A classificação metodológica foi embasada no estudo de Tonelli et al. (2003), que utilizaram as indicações de Machado-da-Silva, Cunha e Amboni (1990) Creswell (1998), Eisenhardt (1989), Alvesson e Sköldberg (2000) e Denzin e Lincoln (1994) para fundamentar sua classificação metodológica em:

- a) artigos empíricos: não apresentam fundamentação teórica específica, concentram-se em observação e análise dos dados;
- b) artigos teóricos-empíricos: apresentam referências teóricas que são confirmadas ou refutadas através da comparação com os dados coletados;
- c) artigos teóricos: limitam-se a conceitos, proposições, identificação de variáveis, construção ou reconstrução de modelos, que não envolve teste empírico.

Com relação aos trabalhos que abordaram como tema central a sucessão na agricultura familiar, o Quadro 1 apresenta as principais contribuições dessas pesquisas e seu perfil metodológico.

Quadro 1 - Artigos identificados no tema central sucessão na agricultura familiar

Pesquisa	Contribuição para o campo de investigação	Perfil metodológico
Oliveria e Schneider (2009)	Indicam que a agroecologia e a diversificação das atividades decorrentes dela cria novas condições para a manutenção de mais pessoas vivendo e trabalhando nas propriedades agrícolas, inclusive os jovens.	Teórico-empírico
Chemin e Alhert (2010)	Analisa o processo de transferência dos bens patrimoniais de propriedades rurais da agricultura familiar e apresentam ações preventivas a fim de minimizar os problemas e conflitos que emergem na sucessão.	Teórico-empírico
Silva e Wizniewsky (2011)	Apresentam a pluriatividade, exemplificada pelo artesanato como uma nova atividade desenvolvida no campo independente do setor agrícola, como uma estratégia de permanência dos agricultores em suas terras.	Teórico-empírico
Costa e Ralish (2013)	Identificam que o abandono do campo não é o desejo dos jovens e sim uma necessidade. A saída do campo muitas vezes é incentivada pelos pais. A limitação da renda justifica a migração para o meio urbano.	Teórico-empírico
Mendonça, Ribeiro, Galizoni e Augusto (2013)	Identificam mudanças nos padrões sucessórios de duas gerações de agricultores, no que tange aos níveis de escolaridade e na dinâmica tradicional de capacitação de jovens, que influencia nos percursos e inserção dos migrantes no mercado de trabalho.	Teórico-empírico
Winck, Pasqua, Fischer e Gianezini (2013)	Consideram a busca por uma vida mais estável, com salários fixos, direitos trabalhistas e com descanso nos finais de semana como fatores que estimulam o desligamento do jovem ao meio rural. Os jovens que permanecem na atividade agrícola, geralmente são filhos de produtores rurais com maior poder aquisitivo.	Teórico-empírico
Franzen (2014)	Indica que a divisão de pequenos lotes de terras entre os numerosos filhos, em meados da década de 1950, estimulou a migração para outras regiões e incitou a criação de novas perspectivas econômicas para as gerações vindouras.	Teórico-empírico
Facioni e Pereira (2015)	Avaliam a importância da renda agrícola e tempo dos assentados no meio rural no processo sucessório, concluindo que quanto menor a renda mais se agrava o processo de sucessão e quanto maior o tempo no meio rural, maior será a escolha pela sucessão	Teórico-empírico
Hillesheim e Vizzotto (2015)	Apresentam a pedagogia da alternância como uma possibilidade para o jovem rural permanecer no campo e desenvolver o meio no qual está inserido, por meio de alternativas que viabilizem a pequena unidade de produção familiar a fim de criar a possibilidade de sucessão no campo.	Teórico-empírico
Matte, Spanevello e Andreatta. (2015)	Evidenciam o afastamento dos filhos das atividades da propriedade e ausência desses na tomada de decisões e na administração dos negócios como fatores que não os estimulam a ver a vida no meio rural como viável e sustentável.	Teórico-empírico
Pereira, Reis e Oliveira (2012)	Discorrem sobre a igualdade de gênero, ressaltando que embora as mulheres passem a receber parcela de terra como herança, essa área se mantém sob domínio do marido.	Teórico
Savian (2014)	Considera a renda como fator de grande influência na decisão de ficar ou partir. Apesar da relevância desse fator, a hierarquia doméstica, valorização do urbano, questões de gênero e outros fatores contribuem para a tomada de decisão.	Teórico

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O perfil metodológico teórico-empírico prevalece nesse grupo, representado por 83,33% das pesquisas, os demais estudos caracterizam-se como teóricos. Apesar de todas as pesquisas denotadas no quadro apresentarem resultados importantes para estudo do tema, serão discutidos alguns resultados de estudos que contribuem para o entendimento da temática no contexto geral. Dentre as contribuições dos estudos, o fator renda é destacado como um dos principais motivos que comprometem a sucessão da atividade agrícola familiar.

Em sua pesquisa, Costa e Ralish (2013) levantaram a hipótese de que o desejo dos jovens em abandonar o assentamento Florestan Fernandes no Município de Florestópolis - PR estava relacionado à atração pela vida urbana e suas comodidades. No entanto, a hipótese não foi confirmada, os pesquisadores comprovaram que a limitação da renda obtida na propriedade provoca o abandono do campo em busca da independência financeira, restando uma população rural envelhecida. Dessa forma, a saída do campo não é vista como um desejo, e sim, uma necessidade.

O acesso à educação no campo é dificultado em virtude da falta de oportunidade ou da necessidade de locomoção para as cidades, que muitas vezes se torna inviável devido às obrigações com o trabalho na propriedade (HILLESHEIM; VIZZOTTO, 2015).

Considerando essa realidade do acesso à educação no campo, Hillesheim e Vizzotto (2015) estudaram a contribuição da pedagogia da alternância, uma proposta de ensino em que os jovens passam um período de internato na escola e outro na propriedade familiar, para a sucessão da agricultura familiar. O objetivo dessa modalidade de ensino, além da formação integral, é mostrar oportunidades para que o jovem desenvolva o conhecimento adquirido na escola em sua propriedade, visando a melhoria da renda e qualidade de vida da família.

A qualificação, além de aprimorar o desenvolvimento das atividades já realizadas na propriedade, vislumbra a oportunidade de empreender novos negócios, promovendo a diversificação na agricultura familiar ou a pluriatividade, apontadas por Oliveira e Schneider (2009) e Silva e Wizniewsky (2011) como importantes estratégias de aumento de renda que motivam a manutenção das famílias no campo.

Outro fator importante no contexto da sucessão familiar é discorrido no estudo de Chemin e Alhert (2010) que tratam dos aspectos legais da transmissão do patrimônio, o que geralmente ocorre quando o titular falece. Os autores evidenciam a importância de a família preocupar-se desde cedo com o processo sucessório para que os negócios e a vida no campo permaneçam, apresentando possibilidades legais adequadas enquanto os atuais proprietários estão vivos, como a doação de parte da propriedade, usufruto ou até mesmo parcerias com os filhos que continuam na propriedade para que disponham de recurso para compra da parte dos demais herdeiros.

No contexto geral, os estudos analisados evidenciaram: limitação da renda, falta de estrutura no meio rural, limitação de políticas públicas, participação tardia dos jovens nas decisões que envolvem a gestão da propriedade, dificuldade no acesso à educação devido à distância dos centros de ensino e a desigualdade de gênero, como fatores que desestimulam a permanência dos jovens no meio rural.

Por outro lado, as pesquisas também evidenciaram os fatores que sustentam a sucessão das propriedades agrícolas familiares, como o acesso à educação por meio da pedagogia da alternância, investimento na diversificação de atividades produtivas e pluriatividade, e a preocupação prévia sobre o destino da propriedade, no que tange ao repasse das responsabilidades e transferência dos bens.

A sucessão compreende também a agricultura familiar enquanto categoria social, considerando seu modo de vida específico. Alguns autores associam o termo sucessão à reprodução social no campo. O Quadro 2 apresenta os estudos identificados nessa temática.

Quadro 2 - Artigos identificados no tema central reprodução social

Autores	Contribuição para o campo de investigação	Perfil metodológico
Lacerda e Marques (2008)	Indicam a pluriatividade como base para a reprodução econômica e, ao mesmo tempo, familiar, fundada na preocupação ambiental e oferta de alimentos saudáveis. A partir da multifuncionalidade da agricultura, articula diferentes oportunidades que emergem das novas configurações do espaço rural.	Teórico-empírico
Pelegri e Gazolla (2009)	Apontam a agro industrialização familiar como uma estratégia de reprodução social e de desenvolvimento rural, responsável pela fixação das famílias no campo, pela diversificação de atividades produtivas nas propriedades rurais e pela geração de renda nas famílias.	Teórico-empírico
Corona (2011)	Apresenta estratégias concretas que permitem a reprodução da agricultura familiar, tais como a incorporação das novas ruralidades, representada principalmente pela pluriatividade como o turismo rural e a conversão para a produção "mais natural".	Teórico-empírico
Redin (2011)	Discorre sobre as estratégias de reprodução social em duas categorias: amplas e restritas. As estratégias amplas referem-se a produção não agrícola, contextualizando a pluriatividade e multifuncionalidade na agricultura. Já as estratégias restritas envolvem as famílias agricultoras que sempre se dedicaram a um único cultivo.	Teórico-empírico
Saron e Hespanhol (2012)	Contextualizam a importância do perfil cada vez mais empresarial. Esse perfil empreendedor tem maior capacidade de oferecer condições para a sucessão na unidade produtiva familiar. Apresenta a importância da união dos agricultores em torno das organizações coletivas e desenvolvimento de atividades diversas na propriedade para fortalecimento da agricultura familiar.	Teórico-empírico
Costa (2013)	Apresenta o celibato rural masculino no sul do Brasil, a figura do "solteirão" como consequência para a reprodução social no campo e por conseguinte a sucessão dos estabelecimentos rurais, principalmente os familiares.	Teórico-empírico
Silva, Netto e Silva (2013)	Apresentam a pluriatividade, diversificação, com destaque para a agricultura agroecológica como estratégias para garantir a reprodução social em meio ao novo rural marcado pela queda de renda e emprego agrícola, especialização produtiva e novos fenômenos demográficos, como a masculinização, envelhecimento e êxodo seletivo.	Teórico-empírico
Paixão, Mera, Diverio (2015)	Evidenciam a diversificação e pluriatividade, destacando a atividade leiteira como estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar, visto que em pequenas áreas consegue-se produzir escalas competitivas que viabilizam a atividade e a permanência dos produtores no meio rural.	Teórico-empírico

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quanto ao perfil metodológico todas as pesquisas foram fundamentadas na metodologia teórica-empírica. No que tange às contribuições para o campo de investigação, percebe-se forte influência da pluriatividade e diversificação da produção como estratégia de reprodução social, visto que foram consenso nos estudos elencados.

A pluriatividade apresenta um novo conceito para a unidade de produção e reprodução familiar, no qual atividades não agrícolas integram a economia das propriedades. Essa forma de organização do trabalho ocorre quando pelo menos um indivíduo de uma família residente no meio rural passa a exercer um conjunto de atividades econômicas e produtivas variado, não necessariamente relacionadas à agricultura ou cultivo da terra (SCHNEIDER, 2003).

Assim, como na análise dos artigos do Quadro 1, apesar de todos os artigos selecionados apresentarem contribuições para o campo de investigação, são percorridos os artigos com resultados ou área de pesquisa considerados mais específicos, a fim de exemplificar as diversas possibilidades de pesquisa que envolvem a área de estudo.

Ao investigar uma comunidade na região metropolitana de Curitiba, Corona (2011) observou que as estratégias de trabalho adotadas pelos agricultores foram incrementadas a partir das atividades tradicionais desempenhadas pelos colonizadores. Os produtos artesanais provenientes da uva movimentam o turismo rural que sustenta a economia da comunidade garantindo a reprodução social.

Paixão, Mera e Diverio (2015) avaliaram a possibilidade de diversificação e manutenção de atividades pluriativas em uma região com baixa disponibilidade de área para produção, difícil acesso ao crédito, aos recursos financeiros e desenvolvimento tecnológico, o Alto Jacuí – RS. Nessa localidade, as atividades desenvolvidas estão concentradas na triticultura, sojicultura, produção de milho e de leite e comercialização de excedentes. Contudo, a produção leiteira favorece a permanência da população no campo, pela viabilidade de desenvolver a atividade em pequenas áreas.

Ainda no estado do Rio Grande do Sul, Pelegrini e Gazolla (2009) evidenciam a agroindústria familiar como uma importante estratégia de reprodução social, do ponto de vista econômico, social e produtivo, muitas vezes gerando maior renda do que as demais atividades agropecuárias, como o cultivo de grãos. Dessa forma, é apontada como uma estratégia de desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo para as unidades produtivas familiares.

Percebe-se o extenso rol de atividades que podem ser exploradas no campo. Considerando essa realidade, os resultados da pesquisa de Saron e Hespanhol (2012) apontam a presença de um agricultor com perfil cada vez mais empresarial, com condições de gerir essas atividades e permanecer no campo, dispondo de melhores condições para proceder a sucessão da unidade produtiva familiar.

Como agravante à reprodução social, o estudo de Silva, Netto e Silva (2013) enfatiza os fenômenos demográficos da masculinização e envelhecimento da população rural em virtude do êxodo seletivo, o qual tem remetido às cidades, principalmente jovens do sexo feminino, em busca de oportunidades de emprego não encontradas no campo, que geralmente estão relacionadas aos cuidados da casa, filhos e horta.

Esses acontecimentos também foram estudados por Costa (2013) que abordou a ocorrência do celibato no sul do Brasil, fenômeno que resulta principalmente da intensificação da migração juvenil feminina para a cidade, contribuindo para a masculinização no campo e, conseqüentemente, gerando dificuldades em firmar laços matrimoniais, comprometendo a reprodução social.

É consenso nas pesquisas a influência da pluriatividade e diversificação de atividades agrícolas para assegurar a reprodução da agricultura familiar, enquanto categoria social. As pesquisas apontam diversas atividades como oportunidades de investimento nas propriedades rurais, tanto para propriedades com menor extensão de área de terra, que podem investir na agroecologia através de hortaliças, pecuária

e até mesmo agroindústrias, bem como para propriedades maiores, com melhores oportunidades para o cultivo de grãos.

Além das estratégias que contribuem para a reprodução social, também é enfatizado o fator que compromete a reprodução: a migração juvenil, em maior escala pelo sexo feminino, impactando na masculinização no campo. Esse fenômeno compromete a constituição de laços matrimoniais e a consequente reprodução da categoria social, já que o casamento geralmente ocorre com jovens com vínculo no meio rural.

Os fenômenos que englobam a classe jovem da população rural são de suma importância nos estudos relacionados à sucessão dos estabelecimentos rurais familiares, portanto, o Quadro 3 reúne os artigos que abrangem essa temática.

Quadro 3 - Artigos identificados no tema central juventude rural

Autores	Contribuição para o campo de investigação	Perfil metodológico
Ferrari et al. (2004)	Ressaltam que os jovens de 13 a 18 anos, principalmente as moças, não manifestam interesse em seguir a atividade agrícola. Já os jovens acima de 25 anos que ainda permanecem morando na propriedade são os candidatos naturais à sucessão no estabelecimento do pai	Teórico-empírico
Segundo e Silva et al. (2006)	Avaliam as condições de vida dos jovens no campo, um lugar bom para se viver, mas não oferece condições para o jovem permanecer morando nele. A maioria dos jovens tem intenção de sair do campo, quanto aos pais, sobressai o desejo que as filhas migrem em busca de novas oportunidades.	Teórico-empírico
Martins (2007)	Mostra a importância da criação de políticas públicas que atendam às especificidades dos jovens rurais, bem como a participação efetiva das diversas organizações do campo.	Teórico-empírico
Pereira (2008)	Evidencia o desejo dos jovens em desvincular-se da imagem tradicional do agricultor familiar. Aqueles que manifestam interesse em permanecer no campo utilizam a categoria administrador(a) para se referir ao seu futuro.	Teórico-empírico
Spanevello et al. (2011)	Apontam a recusa dos filhos em suceder a profissão devido às dificuldades do trabalho no rural, busca de lazer, contato com o urbano, redução do número de filhos por família, falta de abertura dos pais para o desenvolvimento das atividades na propriedade ou oportunidade de empreender novas atividades e busca da autonomia financeira.	Teórico-empírico
Martins e Futeima (2012)	Assinalam o turismo rural como alternativa para melhoria de renda e baixo impacto ambiental que favorece a fixação dos jovens no espaço rural.	Teórico-empírico
Mera e Netto (2012)	Justificam a migração para a cidade como expectativa dos pais em oferecer uma qualidade de vida melhor aos seus filhos, no quesito profissão. Com a saída dos jovens intensifica-se o arrendamento das terras a terceiros, devido a insuficiente mão de obra familiar para desempenho das atividades.	Teórico-empírico
Alves e Mota (2013)	Indicam o fator renda como determinante para que os jovens permaneçam na atividade agrícola, evidenciando a busca de novas alternativas de renda por meio do assalariamento, até mesmo na agricultura, mas em propriedades vizinhas. Contudo outros jovens anseiam encontrar fora da atividade agrícola seus projetos de vida.	Teórico-empírico

(Continua)

(Conclusão)

Autores	Contribuição para o campo de investigação	Perfil metodológico
Faria e Macedo (2013)	Apresentam a migração juvenil de meninas pobres de regiões rurais que deixam suas famílias para enfrentar o trabalho doméstico nos centros urbanos, crentes na melhoria da qualidade de vida. A concentração da migração contribui para que oferta de mão de obra seja superior à oferta de empregos, o que permite o rebaixamento dos níveis salariais.	Teórico-empírico
Drebes (2014)	Aponta a importância dos projetos institucionais desenvolvidos por entidades no que tange à capacidade de influenciar de forma prática a questão permanência dos jovens no meio rural ou migração para o meio urbano.	Teórico-empírico
Mera e Netto (2014)	Consideram que as pequenas propriedades de produção em escala, dependentes de financiamentos e prolongamento de dívidas, não conseguem gerar receita necessária para dar a qualidade de vida adequada para que os jovens rurais se sintam motivados a permanecer nelas.	Teórico-empírico
Boessio e Doula (2016)	Mostram que na percepção do jovem rural, além do incentivo da família, a permanência no campo também recebe influência da cooperativa, por meio de condições para melhorias na produção agropecuária, sendo evidenciado a oferta de cursos de capacitação agrícola.	Teórico-empírico
Foguessato et al. (2016)	Retratam a falta de renda satisfatória e ausência de políticas públicas como os principais fatores que motivaram jovens a deixar a propriedade agrícola, mantendo vínculo empregatício no meio urbano.	Teórico-empírico
Souza, Doula e Carmo (2016)	Destacam a ausência de políticas públicas e de instituições que atendam às peculiaridades juvenis no meio rural.	Teórico-empírico

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Assim como o grupo anterior, os estudos relacionados à juventude rural foram construídos a partir da metodologia teórica-empírica. A migração juvenil é motivada por diversos fatores, além da questão da renda insatisfatória como já apresentado em outros grupos de análise. Dentre eles, a ausência de políticas públicas para incentivar a permanência juvenil no campo é notória.

A pesquisa de Souza, Doula e Carmo (2016) aponta a percepção negativa dos jovens rurais da Zona da Mata Mineira quanto à ausência de políticas públicas e instituições que atendam suas particularidades juvenis no meio rural, como o acesso à formação e à capacitação profissional, por meio da interiorização do ensino superior.

Ainda no que tange à capacitação dos jovens, os estudos de Boessio e Doula (2016) e Drebes (2014) apresentam a influência das cooperativas e projetos institucionais em viabilizar a permanência do jovem no campo, por meio de programas que incentivem e promovam sua capacitação.

Além dos fatores externos à propriedade, a recusa em suceder a profissão paterna também está relacionada à falta de abertura dos pais para o desenvolvimento das atividades, conforme apontado no estudo de Spanevello et al. (2011), realizado na região central do Rio Grande do Sul. Tal posicionamento muitas vezes está relacionado à crença paterna de que a educação formal adquirida pelos filhos é diferente das práticas tradicionais, gerando um espaço de conflito.

Esse posicionamento empreendedor, muitas vezes não incentivado pelos pais, é tratado no estudo de Pereira (2008), que apresenta novas perspectivas da juventude rural, atribuindo uma nova identidade ao agricultor familiar, afastando-o da imagem de um rural atrasado, sem acesso à educação e tecnologia. Esses jovens

buscam incorporar novos valores inclusive no âmbito da organização da produção familiar.

Quanto ao êxodo rural feminino, o estudo de Segundo e Silva et al. (2006) justifica a intensificação desse fenômeno devido ao desejo dos pais para que suas filhas busquem novas oportunidades de trabalho e melhoria de qualidade de vida na cidade.

Ainda conforme Segundo e Silva et al. (2006), na perspectiva dos jovens, o campo representa um bom lugar para se viver, no entanto, não oferece estrutura para permanecer morando nele. Tais fragilidades são apontadas por Spanevello et al. (2011) no que tange às estruturas comunitárias como escolas, igrejas, ginásios de esporte, entre outros, relacionando a falta de investimento com a diminuição da população local.

Os estudos analisados nos três grupos temáticos permitiram identificar os principais fatores que contribuem para a manutenção do jovem no campo sucedendo a profissão paterna bem como os que motivam a migração da população jovem rural para o meio urbano em busca de uma nova perspectiva de vida. O Quadro 4 apresenta os fatores que favorecem a sucessão na agricultura familiar ou a migração para o meio urbano.

Quadro 4 – Fatores que favorecem a sucessão na agricultura familiar ou a migração para o meio urbano

Fatores que favorecem a sucessão na agricultura familiar	Diversificação de atividades desenvolvidas na propriedade; Pluriatividade (artesanatos, agro industrialização, agroecologia, turismo rural); Capacitação profissional; Pedagogia da alternância; Incentivo da família; Transmissão gradativa das responsabilidades e do patrimônio; Perfil empreendedor; Envolvimento das cooperativas com os jovens rurais; Qualidade de vida no campo
Fatores que incentivam a migração dos jovens para o meio urbano	Limitação da renda gerada na propriedade; Ausência de salário fixo; Busca por autonomia financeira; Limitação de políticas públicas que atendam às peculiaridades juvenis; Dificil acesso ao crédito; Infraestrutura precária do campo; Transferência tardia da herança e gestão da propriedade; Ausência dos filhos nas tomadas de decisões que envolvem a propriedade; Insatisfação da família com a atividade e o próprio meio rural; Visão negativa dos pais quanto ao futuro promissor no meio rural, principalmente em relação as filhas; Desigualdade de gênero; Dedicção em tempo integral as atividades, inclusive nos finais de semana; Contato com o meio urbano; Busca de lazer; Melhoria da qualidade de vida; Dificuldade de locomoção para estudar na cidade; Desejo de desvincular-se da imagem tradicional do agricultor familiar relacionada ao rural atrasado.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Apesar de a juventude rural representar o futuro das unidades de produção rural familiar, no contexto geral os estudos apontam limitações presentes no meio rural que incentivam a migração juvenil para as cidades. Dentre elas, as condições econômicas oferecidas pelos agricultores aos seus filhos, fruto das atividades desenvolvidas na propriedade tem grande peso na decisão de permanecer no campo.

A limitação da renda gerada na propriedade, de acordo com os estudos analisados, figura o principal fator que instiga os jovens a não suceder a atividade paterna, justificando a migração como uma necessidade e não como um desejo. Tal decisão está relacionada à busca por sua autonomia financeira por meio do trabalho assalariado na cidade. Além disso, a ausência de salário fixo no campo também contribui para a migração.

A renda insatisfatória apontada nesses estudos pode ser resultado do insuficiente incentivo governamental e das instituições em que a classe agricultora está ligada. Esses fatores também são evidenciados nos estudos analisados, os

quais apontam a ausência de políticas públicas direcionadas aos jovens e distanciamento das cooperativas dos possíveis sucessores como determinantes na decisão de deixar o campo.

A falta de autonomia dos jovens em relação ao desempenho das atividades também estimula a busca por novas oportunidades de trabalho. A transferência tardia de responsabilidades no que tange à gestão da propriedade mantém o jovem restrito às ordens dos pais, impossibilitando a busca por novas oportunidades de investimento ou até mesmo novas formas de desenvolver o trabalho.

Assim como as dificuldades do meio rural são percebidas pelos jovens, muitos pais também não consideram a agricultura como uma oportunidade de vida para seus filhos. Nesses casos, é comum o incentivo paterno para a saída dos filhos da propriedade, instigando-os a estudar a fim de conquistar um espaço no mercado de trabalho urbano, tal desejo ocorre principalmente em relação às filhas, que no contexto geral manifestam menor interesse em permanecer no campo do que os jovens do sexo masculino.

O contato com o meio urbano, geralmente para estudar, apresenta ao jovem uma nova realidade, com mais opções de lazer, vislumbrando a melhoria de qualidade de vida. A dificuldade de locomoção para estudar na cidade, bem como a dedicação em tempo integral à propriedade, sem férias ou descanso nos feriados, também contribuem para a busca pelo modo de vida urbano.

Por outro lado, os jovens que desejam prosseguir na propriedade, buscam desmistificar a imagem do agricultor a um rural atrasado. Esses jovens buscam qualificação profissional visando oportunidades de investimento no campo. Nesse quesito a pedagogia da alternância destaca-se por sua contribuição na formação do jovem empreendedor rural.

A ação empreendedora no campo tem grande responsabilidade em oferecer condições para a manutenção da classe dos agricultores familiares, tal característica reflete na diversificação da produção e pluriatividade que contribuem para o incremento da renda.

Além disso, a transmissão gradativa das responsabilidades gerenciais oportuniza aos jovens maior envolvimento com o trabalho, fortalecendo seu vínculo com a propriedade. Essa iniciativa dos pais antes de sua aposentadoria é entendida como um incentivo para que os jovens permaneçam na atividade agrícola.

O envolvimento das cooperativas com os jovens também contribui para a formação de empreendedores rurais e prospecção de novos cooperados. A participação efetiva dos jovens nessas entidades motiva seu envolvimento com as atividades da propriedade e desenvolve suas responsabilidades sobre ela.

Por fim, destaca-se que apesar da dedicação integral ao trabalho a qualidade de vida no campo, no quesito moradia, é evidenciada como um fator positivo para a permanência no campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa evidenciam a restrição da produção acadêmica publicada em periódicos do sistema *Qualis* da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo no campo da sucessão da agricultura familiar no período de 2004 a 2016. É importante considerar que apenas o período analisado não permite que se considere como absolutos os resultados apresentados sobre os aspectos que envolvem a sucessão na agricultura familiar.

Para Silva et al. (2006) existem poucas pessoas dedicadas a estudar a realidade dos jovens rurais. Essa limitação relaciona-se principalmente por ser um tema relativamente novo. Tal consideração justifica a maior concentração de

pesquisas publicadas nos últimos seis anos, representando 76% da amostra pesquisada, sendo o pico o ano de 2013, com sete artigos.

A pesquisa sobre a sucessão na agricultura familiar é centralizada na região sul do país, especialmente no estado do Rio Grande do Sul, prevalecendo as pesquisas teórico-empírica, sobressaindo-se os estudos de caso.

No quesito quantidade de publicações por autores, não foram identificados autores com mais de duas publicações no período analisado, fato que também pode ser justificado pelo recente interesse em realizar estudos na área.

No contexto geral, constatou-se que as pesquisas abordaram a questão da renda como principal limitador da permanência do jovem no campo, além da fragilidade da infraestrutura do campo, dificuldade no acesso à educação, ausência de políticas públicas que incentivem a fixação do jovem no meio rural, desigualdade de gênero e visão negativa dos pais quanto ao futuro dos filhos na propriedade. Ademais, a demora dos pais no repasse das responsabilidades no que tange à gestão da propriedade e transferência dos bens aos possíveis sucessores também é um fator que os instiga a buscar oportunidades de trabalho fora da unidade de produção familiar.

Como fatores que contribuem para a sucessão na agricultura familiar percebe-se forte influência da pluriatividade e diversificação da produção, sendo apontada a agroecologia e a agroindústria como atividades que agregam valor à produção propiciando o aumento da renda, principalmente em propriedades com menor extensão de área produtiva. Tais iniciativas são percebidas pelos jovens que buscam qualificação profissional para empregar o conhecimento na propriedade, com destaque à pedagogia da alternância. O incentivo familiar, participação em atividades promovidas pelas cooperativas e perfil empreendedor dos jovens também são fatores positivos que motivam a permanência no campo.

Esta investigação permitiu reunir os resultados no campo investigativo da sucessão da agricultura familiar e dessa forma possibilitou maior compreensão sobre a temática. Ficou evidente a importância da realização de estudos na área a fim de contribuir para a continuidade desse modelo de produção altamente relevante para o desenvolvimento da economia regional e nacional, principalmente em regiões de predominância da agricultura familiar.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões**. Brasília: Unesco, 1998.

ALMEIDA, M. W. B. Redescobrir a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 66-83, 1986.

ALVES, K. S.; MOTA, D. M. Trabalho familiar ou assalariamento? Dilema de jovens em comunidades rurais. **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, p. 163-180, 2013.

BOESSIO, A. T.; DOULA, S. M. Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro. **Interações**, v. 17, n. 3, p. 370-383, 2016.

BRASIL. Economia e emprego. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro**. 2015. Acessado em: 14/01/2018. Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em: 14 jan. 2018.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: VII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, 2006, Quito (Equador). **Anais...**

CHEMIN, B. F.; AHLERT, L. A sucessão patrimonial na agricultura familiar. **Estudo & Debate**, v. 17, n. 1, p. 49-74, 2010.

CORONA, H. M. P. A agricultura familiar na RMC: um olhar sobre a relação ambiente e sociedade a partir da comunidade de Mergulhão. **Redes**, v. 16, n. 3, p. 138-156, 2011.

COSTA, C. Contornos do celibato no espaço rural: solteirões do sul do Brasil. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, n. 3, p. 22-51, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/7312>.

COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A juventude rural do Assentamento Florestan Fernandes no Município de Florestópolis (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 3, p. 415-432, 2013.

COSTA, M. R. C. **O futuro entre o rural e o urbano. Um estudo de caso sobre a juventude rural no município de Morro Redondo-RS**. 2011. 117f. Tese (Doutorado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) - Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas.

COSTA, M. R. C.; BEZERRA, A. J. A.; MENDONÇA, H. A. F. Expectativas de sucessão hereditária nas unidades de produção familiares. Um olhar sobre o município de morro Redondo, RS. **ACTA Geográfica**, v. 6, n. 12, p. 139-154, 2012.

DREBES, L. M. Projeto de juventude rural, campo de possibilidades e migração: um estudo documental do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR). **REMOA**, v. 13, n. 5, p. 4087-4098, 2014.

FACIONI, D.; PEREIRA, M. W. G. Análise dos determinantes da sucessão em assentamento rural no estado de Mato Grosso do Sul. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, p. 119-136, 2015.

FARIA, G. J. A.; MACEDO, L. A. M. Meninas migrantes: a migração infanto-juvenil rural e sua inserção no trabalho doméstico urbano. **Revista UNIOESTE**, v. 15, n. 22, p. 103-115, 2013.

FERRARI, D. L.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A.; TESTA, V. M. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 12, n. 2, p. 237-271, 2004.

FISCHER, H.; BURTON, R. J. F. Understanding Farm Succession as Socially Constructed Endogenous Cycles. **Sociologia Ruralis**, v. 54, n. 4, p. 417-438, 2014.

FOGUESATTO, C. R.; ARTUZO, F. D.; LAGO, A.; MACHADO, J. A. D. Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, v. 37, n. 130, p. 15-28, 2016.

FRANZEN, D. O. A colônia em crise: a questão do meio ambiente, da agricultura e da sucessão familiar em debate no município de Itapiranga (1926-1960). **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, ano 4, n. 1, p. 63-83, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HILLESHEIM, L. P.; VIZZOTTO, M. A contribuição da formação por alternância na sucessão da agricultura familiar. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 19, n. 1, p. 03-08, 2015.

HUTSON, J. Fathers and sons: family farms, family businesses and the farming industry. **Sociology**, v. 21, n. 2, p. 215-229, 1987.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - Agricultura familiar - Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm. Acesso em: 01 jun. 2017.

KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrario**, v. 16, n. 33, 2015.

LACERDA, T. F. N.; MARQUES, P. E. M. Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar. **Ruris**, v. 2, n. 2, p. 137-158, 2008.

LEONARD, B.; KINSELLA, A.; O'DONOGHUE, C.; FARRELL, M.; MAHON, M. Policy drivers of farm succession and inheritance. **Land Use Policy**, v. 61, p. 147-159, 2017.

MARTINS, R. M.; FUTEMMA, C. O jovem e o turismo rural: o caso do assentamento Ipanema, estado de São Paulo. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 6, n. 1, 2012.

MARTINS, S. A. Juventude e juventude do campo: algumas considerações. **Revista Faz Ciência**, v. 9, n. 9, p. 237-256, 2007.

MATTE, A.; CHECHI, L.; BOSCARDIN, M.; SPANEVELLO, R. S.; ANDREATTA, T. Fatores condicionantes a permanência ou saída dos filhos em propriedades de agricultura e pecuária familiar no Rio Grande do Sul. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2014, Goiânia. **Anais...**

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; ANDREATTA, T. Perspectivas de sucessão em propriedades de pecuária familiar no município de Dom Pedrito–RS. **Holos**, v. 1, p. 144-159, 2015.

MELLO, M. A.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; AUGUSTO, H. A. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 2, p. 445-463, 2013.

MERA, C. M. P.; NETTO, C. G. A. M. População rural na Região do Alto Jacuí/RS: análise sob a perspectiva do desenvolvimento agrícola. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, p. 1-35, 2012.

MERA, C. M. P.; NETTO, C. G. A. M. Diminuição da população rural na região do Alto Jacuí/RS: análise sob a perspectiva dos segmentos rurais. **Desenvolvimento em Questão**, ano 12, n. 27, p. 216-263, 2014.

MISHRA, A. K.; EL-OSTA, H. S.; SHAIK, S. Succession Decisions in U.S. Family Farm Businesses. **Journal of Agricultural and Resource Economics**, v. 35, n. 1, p. 133-152, 2010.

OLIVEIRA, D.; SCHNEIDER, S. O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologistas de Ipê (RS). **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 149-174, 2010.

PAIXÃO, M. E.; MERA, C. M. P.; DIVERIO, T. S. M. Reprodução da agricultura familiar frente ao modelo de desenvolvimento agrícola regional. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 10, n. 20, p. 153-179, 2015.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 17, n. 2, p. 332-378, 2009.

PEREIRA, J. L. G. Educação, gênero e os projetos de vida dos jovens rurais de Baixada de Salinas (RJ). **Ruris**, v. 2, n. 2, p. 71-97, 2008.

PEREIRA, V. G.; REIS, L. S.; OLIVEIRA, M. L. S. Abordagem sobre os processos sucessórios do campesinato a partir das relações de gênero. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 3, n. 2, p. 87-97, 2012.

REDIN, E. Dentro e fora da porteira - os elementos condicionantes na estratégia de reprodução dos agricultores familiares fumageiros. **Extensão Rural**, Santa Maria, ano XVIII, n. 22, p. 67-102, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5649>.

REDIN, E. **Família rural e produção de tabaco**: estratégias de reprodução social em Arroio do Tigre/RS. 305 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Programa de

Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

SARON, F. A.; HESPANHOL, A. N. Agricultura familiar e dinâmica rural no município de Urânia-SP: limites e possibilidades para a reprodução social. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 13, p. 228-247, 2012.

SAVIAN, M. Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar? **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 159, p. 97-106, 2014.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais, 2008, Planaltina, DF. Embrapa Cerrados, **Anais...** p. 989-1014.

SEGUNDO e SILVA, P.; DINIZ FILHO, E. T.; MARACAJÁ, V. P. B. B.; MARACAJÁ, P. B.; PEREIRA, T. F. C. Agricultura familiar: um estudo sobre a juventude rural no município de Serra do Mel – RN. **Revista Verde**, v. 1, n. 1, p. 54-66, 2006.

SILVA, M. C.; WIZNIEWSKY, J. G. A produção do artesanato, como estratégia de reprodução na agricultura familiar na comunidade Vila Progresso no Município de Caçapava do Sul-RS. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 18, n. 21, p. 17-35, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5568>.

SILVA, T. M.; NETTO, C. G. A. M.; SILVA, L. X. Processo de reprodução social da agricultura familiar em Praia Grande (SC): dinâmicas demográficas e ocupacionais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, n. 1, p. 58-83, 2013.

SOUZA, S. B.; DOULA, S. M.; CARMO, P. M. Jovens rurais da Zona da Mata Mineira e projetos de vida profissional. **Redes**, v. 21, n. 1, p. 233-249, 2016.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SPANEVELLO, R.; AZEVEDO, L. F.; VARGAS, L. P.; MATTE, A. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, v. 45, n. 2, p. 291-304, 2011.

SUESS-REYES, J.; FUETSCH, E. The future of family farming: A literature review on innovative, sustainable and succession-oriented strategies. **Journal of Rural Studies**, v. 47, p. 117-140, 2016.

TONELLI, M. J.; CALDAS, M. P.; LACOMBE, B. M. B.; Tinoco, T. Produção acadêmica em recursos humanos no Brasil: 1991-2000. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 1, p. 105-122, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência III**. Brasília: UNESCO, 2002.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 331f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

WINCK, C. A.; PASQUA, S. D.; FISCHER, A.; GIANEZINI, M. Processo sucessório em propriedades rurais na região Oeste de Santa Catarina. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 11, n. 2, p. 115-127, 2013.

WOORTMANN, E. F.; **Herdeiros, Parentes. Compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo–Brasília: Hucitec, 1995.

GÊNERO E ACESSO AO CRÉDITO RURAL NA ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL MULHER FLOR DO CAMPO EM PERNAMBUCO

Gerlúcio Moura Bezerra de Sousa¹
Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida²
Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão³

RESUMO

O artigo analisa o acesso ao crédito rural, por mulheres vinculadas à Associação Municipal de Desenvolvimento Produtivo das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Artesãs Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde-PE. A inclusão destas mulheres no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, foi analisado a partir das categorias teóricas relações de gênero e divisão sexual do trabalho. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual a entrevista semiestruturada constituiu-se em principal instrumento de coleta de dados. A análise foi fundamentada em pressupostos teóricos metodológicos da Análise do Discurso (AD) elaboradas por Foucault e Dijk. Os resultados evidenciaram que, apesar dos avanços no que se refere ao acesso destas mulheres ao crédito do Pronaf, ele é operacionalizado, a partir do diálogo e das contribuições realizadas pelos respectivos companheiros. Desse modo, mantêm-se a hierarquização de poder no processo de gerenciamento destes recursos econômicos, mas elas galgaram espaços culturais, políticos e de tomada de decisão.

Palavras-chave: análise de discurso, mulheres rurais, Pronaf.

GENDER AND ACCESS TO RURAL CREDIT IN THE ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL MULHER FLOR DO CAMPO IN PERNAMBUCO

ABSTRACT

The article analyzes the access to rural credit by women linked to the Associação Municipal de Desenvolvimento Produtivo das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Artesãs Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde-PE. The inclusion of these women in the National Program for Strengthening Family Agriculture - Pronaf, was analyzed from the theoretical categories gender relations and sexual division of labor. It is a qualitative research, in which the semi-structured interview was the main instrument

¹ Graduado em Agronomia (UFRPE). Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (UFRPE). Extensionista Rural do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). E-mail: agrolucio@hotmail.com.

² Graduada em Bacharelado e Licenciatura em História (UFPE). Mestre em História (UFPE). Doutora em História Social (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: ataide@hotmail.com.br.

³ Graduada em Arquitetura (UFPE). Mestre em Desenvolvimento Urbano (UFPE). Doutora em Estudos Iberoamericanos pela Universidad Complutense de Madrid. Professora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: mrfaleitao@gmail.com.

of data collection. The analysis was based on the theoretical methodological assumptions of Discourse Analysis (AD) elaborated by Foucault and Dijk. The results showed that, in spite of the advances in the access of these women to the credit of Pronaf, it is operationalized, based on the dialogue and the contributions made by the respective partners. In this way, the hierarchy of power is maintained in the process of managing these economic resources, but they have extended cultural, political and decision-making spaces.

Keywords: discourse analysis, Pronaf, rural women.

1 INTRODUÇÃO

A década de 1990 constitui-se um marco na construção de políticas públicas relacionadas à agricultura familiar⁴ no Brasil. Anteriormente, a monocultura e o latifúndio monopolizavam os recursos econômicos na perspectiva de valorização especialmente das exportações. Constata-se mudança nesse cenário, quanto às políticas públicas, a partir das mobilizações sociais de grupos vinculados à agricultura familiar, de mudança nos padrões dos estudos rurais e dos interesses do governo federal em conservar a ordem social no campo, além da atuação do movimento sindical rural (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Neste contexto, uma das primeiras políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares, como forma de reconhecimento e legitimação da categoria pelo Estado, foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)⁵, em 1996, com o objetivo de corroborar a produção da agricultura familiar, por meio da geração de emprego e renda no meio rural, melhorando a qualidade de vida dos agricultores familiares (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2009).

No ano de 1997, o Pronaf expandiu o crédito para além do custeio, pois incluiu as linhas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, além da capacitação e pesquisa. Nesta data, o programa foi operacionalizado em todo território nacional (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014).

Vale ressaltar que,

O sistema de produção da agricultura familiar combina a posse dos meios de produção e a realização do trabalho. Não há separação entre gestão da propriedade e execução do trabalho, estando ambos sob responsabilidade do produtor e sua família (LIMA; JUNQUEIRA, 2008, p. 159).

Por essa ótica, mesmo sendo o Pronaf, uma política direcionada para a família, o que teoricamente contemplaria todos os membros, constata-se que o acesso e a gestão dos recursos são realizados, em sua grande maioria, por homens. Partindo da premissa apontada por Spavenello, Matte, Boscardin (2016) de que o poder de decisão nas propriedades é, em sua maioria, exclusividade masculina,

⁴ A legislação brasileira – Estatuto da Terra, Lei 4.504/64 e a Lei nº 11.326/06 caracteriza a agricultura familiar como sendo aquela desenvolvida em propriedades rurais de até 04 (quatro) módulos fiscais, em que predomina o trabalho familiar sobre a mão-de-obra total do estabelecimento. O valor da unidade "módulo fiscal" é fixado pelo INCRA, e varia de município para município, com base nos critérios do art. nº 4 do Decreto 84.685/80 Bianchini (2005 apud JUNQUEIRA; LIMA, 2008, p. 162).

⁵ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp. Acesso em: 12 jan. 2017.

torna-se possível considerar que para as mulheres fica alguma autonomia quando a atividade produtiva não é central na geração de renda da propriedade.

Apenas a partir de 2003, criou-se uma linha específica para as mulheres: Pronaf Mulher⁶, como uma forma de reduzir a desigualdade de gênero, no que se refere às políticas públicas. Além de possibilitar, segundo Fernandes (2008), autonomia econômica e visibilidade às atividades desenvolvidas pelas mulheres no espaço doméstico e ao seu redor. Ou seja, uma autonomia vinculada diretamente ao exercício da cidadania.

No que se refere ao acesso das mulheres às políticas públicas, especificamente o crédito rural no município de Santa Cruz da Baixa Verde, sertão do Pajeú pernambucano, apenas após a organização, formalização e fundação da Associação Municipal de Desenvolvimento Produtivo das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Artesãs Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde-PE, é que as mulheres desta localidade acessaram efetivamente o Pronaf, com a finalidade de investir nas atividades agrícolas e não agrícolas. No período de 2008 a 2014, catorze (14) associadas acessaram ao crédito rural, linha Pronaf B⁷, por meio do programa Agroamigo.

A partir desse contexto, surgem alguns questionamentos: o acesso ao crédito rural por essas mulheres possibilitou alguma alteração dos papéis sociais de gênero? A divisão sexual do trabalho⁸ interferiu de alguma forma no momento de acessar ao crédito? Para responder essas indagações, o artigo tem como objetivo analisar a relação entre gênero e acesso ao crédito rural, enfatizando a divisão sexual do trabalho e os papéis sociais de gênero.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, a partir pesquisa exploratória⁹: acesso ao crédito rural pelas mulheres da Associação Municipal de Desenvolvimento Produtivo das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Artesãs Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde-PE, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Para a análise de dados, foi fundamental a Análise do Discurso (AD) a partir da literatura sobre o tema, especialmente Michel Foucault e Teun A. van Dijk.

O artigo está dividido em cinco partes, além da introdução e das considerações finais: a primeira refere-se ao debate teórico sobre os temas de gênero e crédito rural; na segunda, aborda-se o controle do discurso na perspectiva de Foucault; na seguinte, apresentam-se as estratégias discursivas a partir de Van Dijk; na quarta parte são apresentados os dados com a explicação sobre os procedimentos metodológicos, uma caracterização do município e da associação; na última parte, são analisados os discursos das entrevistadas, obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas, a partir da teoria de Foucault e Dijk.

⁶ Crédito de investimento para atender às necessidades da mulher produtora rural que apresente Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). É possível financiar investimentos destinados à construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações na propriedade rural, aquisição de máquinas, equipamentos e implementos, aquisição de matrizes, formação e recuperação de pastagens, proteção e correção do solo, aquisição de bens como tratores e embarcações, entre outros. Disponível em: <http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/credito/investir-em-sua-atividade/pronaf-mulher#/>. Acesso em: 12 jan. 2017.

⁷ Microcrédito rural (Pronaf B): direcionado aos agricultores de mais baixa renda, para o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida.

⁸ A análise se apoia no conceito de divisão sexual do trabalho desenvolvido por Kergoat (2003) no qual afirma que a forma de divisão do trabalho social é decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e à cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado.

⁹ Consiste em um estudo preliminar sobre relações de gênero e crédito.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNERO E CRÉDITO RURAL

A partir do tema, as relações de gênero e o acesso ao crédito, considera-se importante abordar elementos sobre a dimensão de gênero, em que mulheres e homens são socializados diferentemente. Isso faz com que espaços de poder sejam ocupados a partir da concepção de feminilidade e masculinidade.

O conceito de gênero parte de uma necessidade de introduzir a dimensão da relação entre os sexos na perspectiva de que esta relação não é um fato natural, mas construída e remodelada, efeito e motor da dinâmica social; relação que produz saberes e categoria de análise. A referência ao gênero ao invés de sexo aponta para a condição das mulheres, pois não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas pelo resultado de uma invenção social e política. Nesse sentido, uma construção simbólica integrante do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos. Tenta-se desconstruir o universal e evidenciar a sua historicidade (COLLING, 2004).

Defensora do conceito de gênero como categoria útil de análise histórica, Joan Scott afirma que gênero é a organização social da diferença sexual, sem refletir a realidade biológica primeira, mas como construção do sentido da realidade. Tal prerrogativa a faz considerar a diferença sexual como uma estrutura social móvel a ser analisada nos seus diferentes contextos históricos (SCOTT, 1998).

Quanto às subjetividades sociais, associa-se o feminino à natureza, emoção, amor, intuição, destinado ao espaço privado. Já o masculino, vincula-se à cultura, política, razão, justiça, poder, público. Tal dicotomia apresenta uma oposição desigual entre homens e mulheres, evidenciando a sujeição destas aos homens dentro de uma ordem aparentemente igualitária e universal. Colling (2004) considera os papéis destinados ao masculino ou ao feminino como produtos na configuração do poder, lugares ocupados em uma situação estratégica complexa, em que o masculino exerce um poder maior que o feminino.

Sorj (2004) afirma que uma das principais convergências da experiência feminina é o padrão de atribuir as responsabilidades domésticas e familiares aos indivíduos do sexo feminino, reforçando o princípio cultural de que as propriedades femininas residem na esfera doméstica e as masculinas nas atividades profissionais (SORJ, 2004). A autora tem desenvolvido pesquisas no âmbito do cuidado e do uso do tempo, em que as mulheres estão inseridas.

Outro elemento importante nas discussões que envolvem gênero é a divisão sexual do trabalho, considerada por Nogueira (2011), um fenômeno histórico e social, já que se transforma e reestrutura-se de acordo com o capital, em que o trabalho doméstico não remunerado é de responsabilidade das mulheres, independente de sua participação no mercado de trabalho.

Kergoat (2003) chama a atenção para alguns princípios organizadores da divisão sexual do trabalho na sociedade: 1) o princípio de separação, que pressupõe a realização de atividades exclusivamente por homens e outras por mulheres; 2) o princípio de hierarquização, no qual os trabalhos são diferentemente valorizados, ficando para as mulheres os relacionados à reprodução social, de menor valor. Tudo isso perpetuado a partir da naturalização fundamentada na divisão biológica das diferenças sexuais. O que segundo a autora “reduz as práticas sociais” a “papéis sociais” sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie.

Por outro lado, a divisão sexual do trabalho tem sido teorizada a partir de outras dimensões, entre elas: 1) são construções sociais, por isso não são provenientes de um determinismo biológico; 2) a vida cotidiana está fundamentada em bases materiais e ideológicas; 3) há relações hierárquicas entre os sexos, que

definem relações de poder, de dominação historicamente construídas nas sociedades (KEGOART, 2003).

Os estudos sobre divisão sexual do trabalho consideram esta hierarquização como um paradigma das relações de dominação. Por isso, constitui-se em um conceito importante na análise sobre o acesso ao crédito por agricultoras que historicamente se constituem em mulheres que exercem as atividades de produção e reprodução social.

Verifica-se uma desigualdade social bastante acentuada quanto às relações de gênero construídas até hoje, enfatizando a hierarquia em que prevalece o poder exercido pelos homens sobre as mulheres, presente de forma intensa no meio rural.

Inclusive nos Programas Rurais que, geralmente, a consideram uma beneficiária passiva, restrita às atividades domésticas, com exceção nos casos em que exerce a chefia da família (MELO, 2003).

Nesse sentido, Inácio e Leitão (2012) colocam que desde a inclusão da mulher nas relações produtivas ocorreram várias mudanças significantes na organização social familiar durante o século XX. No entanto, ainda se constata desigualdades de remuneração, acessibilidade e tratamento entre homens e mulheres. Ressalta-se que mesmo com a participação da mulher em determinados espaços públicos, ainda lhes são atribuídos os papéis específicos na manutenção do lar, independente de sua participação nas atividades produtivas, além de serem alvos de preconceito, violência doméstica e machismo por parte da sociedade. Diante desse contexto, os autores apontam a necessidade e a importância das políticas públicas específicas às mulheres, promovendo a inclusão social.

Quanto a políticas públicas destinadas aos agricultores familiares, a primeira e mais importante no Brasil foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996, e que representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades da agricultura familiar como categoria social (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2009). A partir do Pronaf, medidas de fortalecimento e garantia da produção agrícola da agricultura familiar foram construídas, como a retomada da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Bianchini (2015) ao analisar os 20 anos do Pronaf apontou a importância desse programa para os agricultores familiares, ressaltando que desde a sua existência, mais de R\$ 160 bilhões foram aplicados, de modo a ultrapassar 26 milhões de contratos, em diversas modalidades. Assim, contemplaram-se diferentes tipologias da agricultura familiar como, por exemplo, a linha de investimento do Pronaf Mais Alimentos com o financiamento de mais de 50.000 tratores e o microcrédito (Pronaf B) por meio do Agroamigo (BNB) que financiou mais de 5,6 bilhões de reais para as atividades desenvolvidas pelas famílias abaixo da linha da pobreza no semiárido.

Vale ressaltar que o Pronaf B é o microcrédito rural que tem por finalidade financiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. Além disso, serve para a implantação, ampliação ou modernização de infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuários e não agropecuários, podendo ser financiada qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. As famílias beneficiárias são aquelas com renda bruta anual de até R\$ 20 mil (MDA, 2017).

Na região Nordeste, destaca-se o Agroamigo, programa de microcrédito rural orientado do BNB que é composto metodologicamente pelas seguintes etapas: abertura de área, mapeamento do mercado, promoção e palestras informativas, entrevista, elaboração da proposta simplificada de crédito, visita prévia, análise da proposta, contratação do crédito, liberação do crédito, visita de verificação, visita de

orientação, administração da carteira, assistência técnica, acompanhamento grupal e renovação do crédito (MACIEL, 2009).

Entretanto, como apontam Spavanello, Matte, Boscardin (2016), as linhas de crédito não diferenciavam o acesso para homens e mulheres, já que o recurso era direcionado para o conjunto da família. Com o objetivo de possibilitar o acesso ao crédito pelas mulheres, para que pudessem investir na atividade que desejassem, criou-se uma linha de financiamento específica, o Pronaf Mulher, em 2003, tornando-se uma forma de amenizar as diferenças entre mulheres e homens quanto à gestão e ao trabalho das unidades produtivas.

O Pronaf Mulher, através do crédito como estratégia de desenvolvimento rural, apresenta em seu discurso o objetivo de criar situações e “condições para o aumento da capacidade produtiva, a melhoria da qualidade de vida e a aplicação do exercício da cidadania das mulheres, a partir da ampliação de sua autonomia, participação econômica e política, no seu contexto familiar e social” (BRASIL/MDA/NEAD, 2005, p. 14).

Pressupõe-se que, através do acesso ao microcrédito, as mulheres tenham novas oportunidades de adquirir conhecimento, permitindo-lhes ampliar suas opções, tanto na vida pessoal quanto nos espaços públicos (HERNANDÉZ, 2009).

3 CONTROLE DO DISCURSO NA PERSPECTIVA DE FOUCAULT

O meio rural brasileiro ainda é marcado por suas raízes históricas dos períodos coloniais, fundamentada na concentração de renda e poder. A produção camponesa tradicional reproduz a hierarquia presente nestas relações de poder. Neste caso, o patriarcal exercido pelos homens em relação às mulheres, seja no espaço privado ou no espaço público, o que reflete diretamente em suas ações e discursos. Dentre as discussões sobre a relação entre discurso e poder, destacam-se os estudos realizados por Michel Foucault.

A prática discursiva para Foucault, segundo Cordeiro (1995), é um grupo de princípios “anônimos, históricos, sempre determinados no tempo e no espaço, que definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. Para Foucault (2014), o discurso não é algo que apenas expressa (ou oculta) o desejo; é aquilo que é o objeto do desejo; ao considerar que o discurso não é apenas aquilo que representa as lutas ou sistemas de dominação, mas a razão pela qual, pelo que se luta, isto é, o poder do qual se quer apoderar.

Ao abordar o discurso enquanto poder, Foucault (2014) aponta para o controle, a seleção e a organização do discurso, o que vincula diretamente ao controle, à coerção e à exclusão social:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2014, p. 8).

E dentre os elementos de controle e delimitação do discurso, destacam-se: os relacionados ao modo exterior, com a função de sistemas de exclusão, vinculado à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo; os procedimentos internos, em que os discursos exercem o seu próprio controle, com a função de classificar, ordenar e distribuir, submetendo-se à dimensão do acontecimento e do acaso; e o

terceiro grupo de procedimentos que determina as condições de funcionamento do discurso, impõe aos indivíduos que o pronuncia uma quantidade de regras, impedindo que todos tenham acesso a ele (FOUCAULT, 2014).

Os procedimentos citados acima são catalogados por Foucault, segundo Cordeiro (1995), em três sistemas de exclusão do discurso: a) externos ao discurso - o interdito, a partilha da razão e da loucura e a vontade de verdade; b) internos ao discurso - o comentário, o autor, as disciplinas teóricas; c) exclusão dos sujeitos falantes - rituais da palavra, sociedades de discurso, doutrinas e apropriações sociais.

Os respectivos procedimentos evidenciados por Foucault serão utilizados na análise das relações de poder construídas entre homens e mulheres, sabendo-se que as subjetividades são constituídas através de diferentes práticas, no estudo de caso em questão: o crédito acessado pelas mulheres da Associação Municipal Mulher Flor do Campo, em Santa Cruz da Baixa Verde-PE.

4 ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS A PARTIR DE TEUN VAN DIJK

Dentre os teóricos da Análise de Discurso, destaca-se, em nossa análise, Teun A. van Dijk com os Estudos Críticos do Discurso (ECD), a partir da categoria analítica abuso de poder. Ou seja, as formas de dominação resultam em desigualdade e injustiças sociais, o que caracteriza, em sua grande maioria, a relação entre homens e mulheres.

Para Dijk (2015), o discurso é analisado como uma interação situada, uma prática social ou um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política. Na perspectiva de abordagem crítica, o foco recai sobre os estudos de questões e problemas sociais, da desigualdade social, da dominação e de fenômenos relacionados, e no papel do discurso, do uso linguístico ou da comunicação em tais fenômenos, em particular. Quanto à dominação masculina, os estudos de Trómel - Plótz (1984, apud DIJK, 2015) apontam que a respectiva dominação não ocorre apenas em situações informais, no espaço privado, mas também surgem em contextos públicos, em que boa parte dos moderadores são homens.

Os estudos de Dijk relacionam o discurso e o abuso do poder, considerando este como a violação de normas e valores fundamentais no interesse daqueles que têm o poder e contra os interesses dos outros. Ou seja, considera o abuso do poder como o uso ilegítimo do poder, a violação de direitos sociais e civis das pessoas. Tal abuso de poder favorece a produção da desigualdade social e a sua reprodução na vida cotidiana (DIJK, 2015).

Dijk (2015) aponta que o discurso ideológico dos membros de um grupo (endogrupo) enfatiza de várias maneiras discursivas as características positivas de “Nosso” próprio grupo e seus membros, e as (supostas) características negativas dos “Outros”, o grupo de fora, considerado como exogrupo. Percebe-se que uma estratégia geral envolvida na reprodução discursiva (sexista) de dominação, a saber, a polarização endogrupo-exogrupo (exaltação do endogrupo em detrimento do exogrupo), é realizada de várias formas e em muitos níveis de discurso.

Exemplo disso é a análise semântica mais local, no caso das ressalvas, em que se verifica uma parte positiva sobre Nós e uma parte negativa sobre Eles, identificando algumas estratégias discursivas que reproduzem tal posicionamento, como: negações aparentes; uso de termos pejorativos para designar os membros do *outgroup* e os contrastes entre os termos utilizados para Nós e para Eles. Implicações e suposições; supergeneralização e exagero dos aspectos negativos dos outros; ênfase nos aspectos positivos dos Outros e na boa relação existente

entre Nós e os Outros; uso de diminutivos para se referir e dirigir-se ao Outro e do verbo “ter” para representar o Outro como posse; empatias aparentes e alusão a temas relativos à ameaça, invasão e contaminação (ZAVALA; ZARIQUIEY, 2008).

Por considerar que nas relações de gênero construídas socialmente, prevalece o abuso de poder da dominação masculina, na dimensão de injustiça e de desigualdade, refletindo nas formas ilegítimas de ação, optou-se por utilizar como um dos referenciais para análise dos discursos produzidos pelas agricultoras familiares que compõe os sujeitos da pesquisa, os estudos de Teun A. van Dijk, por meio dos Estudos Críticos do Discurso.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem utilizada na pesquisa é qualitativa na perspectiva de analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Neste caso específico, as mulheres da Associação Municipal de Desenvolvimento Produtivo das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Artesãs Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde-PE, além de contribuir para o processo de mudança e possibilitar, em um nível de profundidade mais apurado, o entendimento das particularidades do comportamento das respectivas mulheres no que se refere à divisão sexual do trabalho e papéis sociais de gênero (RICHARDSON, 2008).

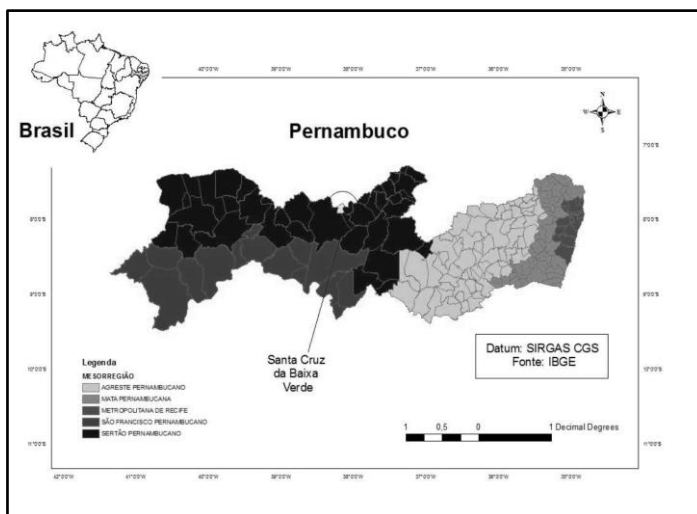
Trata-se de uma pesquisa exploratória, ao analisar a relação entre gênero e acesso ao crédito rural, a partir da experiência vivenciada pelas agricultoras familiares da Associação Municipal de Desenvolvimento Produtivo das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Artesãs Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde-PE, no que diz respeito à autonomia e empoderamento do grupo. A pesquisa exploratória proporciona maior contato com o problema, com o objetivo de evidenciá-lo ou elaborar hipóteses, geralmente, a partir de pesquisa bibliográfica e entrevista com pessoas envolvidas com o problema pesquisado. Tais pesquisas classificam-se como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2007).

Os sujeitos da pesquisa são catorze agricultoras familiares, sócias da associação, que acessaram ao crédito rural, linha Pronaf B, por meio do programa Agroamigo, para investimento em atividades agrícolas e não agrícolas. Elas foram assessoradas pela assistência técnica e extensão rural pública, o Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), no período de 2008 a 2014. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram: pesquisa documental, a partir dos relatórios do IPA; entrevistas semiestruturadas realizadas por amostragem, com cinco agricultoras familiares do respectivo grupo, em dezembro de 2016; e observação do contexto discursivo de palavras e expressões durante as entrevistas. Para análise dos dados, utilizou-se a Análise de Discurso a partir da fundamentação teórica de Michel Foucault e Teun A. van Dijk.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE – PE

O município de Santa Cruz da Baixa Verde está localizado na porção norte do estado de Pernambuco, sertão do Pajeú, a 442 km da capital. O principal acesso é realizado pelas rodovias BR-232 e PE-365 (Figura 1). Limita-se ao Norte com o Estado da Paraíba, ao Sul com os municípios de Calumbi e Serra Talhada, ao Leste com os municípios de Triunfo e a Oeste com Serra Talhada (BRASIL, 2005).

Figura 1 - Mapa do estado de Pernambuco com ênfase no município de Santa Cruz da Baixa Verde



Fonte: Sousa, Lima e Vargas (2014).

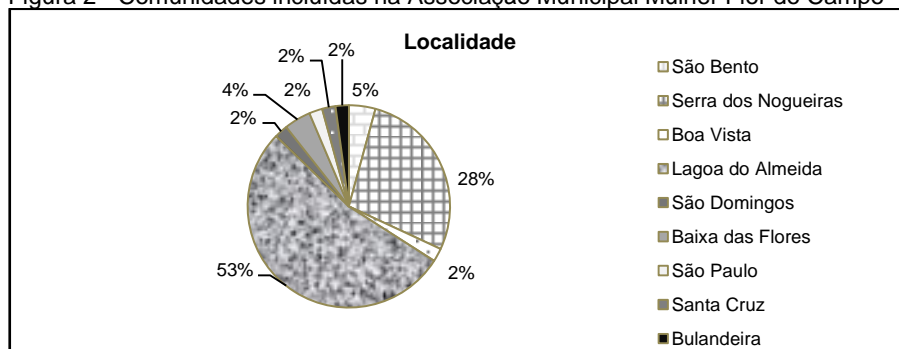
Segundo o censo demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município apresenta uma população total de 11.768 habitantes (5.812 homens e 5.926 mulheres), sendo que 5.277 habitam a área urbana e 6.491 a área rural (3.322 homens e 3.169 mulheres), o que evidencia a inserção de 55% da população no meio rural. Quanto à distribuição de estabelecimentos rurais, de acordo com o IBGE (2006), 1.329 estabelecimentos familiares ocupam uma área de 6.318 ha, enquanto 138 não familiares ocupam 15.407 ha.

O município é conhecido como a capital da rapadura devido à sua expressiva produção no mercado regional. Além da cana-de-açúcar, destacam-se a produção de milho, feijão, mandioca, banana, goiaba, laranja e café. Salienta-se que boa parte da produção é destinada à subsistência dos produtores rurais do município. Na pecuária, as principais criações são: aves (galinha de capoeira), bovinos, caprinos, ovinos e suínos (IBGE, 2010).

5.2 ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS E ARTESÃS RURAIS DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE-PE

A Associação Municipal de Desenvolvimento Produtivo das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Artesãs Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde-PE é constituída por nove comunidades: Lagoa do Almeida, Serra dos Nogueiras, São Bento, Baixa das Flores, São Paulo, Sítio Santa Cruz, Boa Vista, São Domingos e Bulandeira (Figura 2).

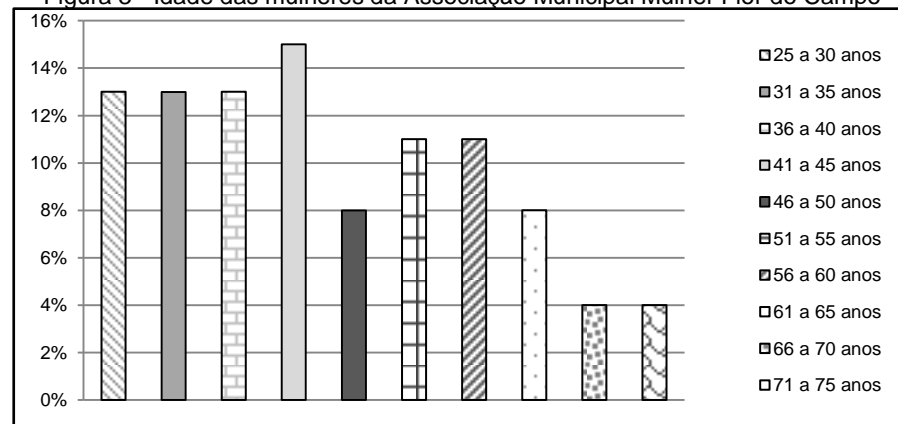
Figura 2 - Comunidades incluídas na Associação Municipal Mulher Flor do Campo



Fonte: Sousa et al. (2016).

Essa associação, fundada em 04 de abril de 2008, agregou na ocasião 43 mulheres que sentiam a falta de um espaço que contemplasse as suas especificidades, diferentemente do que acontecia nas associações consideradas mistas (que tem a participação de homens e mulheres), com o objetivo de fortalecer a organização, produção e comercialização de seus produtos (VIEIRA et al, 2012). Dentro de tal contexto, é possível considerar o grupo heterogêneo, ao se analisar a faixa etária das participantes, conforme mostra Sousa et. al. (2016). Estes ressaltam que 13% das agricultoras estão abaixo dos 30 anos de idade, aspecto que não se constata com frequência no meio rural (Figura 3):

Figura 3 - Idade das mulheres da Associação Municipal Mulher Flor do Campo



Fonte: Sousa et al. (2016).

As comunidades que compõem a associação estão localizadas no brejo de altitude do município, predominando propriedades que variam de 1,5 a 2,0 ha, em que são cultivadas a cana-de-açúcar (para produção de rapadura), milho e feijão (subsistência) e frutíferas. Na pecuária, destacam-se a criação de aves, ovinos e bovinos, em pequenos rebanhos. A declividade e pedregosidade dos solos na área influencia diretamente a produtividade das culturas agrícolas, refletindo no decréscimo da renda obtida. Uma das alternativas adotadas pelas mulheres, para minimizar esse problema, é a execução da atividade não agrícola. Algo que

evidencia a produção de artesanato por meio da fibra da bananeira e dos demais materiais encontrados na região (SOUSA, 2016).

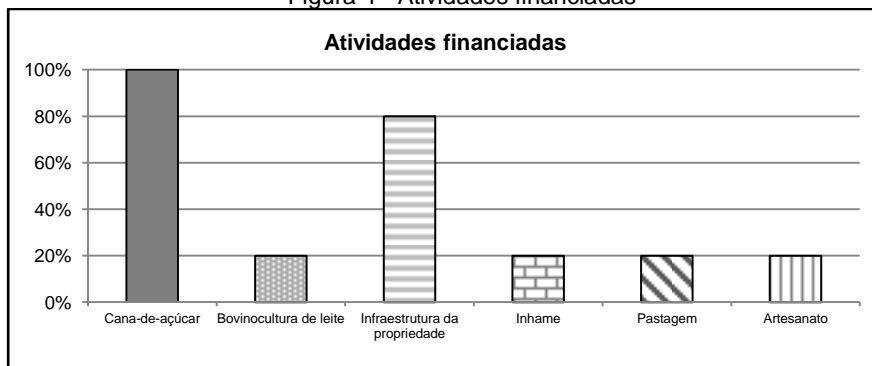
6 ANÁLISE DE DADOS

Nesta etapa do trabalho, fez-se a análise dos os dados obtidos pelas entrevistas semiestruturadas realizadas com as agricultoras familiares, compostas por quatro blocos: I) IDENTIFICAÇÃO, refere-se aos dados pessoais, familiares e da propriedade; II) CRÉDITO RURAL, constam as informações sobre motivação, atividades, operações, aplicação e gerenciamento sobre o crédito acessado; III) TRABALHO; levanta as questões sobre o trabalho (remunerado e não-remunerado) e sua divisão na família; e IV) PARTICIPAÇÃO, traz a participação da beneficiária em espaços públicos de debate sobre o crédito rural.

As agricultoras entrevistadas estão na faixa etária entre os 29 e 53 anos, apresentando estado civil como casada (60%) ou união estável (40%) e todas residem no sítio Lagoa do Almeida, onde também desenvolvem as atividades rurais, sendo que 60% das mulheres também desenvolvem as atividades rurais no sítio Bulandeira e 20% também trabalham no sítio Serra dos Nogueira. São áreas consideradas minifúndios, que variam entre 1,0 e 4,1 ha. Quanto à posse da terra, apresentam a seguinte combinação: proprietária e arrendatária (20%); comodatária (20%); proprietária e comodatária (60%)¹⁰.

Identificou-se, no relato das mulheres, que elas acessaram o crédito motivadas pela possibilidade de aumentar a renda e produção, como também melhorar as condições de trabalho e a propriedade, sendo acessado entre duas a cinco vezes por cada a mesma linha de crédito, Pronaf B (Agroamigo). Destaca-se, nesse sentido, o investimento nas seguintes atividades: cultivo da cana-de-açúcar, inhame, pastagem, bovinocultura de leite, artesanato, infraestrutura da propriedade – reforma e construção de cercas e poço (Figura 04). O acesso ao crédito pelas mulheres motivou seus companheiros a aderirem à referida política pública.

Figura 4 - Atividades financiadas



Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

¹⁰ Proprietária: utiliza a terra com a faculdade de uso e disposição da mesma.

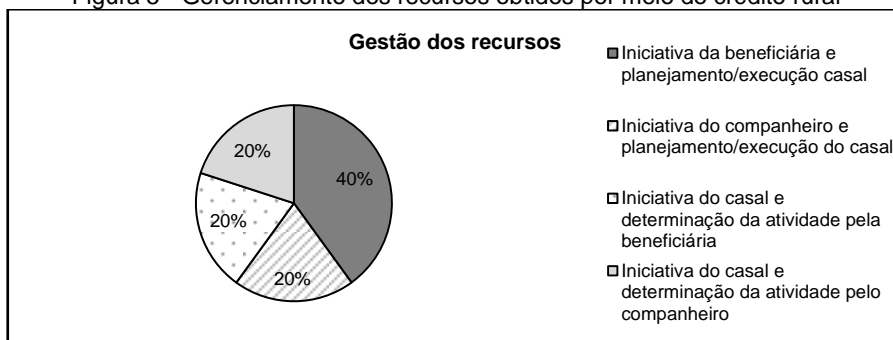
Arrendatária: desenvolve as atividades em terra alugada, por tempo determinado, pagando-se a renda com uma parte da produção.

Comodatária: a propriedade utilizada é por meio de empréstimo gratuito, geralmente entre pais e filhas.

Disponível em: <http://www.sedis.ufrn.br/bibliotecadigital/site/pdf/geografia/Geo_Agra_WEB.pdf> e https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/506294/codigo_civil_5ed.pdf?sequence=6. Acesso em: 30 jan. 2017.

Durante a gestão dos recursos, foram identificadas quatro situações: a) iniciativa da beneficiária e planejamento e execução pelo casal; b) iniciativa do companheiro e participação na execução e planejamento da beneficiária; c) planejamento do casal e determinação da atividade pela beneficiária; d) a iniciativa do casal e determinação da atividade pelo companheiro (Figura 5). Ressalta-se que os companheiros também acessaram o crédito rural, com exceção de uma família, entre uma a quatro operações.

Figura 5 - Gerenciamento dos recursos obtidos por meio do crédito rural

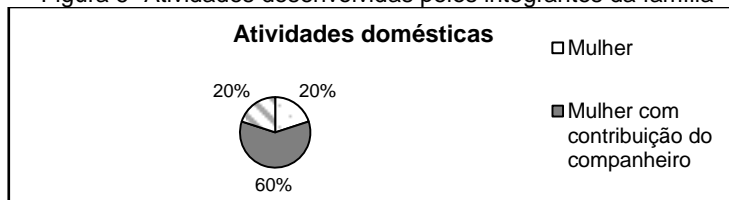


Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

Constatou-se que mesmo o crédito sendo acessado pela agricultora, apenas em 20% dos casos a atividade é definida exclusivamente pela mesma, muitas das vezes os seus desejos não são contemplados, o que aponta para o que Dijk (2015) considera a distribuição desigual do poder na sociedade, nesse caso entre homens e mulheres, fomentado a produção e reprodução da desigualdade social na vida cotidiana.

Quanto à divisão de atividades, constatou-se que as tarefas domésticas cotidianamente são executadas predominantemente pelas mulheres, mas ocasionalmente há colaboração dos homens (60%), apenas as respectivas atividades são executadas exclusivamente pelas mulheres (20%), e cotidianamente pelo casal (20%). As atividades agropecuárias são desenvolvidas pelo casal, destacando-se a criação de galinhas como atividade exclusiva das mulheres (40%). Ressalta-se a execução das atividades domésticas exclusivamente pelas mulheres nos núcleos familiares em que a agricultora possui faixa etária acima dos 50 anos, refletindo sua formação pautada em valor patriarcal. Dentre as atividades executadas pelas beneficiárias, aponta-se o artesanato (20%) como representante da categoria não agrícola (Figura 6).

Figura 6 -Atividades desenvolvidas pelos integrantes da família



Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

Na divisão das atividades que incluem o trabalho doméstico, que é o de reprodução social, não remunerado, geralmente conferido às mulheres, no universo pesquisado, foi possível verificar que apenas 20% delas realizam todas as tarefas sozinhas. O que significa uma certa ruptura com a hierarquia da divisão social do trabalho apontada na perspectiva foucaultiana como uma manifestação do exercício de poder. Os sujeitos participantes desta pesquisa rompem com o modelo socialmente estabelecido, sobre o qual Colling (2004) afirma que há uma exclusão caracterizada pela separação binária e massiva. Tal separação ocasiona a perda da individualidade a partir do encarceramento da mulher, seja no harém, no convento, na família, no lar. Nesse sentido, é pertinente ressaltar ainda que a separação binária nasce a partir do conceito constituído pelo homem sobre a mulher, presente no discurso, ao considerá-la como diferente, o inacabado, o inferior, e, assim, lhe confere uma “natureza feminina”. Este estigma (GOFFMAN, 1975) acima citado é aquele que as associadas se libertam a partir do empoderamento e parceria realizada nas relações de gênero construídas a partir de uma mobilização para acesso ao crédito, considerando que o financeiro sempre foi historicamente um espaço masculino e uma forma de subordinação das mulheres, conforme depoimento de mulheres trabalhadoras sobre acesso a benefícios sociais ao relatar que os homens desconhecem as necessidades da mulher (LEITÃO; INÁCIO, 2011).

Com o acesso ao crédito, constatou-se mais envolvimento das mulheres nas atividades produtivas, tanto na tomada de decisões, quanto no aumento da participação em trabalho fora da esfera doméstica/reprodutivo por parte das beneficiárias. Isso foi identificado pelas próprias mulheres, ao serem indagadas sobre alguma mudança na divisão sexual do trabalho após o acesso ao crédito. Alguns relatos são significativos sobre o tema, por exemplo, a agricultora **A** relata que “teve mais responsabilidade, mais trabalho”, assim como a agricultora **E**, ao constatar que “aumenta o serviço na roça e a preparação da comida dos trabalhadores”. Além de uma evolução significativa nas atividades, como apontou a agricultora **D**: “[...] teve melhora na realização das atividades”.

As beneficiárias por meio do crédito rural participaram de reuniões na associação e nas comunidades vizinhas, além do evento regional, Feira da Rapadura, no município, permitindo e ampliando a presença e participação delas em espaços públicos. As agricultoras identificaram como mudanças significativas no seu cotidiano: o aumento da produção e infraestrutura, o trabalho com mais segurança e alternativas, a realização de sonhos, ao investir em atividades como artesanato e bovinocultura de leite (Quadro 1).

Quadro 1 - Percepção sobre mudanças em seu cotidiano após o acesso ao crédito pelas agricultoras familiares

Agricultora	Depoimento
A	“Melhorou porque a gente já trabalha com mais segurança e mais possibilidade”.
B	“É uma ajuda. Se não tiver dinheiro não faz o que quer na roça”.
C	“Melhora, ajudou muito, aumentou quatro vezes o que a gente tinha”.
D	“Mudou. Se não fosse o empréstimo não teria como comprar o retalho para fazer o artesanato, comprar as vacas. Realizar sonhos”.
E	“Ficou melhor”.

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Ressalta-se que, durante a realização das entrevistas, nos momentos em que os companheiros estavam presentes, evidenciou-se a cautela nas respostas das

agricultoras, por meio de olhares e expressões direcionadas aos respectivos cônjuges. No discurso, revelou-se um procedimento de exclusão, identificado por Foucault (2014) como interdição, ou seja: “sabe-se bem que não tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres ao acessarem o crédito rural legalmente foram incluídas em um universo socialmente definido para homens. Isto é, o planejamento, a execução e gestão financeira dos recursos obtidos com a operação financeira do Pronaf, em Santa Cruz da Baixa Verde. Na prática, o que foi evidenciado com a realização da pesquisa é que elas expandiram a participação na própria atividade produtiva e em reuniões públicas na associação e nas comunidades vizinhas.

Desta forma, a predominância da iniciativa das agricultoras na adesão à política pública de crédito rural, Pronaf, mesmo que inicialmente não tenha sido a linha de crédito específica para as mulheres foi importante, especialmente, para incentivar seus companheiros a acessarem a respectiva política pública, o que possibilitou um incremento quanto a investimento e rendimento nas atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas pelas famílias entrevistadas.

Considerando o contexto de naturalização dos papéis de gênero no sertão de Pernambuco, as mulheres entrevistadas apresentaram certa autonomia, o que não implica que houve uma significativa alteração nos papéis sociais de gênero.

Identifica-se nos relatos das entrevistadas a denominação de “ajuda”, valor atribuído aos trabalhos domésticos realizados pelos companheiros, o que constitui exemplo de práticas discursivas fundamentadas na “naturalização” de papéis sociais que definem a divisão sexual do trabalho e mantém a hierarquização nas relações de gênero e trabalho.

As associadas que acessaram ao crédito rural já apresentavam um processo de empoderamento, considerando que 30% do total das agricultoras associadas realizaram esta iniciativa. Dentre estas, estão cinco agricultoras sujeitos desta pesquisa. Neste contexto, verificou-se o aumento da participação destas mulheres em espaços políticos e de discussão no município, como: reuniões sobre políticas públicas na associação, sobre crédito rural nas comunidades vizinhas, presença no espaço do IPA e BNB durante a Feira da Rapadura, de forma ativa, avaliando, contribuindo na construção e consolidação de ações a partir da realidade vivenciada por elas. Esse panorama sinaliza uma alteração nas subjetividades sociais dicotômicas, já que as agricultoras, além do espaço privado, estão presentes e atuando em espaços culturais, políticos e de tomada de decisão.

8 REFERÊNCIAS

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Diagnóstico do município de Santa Cruz da Baixa Verde**. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea - estado de Pernambuco. Recife, 2005.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Cirandas do Pronaf para Mulheres**. Brasília, 2005.

COLLING, A. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L.; PREHN, D. R. **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CORDEIRO, E. Foucault e a existência do discurso. **Cadernos do Noroeste**, v. 8, n. 1, 1995, p. 179-186.

DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2015.

FERNANDES, S. A. **Gênero e políticas de crédito: o PRONAF-Mulher em Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Sociologia e Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. In: **RESR**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. S125-S146, 2014.

HERNANDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de "empoderamento" para as mulheres rurais?** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006/Agricultura Familiar**: primeiros resultados. 2006.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados do Censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2010. **Dados**: Pernambuco. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=26>. Acesso em: 15 out. 2016.

INÁCIO, P. H. D.; LEITÃO, M. R. F. A. Pesca, gênero e políticas públicas: uma introdução à história da articulação de mulheres pescadoras de Pernambuco. In: LEITÃO, M. R. F. A. ; CRUZ, M. H. S. (Org.). **Gênero e trabalho: diversidade de experiências em educação e comunidades tradicionais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2012.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

LEITÃO, M. R. F. A.; INÁCIO, P. H. D. **O Programa Bolsa Família na voz das pescadoras artesanais do litoral de Pernambuco**. Ministério de Desenvolvimento

Social. Brasília, 2011, p. 64-91. Disponível em: <http://acervodigital.mds.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1056/sumario_118.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 dez. 2017.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, F. L. et al. **Dictionnaire critique du féminisme**. Tradução: Miriam Nobre. Paris: ed. Presses Universitaires, 2000.

MACIEL, I. S. R. **Avaliação da metodologia do Agroamigo em Caucaia – CE**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

MDA. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Microcrédito rural**. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/microcr%C3%A9dito-rural> >. Acesso em: 19 jan. 2017.

NOGUEIRA, C. M. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PIRES, M. L. L. S.; SILVA, L. C. Associativismo e políticas públicas nas comunidades rurais: análise da gestão comunitária de saneamento em Pernambuco. In: **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. 19, n. 2, jul./dez. 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.; MATTEI, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. In: VENTURI, G.; RECAMAN, M.; OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise Sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP). **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, p. S205-S222, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

SOUSA, G. M. B. et al. A extensão rural e a perspectiva de gênero na agricultura familiar: a atuação do IPA junto à Associação Municipal Mulher Flor do Campo. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 23, n. 2, abr./jun. 2016, p. 46-59. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/16985>.

SOUSA, G. M. B.; LIMA, F. A. X.; VARGAS, L. P. Assistência técnica e extensão rural: uma análise das estratégias do IPA junto aos agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde, PE. In: 52º Congresso SOBER, 2014, Goiânia. **Anais...** Goiânia: SOBER, 2014, p. 1-12.

SPANVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis (Online). Revista Latinoamericana**, n. 44, set., 2016, p. 1-18.

VIEIRA, M. N. A. et al. Resgatando a história da Associação Municipal Mulher Flor do Campo. In: II Seminário NEPPAS, 2012, Serra Talhada. **Anais...** Serra Talhada: UAST/UFRPE, 2012, p. 1-4.

ZAVALA, V.; ZARIQUIEY, R. Peru: “Eu te discrimino porque a falta de educação me ofende”. In: DIJK, T.A. (Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

INICIATIVAS DO ESTADO E DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PNAPO E DAS PLANAPÓS

Leticia Andrea Chechi¹

RESUMO

A construção de grande parte das políticas públicas no Brasil tem sido debatida em espaços de interação entre sociedade e Estado, o que permite trabalhar a noção de permeabilidade do Estado e a articulação de diferentes interesses nas arenas decisórias. Este trabalho objetiva analisar a relação, conflitos e confluência entre Estado e movimento agroecológico, representado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), na construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e Planos Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Para isso foram analisados documentos elaborados pela ANA, textos produzidos pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Familiar (AS-PTA) e documentos governamentais. A formação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), se constituiu como um interlocutor para o debate da política e plano nacional junto à sociedade civil. Com conflitos após o lançamento da minuta de Decreto que instituiria a PNAPO, os atores sociais, organizados pela ANA, têm mantido o diálogo com o Estado, colocando suas demandas, presentes nos Planapos (2013-2015 e 2016-2019). No entanto, a permeabilidade do estado pode ser afetada pelo contexto político e econômico do país, o que pode colocar em risco um espaço que gradativamente vinha sendo conquistado pelas organizações e movimentos sociais.

Palavras-chave: movimentos e organizações sociais, permeabilidade do estado, políticas públicas, repertórios de cooperação e conflito.

THE NATIONAL ARTICULATION OF AGROECOLOGY (ANA) AND THE CONSTRUCTION OF PNAPO AND PLANAPÓS: A STUDY ON THE PERMEABILITY OF THE STATE

ABSTRACT

The construction of the large part of public policies in Brazil has been debated in spaces of interaction between society and State, which allows to work the notion of permeability of the State and the articulation of different interests in the decision-making arenas. This study aims to analyze the relationship, conflicts and confluence between the State and agroecological movement, represented by the National Articulation of Agroecology (NAA), in the construction of the National Policy of

¹ Graduada em Engenharia Florestal (UFSM). Mestrado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: leticia.chechi@ufrgs.br.

Agroecology and Organic Production (PNAOP) and National Plans of Agroecology and Organic Production (Planapo). For this, were analyzed documents elaborated by ANA, texts produced by the Consultancy and Services for Projects in Family Agriculture (AS-PTA) and governmental documents. The formation of an Interministerial Working Group (IWG), was constituted as an interlocutor for the debate of the policies and national plan with the civil society. With conflicts after the launching of the Decree that instituted PNAPO, social actors, organized by ANA, have maintained dialogue with the State, placing their demands, present in the Planapos (2013-2015 and 2016-2019). However, the permeability of the state can be affected by the political and economic context of the country, which can put at risk a space that has gradually been conquered by social organizations and movements.

Keywords: cooperation and conflict repertoires, movements and social organizations, permeability of the state, public policies.

1 INTRODUÇÃO

Diferentes perspectivas teóricas acerca do Estado podem ser encontradas na literatura. Sem adentrar nas especificidades dessa discussão, inicialmente destaca-se a complexidade e o caráter processual do Estado, como um espaço de relações e tensões de diferentes atores. Elias (2006) escreve sobre o caráter inacabado do Estado, não como uma unidade coesa, mas apresentando processos de criação e recriação. De acordo com Souza Lima (2012), estudar fenômenos em torno do Estado pela análise das ações da administração pública é apenas uma das possíveis entradas de análise. Ela permite ultrapassar a percepção de completude que a ideia de Estado carrega, através da busca da instalação da coerência, com a constituição de ideários, redes de relações e práticas administrativas. Nesse processo estão envolvidos diversos atores, que definem o que serão ou não políticas de intervenção governamental, embasados, muitas vezes, em problemas construídos por eles próprios.

Ações, como a produção de problemas sociais (BOURDIEU, 1996) na construção de políticas públicas, têm sido fortemente influenciadas por movimentos e organizações sociais, em um protagonismo que pode ser observado no Brasil e no mundo. A construção da realidade é desenvolvida por Pierre Bourdieu a partir da perspectiva relacional, tendo os conceitos de campo e *habitus*, centralidade nesse debate. Segundo Bourdieu (2004), a realidade social também é objeto de percepção, assim, a ciência social deve considerar além da realidade, a percepção da realidade, a percepção do mundo social, que tem influência na construção desse mundo.

De acordo com Souza Lima e Macedo e Castro (2015), as políticas governamentais no momento presente devem ser entendidas com planos, ações e tecnologias de governo formuladas não somente pelas organizações administrativas de Estados nacionais, mas por diferentes organizações, que exercem sua influência estando fora desse âmbito. Estas têm atuado na construção, implementação e avaliação de políticas, relacionando-se com diversos atores e disputando seus interesses. Trouillot (2001) destaca que a influência dos movimentos sociais, ONGs (Organizações Não-Governamentais) e outros atores sociais no Estado é uma das características da globalização.

No Brasil, o processo participativo nas políticas públicas tem se intensificado nos últimos anos. De acordo com Grisa e Schneider (2014), a partir de posturas críticas e reivindicativas, a sociedade civil, através das organizações e movimentos sociais, passou a ser propositiva, e também parceira na execução e

cogestão das políticas pública. A intensificação da relação da sociedade civil com o governo se dá a partir da Constituição da República, de 1988, que prevê a participação cidadã, combinadas com o surgimento e ampliação de organizações e movimentos sociais. Contudo, é a partir da eleição de Luís Inácio Lula da Silva, para a Presidência da República, em 2002, que observa-se a ampliação dos espaços de participação em nível nacional, resultado também, da expectativa em relação às demandas históricas da sociedade civil na agenda do governo (FARIA, 2010).

Movimento social é entendido nesse trabalho como “a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos”. (MELUCCI, 2001, p. 35). Ainda de acordo com o autor citado, a ação coletiva de um movimento social está baseada na solidariedade, no compartilhamento de uma identidade coletiva, na relação conflitiva entre atores que lutam pelos mesmos recursos e no rompimento dos limites do sistema em que ocorre a ação (MELUCCI, 1989).

De acordo com Picolotto e Piccin (2008, p. 6), “o repertório de pauta de luta dos movimentos camponeses têm incorporado como centrais as questões relacionadas à preservação ambiental, à defesa da biodiversidade, dos conhecimentos tradicionais e das culturas locais”. Esse repertório se contrapõe ao modo capitalista de exploração agrícola, que tem causado efeitos negativos em relação aos recursos naturais. Esse é também, um dos principais repertórios da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

A ampliação da participação ANA na construção de políticas é observado no Brasil. Criada em 2002, a ANA tem integrado movimentos, redes e organizações da sociedade civil no fortalecimento da produção familiar e promoção da agroecologia, buscando construir alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. Nesse contexto, tem dialogado intensamente para construção de políticas públicas que possam impulsionar um modelo de produção e fortalecer uma alternativa sustentável aos padrões atualmente dominantes no Brasil, participando da construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), bem como da formulação dos Planos Nacionais de Agroecologia e produção Orgânica (Planapos).

Mas nesse processo de construção de política pública, como é o diálogo estabelecido entre o governo e a ANA? Os interesses do governo e da ANA eram similares em relação à PNAPO? Houve resistências e conflitos na discussão de objetivos, diretrizes e governança da política? A ANA conseguiu ter autonomia no processo e estabelecer suas posições ideológicas e metodológicas? Quais os desafios para esses atores frente a um cenário de instabilidade econômica e política? Nesse contexto, o trabalho objetiva analisar a relação, conflitos e confluência entre administração pública e movimento agroecológico, representado pela ANA, na construção da PNAPO e Planapos. É importante ressaltar que essa análise compreende um período diferente do atual², em relação à economia e política brasileira. No entanto, permite trazer a discussão referente aos desafios e alternativas que os atores e políticas públicas enfrentam nesse cenário.

As reflexões acerca do tema se darão através da análise de diversos documentos da Articulação Nacional de Agroecologia, a saber: a) documento intitulado “Subsídios para o debate sobre a Política Nacional de Agroecologia e

² O período de análise nesse trabalho compreende desde o I Encontro Nacional de Agroecologia, no ano de 2002, até a publicação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2016-2019), que ocorreu em 2016.

Sistemas Orgânicos de Produção”; b) relatórios dos seminários regionais para discussão da PNAPO (Amazônia, Cerrado, Nordeste, Sudeste e Sul); c) proposta da ANA para a PNAPO; d) Documento intitulado “Detalhamento de algumas ações prioritárias para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica”. Além destes, foram analisadas as cartas políticas dos I, II e III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA); Boletins do ENA; documentos governamentais, como a minuta de Decreto que instituía a política; o Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; o Plano Nacional de Agroecologia (2011) (preliminar, produzido por um Grupo Interministerial em conjunto com um consultor contratado), (2013-2015) e (2016-2019); artigos, dissertações e teses produzidos sobre o tema.

O trabalho está estruturado em quatro seções principais, além desta introdução, sendo que a primeira apresenta um breve diálogo acerca do tema Estado, trazendo alguns autores referenciais. A próxima seção discute a temática das políticas públicas e a relação com movimentos e organizações sociais, seguido pela apresentação da atuação da ANA na construção da PNAPO e dos Planapos. Por fim, são apresentadas algumas considerações sobre movimentos e organizações sociais e políticas públicas, objeto desse trabalho, em um cenário de instabilidade econômica e política no Brasil.

2 UM BREVE DIÁLOGO SOBRE ESTADO

Na realização de estudos sobre políticas públicas, nos mais diversos âmbitos, a reflexão sobre o Estado se faz necessária. Logo, é preciso mencionar a existência de diferentes perspectivas teóricas, que trabalham as tensões, efeitos, implicações, não havendo uma definição, simples e objetiva, para Estado. Destarte, mais importante que conceituar, é considerar duas questões essencialmente importantes na análise, uma processual, que se transforma constantemente, o Estado como um espaço de tensões; e uma segunda questão que trata da complexidade, da institucionalidade, devido a dinamicidade do Estado, buscando entender quais são os atores, as redes, como e por que o mesmo se transforma.

Autores clássicos, como Pierre Bourdieu, entendem o Estado como resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, de força física e coerção, esta que pode ser econômica, cultural e simbólica, produzindo categorias de pensamento que são utilizadas espontaneamente pelos indivíduos. A influência do Estado é sentida no domínio da produção simbólica, pois as administrações públicas são produtoras de problemas sociais, bem como de categorias, que a ciência social frequentemente ratifica. Criação de classificações são formas constituídas associadas à condições históricas (BOURDIEU, 2014). De acordo com Bourdieu, a construção do Estado se dá paralelamente à construção do campo do poder (BOURDIEU, 1996).

De acordo com Philip Abrams, o Estado é um projeto ideológico, um exercício de legitimação, uma tentativa para obter o apoio para tolerância ou intolerância de algo, admitindo os processos de legitimação do “Estado ideia” como um objeto para estudos do Estado. Acrescenta ainda, que o Estado passa a existir como uma estrutura dentro da prática política, cria uma identidade simbólica separada da prática (ABRAMS, 2006). Ao escrever sobre as dificuldades de estudar Estado, Abrams (1988) menciona que este não se trata de algo palpável, ao mesmo tempo que é um órgão sobreposto a sociedade de uma forma não ilusória. Assim, de acordo com o autor, o Estado esconde a verdadeira história e relações de sujeição por trás de uma máscara de legitimação.

Em outra linha de análise, seguindo uma perspectiva Gramsciana, Trouillot (2011) defende que Estado não é redutível a governo, mas se trata de um espaço privilegiado de poder e luta, tendo o estado de pensamento e sociedade civil como conceitos essenciais. Não se faz necessário um local para o Estado, institucional ou geográfico, assim ele aparece como um campo aberto com múltiplas fronteiras. Nessa linha, as teorias do Estado devem cobrir toda formação social e articulação de Estado e sociedade civil, sendo estes ligados por um bloco histórico que assume uma formação social particular.

Como exposto por Sharma (2006), não se trata de assumir o Estado como espaço central do poder, mas analisar como assume sua posição de autoridade e gere todas as outras formas institucionais que as relações sociais tomam, funcionando como conduta social por essas e outras instituições. De acordo com a autora, é preciso analisar como o Estado se diferencia de outras formas institucionais e como os efeitos dessa construção tem influência na operação e difusão do poder em toda sociedade. A análise de práticas e processos, bem como de efeitos do Estado, tem considerado o processo da globalização.

Relacionando Estado à globalização, Trouillot (2001) coloca três elementos importantes: o primeiro é que os domínios de intervenção dos governos são rapidamente modificados; o segundo é que movimentos sociais surgem mais como recipientes ideológicos e culturais do que o Estado Nacional; e por fim, que ONGs (Organizações Não-Governamentais) e corporações internacionais exercem efeitos, as vezes maiores que o Estado Nacional.

Considerando a emergência de diferentes atores nos processos de formação do Estado, Charles Tilly é reconhecido internacionalmente no campo da pesquisa sobre ação coletiva, métodos históricos e a formação do Estado. Sugere a existência de múltiplas relações e redes sociais, cujas fronteiras, muitas vezes, são bastante vagas e raramente coincidente (TILLY, 1996).

Tilly faz diversos trabalhos sobre “contestação popular”, pela qual os indivíduos comuns agem juntos para fazer reivindicações aos detentores de poder, ou reafirmá-los. Ele também enfatizou a importância da organização para ação coletiva, afirmando, contra as ideias de Durkheim, que o protesto, o motim e a rebelião não são obra das massas desarraigadas e não integradas. Nos anos mais recentes, Tilly vem se concentrando sobretudo na descrição e explicação das mudanças no que ele denomina “repertórios de ação coletiva”, escrevendo conjuntamente com autores como Sidney Tarrow e Doug McAdam (TILLY, 1996).

Trazer atores e organizações coletivas no estudo dos processos de formação do Estado é considerar este como um espaço dinâmico, de tensões e disputas, onde as relações estabelecidas e os repertórios utilizados são elementos importantes para análise. Nessa perspectiva, Elias (2006) aborda o caráter inacabado e contínuo dos processos sociais e de formação do Estado, ou seja, o Estado não como uma dada unidade coesa, mas apresentando processos criação e recriação.

De acordo com Elias (2006), no processo de formação de Estados e construção de nações, há uma série de tensões e conflitos, lutas e equilíbrios de poder. Por isso, para compreender a formação de Estados é necessário estudar a história, processos sociais que se repetem, pois, muitos elementos não são explicados no curto prazo.

Apesar de existirem distintas correntes analíticas para compreender os processos de formação do Estado, há alguns pontos importantes de correlação entre as perspectivas de Bourdieu, Elias e Tilly. Um primeiro elemento a ser citado trata do monopólio, das formas de monopólio ligadas à coerção e violência, e a relação disso com os meios burocráticos. Um segundo elemento em comum trata da legitimidade,

da produção de condições de legitimidade do próprio monopólio. Ainda, que esses autores apostam na perspectiva analítica de processo para compreensão do Estado.

No que se refere à construção da PNAPO e dos Planapos, e a relação da ANA nesse processo, elementos e características trabalhadas por alguns autores citados são relevantes na análise. A construção do Estado paralelamente ao campo do poder, possibilitando a criação de problemas sociais (BOURDIEU, 1996), que buscam ser legitimados na sociedade, e também como projeto ideológico (ABRAMS, 2006) pelos diversos atores, são elementos importantes para esse estudo. Considera-se que esse processo se dá em um espaço privilegiado de poder e luta, como mencionado por Trouillit (2011), onde os atores constituem múltiplas relações e redes sociais, e fazem reivindicações aos detentores do poder (TILLY, 1996), que traduzido em ações, como políticas públicas, representam o caráter processual e de formação contínua do Estado (ELIAS, 2006).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E A RELAÇÃO COM MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

O Estado enquanto apresentando processos de criação e recriação, como mencionado por Elias (2006), pode ser observado através da formulação de políticas públicas, onde se expressam diferentes atores, relações e disputas. Políticas públicas podem ser entendidas como um quadro normativo de ação, combinando elementos de força pública e elementos de competência (MULLER; SUREL, 2004).

É preciso salientar que não existe uma única, ou melhor definição de política pública. Dye (1984), por exemplo, define política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, pois a não ação em relação a um problema, também poderia ser considerada uma forma de política pública. Outras definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas. Contudo, críticas expõe que isso poderia ignorar o embate em torno de ideias e interesses, o aspecto conflituoso que cercam as decisões dos governos acerca das políticas públicas, bem como as possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais (SOUZA, 2006). À luz da ciência política, Souza (2006) conceitua política pública como um campo do conhecimento que busca colocar o governo em ação e também propor mudanças nessas ações, quando necessário. A formulação das políticas públicas trata da tradução dos propósitos dos governos em programas e ações que produzem efeitos no mundo real.

A análise das intervenções governamentais advindas como políticas públicas pode se dar através do olhar das relações em movimento, em transformação, e tomar isso para o estudo sobre os processos de formação de Estado. Isso permite tratar as políticas públicas como parte do processo do ‘fazer-se Estado’, maleável, mutável, longe de planos racionais e avaliações consistentes (SOUZA LIMA; MACEDO; CASTRO, 2015).

Ainda de acordo com Souza Lima, Macedo e Castro (2015), no momento presente as políticas governamentais devem ser entendidas como planos, ações e tecnologias de governo formuladas não somente pelas organizações administrativas de Estados nacionais, mas por diferentes organizações, que fora desse âmbito, exercem sua influência. O autor menciona organizações como ONGs, movimentos sociais, bem como organismos multilaterais de fomento e de cooperação internacional. Nesse sentido, é preciso reconhecer que a identificação de problemas sociais e a formulação de políticas ocorrem em “múltiplas escalas espaciais, com temporalidades variáveis, no entrecruzamento de amplos espaços de disputa” (p. 35).

Estes espaços de relação com o Estado na identificação de problemas sociais e formulação de políticas públicas são de tensões e conflitos, e podem ser analisados com a contribuição de diversos autores já citados nesse trabalho. Mais especificamente da obra de Tilly, destaca-se o trabalho sobre repertórios de ação coletiva (TILLY, 1995).

A construção conceitual de Tilly sobre repertórios de ação coletiva possibilita analisar e explicar as mudanças na qual o autor está interessado, e esta construção foi aprimorada ao longo do tempo. De acordo com Alonso (2012), essa caracterização apresenta três fases: a primeira se referia a repertórios como formas de ação; na segunda, o conceito foi revisado como repertórios de conflito, como rotinas de confronto; e por último, como repertórios de organização. Contudo, a literatura e experiências empíricas mostram que os movimentos e organizações sociais também estabelecem processos de colaboração com o Estado. Isso pode ser visualizado nos processos de construção de políticas públicas, como é o caso da PNAPO, onde a ANA, mesmo com discordância de ações do governo, vê nesse processo uma oportunidade política para reafirmação da agroecologia e propor um modelo de desenvolvimento sustentável no contexto nacional.

Nesse sentido, Giuni e Passy (1998) caracterizam a relação das organizações e movimentos sociais com o Estado através de uma tipologia, dando ênfase para a cooperação conflituosa. Esta ocorreria, segundo os autores, por cinco razões: em relação ao conteúdo da interação, onde o conhecimento, a posse de informações, tem um papel fundamental e o Estado (normalmente) tem maior conhecimento; sobre a finalidade da relação, pois mesmo existindo metas comuns, frequentemente ocorrem desacordos sobre os meios para alcançá-las, assim como sobre a extensão das soluções propostas; a terceira razão é a natureza do processo relacional entre Estado e grupos sociais, onde o Estado é visto como mediador de conflitos de interesses, em uma posição superior aos demais atores; outra característica se refere à capacidade de agência envolvida nessa relação, onde a contribuição dos movimentos pode ultrapassar o cumprimento de propostas do Estado, sendo mais crítico e propositivo; por fim, a cooperação conflituosa ocorre pela autorreflexividade do Estado, que é ciente de suas limitações para o exercício da regulação social, fortalecendo formas de colaboração que reconhecem o conhecimento, as habilidades e competências dos atores no processo, ao mesmo tempo que já tem estabelecido o seu campo de poder.

De acordo com os autores, a cooperação conflituosa pode ocorrer de três formas: consulta, integração e delegação. A consulta seria o interesse de atores estatais referente às informações e experiências que os movimentos e organizações sociais detêm; a integração corresponderia a incorporação de lideranças dos movimentos em comissões, comitês e instâncias estatais, inclusive, buscando a legitimidade das ações do Estado; já a delegação consiste na transferência de responsabilidades por parte do Estado para organizações e movimentos sociais na execução de políticas públicas.

A ideia fundamental é que a colaboração raramente se dá em ambiente de consenso, mas se constitui no confronto e avança para uma cooperação conflituosa, o que pode ser observado no caso da ANA na construção da PNAPO e Planapos, e será explorado no próximo capítulo. Considerando o marco lançado por Tilly e seus seguidores "em adição a um repertório de confronto, agora pode-se falar de um repertório de cooperação ao se referir a novos movimentos sociais" (GIUGNI; PASSY, 1998, p. 89).

4 A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PNAPO E DOS PLANPOS

O movimento agroecológico no Brasil tem início na década de 1970 e se intensifica na década de 80, em oposição ao modelo agrícola implementado na modernização da agricultura e influenciada por um grande interesse da sociedade pela questão ambiental (ALTIERI, 1995). De acordo com Delgado (2008), a agroecologia como movimento se consolida no Brasil como resistência à hegemonia do agronegócio, estabelecida no país desde a adoção das práticas da Revolução Verde.

Segundo Caporal e Petersen (2012), uma das primeiras experiências significativas relacionadas a políticas públicas para agroecologia foi colocada em prática pela Associação de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RS), no período de 1999 a 2002. A entidade estabeleceu critérios para orientar a ação extensionista com foco na agricultura familiar e com orientação técnica baseada nos princípios da agroecologia. Já em 2003, durante o processo participativo de construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, envolvendo o governo federal através do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, se identifica a necessidade de uma extensão rural agroecológica.

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) foi fundada no ano de 2002 como um dos desdobramentos do I ENA (Encontro Nacional de Agroecologia), realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O momento era favorável para uma articulação nacional devido à incorporação de referenciais agroecológicos por movimentos sociais, como MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), FETRAF (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar), CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) e movimentos feministas; pelas críticas direcionadas aos transgênicos; pelo surgimento de iniciativas agroecológicas promovidas pelo poder público (Projeto Lumiar³); emergência de percepções ambientalistas; valorização da agricultura familiar pela sociedade; o crescimento do mercado de orgânicos e o debate sobre a lei de certificação; contexto de debate eleitoral (2001-2002), que aqueceu a discussão em torno da reforma agrária, agricultura familiar e tecnologias alternativas (PETERSEN; ALMEIDA, 2004).

O ENA, espaço de onde emergiu a ANA, objetivava afirmar a agroecologia como modelo alternativo ao agroquímico dominante, divulgar as experiências agroecológicas, estimular a articulação e cooperação entre setores, bem como formular propostas de políticas públicas que favorecessem a agroecologia e submetê-las aos atuais candidatos da Presidência da República (BOLETIM ENA, 2002).

A organização deste evento levou aproximadamente dois anos e envolveu representantes de 21 organizações, entre movimentos sociais (Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais- ANMTR, Conselho Nacional de Populações Extrativistas-CNS, Contag, Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil-Feab, Fetraf-Sul, MPA e MST), ONGs (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa-AS-PTA, Centro Ecológico Ipê, Centro Sabiá, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata-CTA-ZM, Federação de Órgãos para a Assistência

³ O Projeto Lumiar ocorreu de 1997 a 2000, após a pressão dos movimentos sociais rurais, para assistência técnica de assentados rurais. Muitos técnicos do projeto tinham proximidade com agroecologia e tecnologias alternativas, contribuindo para outros entendimentos de produção (LERER; MEDEIROS, 2014).

Social e Educacional-Fase, Grupo de Trabalho Amazônico-GTA, Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia-GTNA e Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais-Sasop), redes (Articulação do Semiárido-ASA Brasil, Rede Cerrado e Rede Ecovida de Agroecologia), grupos acadêmicos (Grupo de Estudos sobre Reforma Agrária da Universidade Federal do Mato Grosso-Gera/UFMT e União Nacional Escolas da Família Agrícola do Brasil-Unefab) e organização vinculada à Igreja Católica, a CPT (ENA, 2003). Esta estrutura essa foi a base para criação da ANA, trazendo a noção de “unidade na diversidade” (BENSADON, 2016, p.69).

A dinâmica organizativa da ANA é composta pela Secretaria Executiva, Núcleo Executivo, Plenária ou Coordenação Nacional, ENAs e os Grupos de Trabalho (GTs) por temáticas. Estes grupos modificaram-se ao longo do tempo na articulação, objetivando pautar problemas sociais, buscando nesse processo o apoio da administração pública e de suas políticas, para legitimá-los perante à sociedade. Segundo Bourdieu (1996), as administrações públicas têm o poder de produzir problemas sociais.

Quanto à definição, a ANA se reconhece como espaço de integração de experiências para promoção da agroecologia e do desenvolvimento rural:

[...] espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira, engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia de fortalecimento da produção familiar e da construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural (ANA, 2015, p. 1).

A organização da articulação se dá através de três frentes. A primeira busca articular experiências locais/territoriais realizadas pelas organizações que fazem parte da ANA, promovendo o intercâmbio entre elas e estimulando a reflexão coletiva. Essa atividade subsidia a segunda frente de ação, que consiste no trabalho sobre políticas públicas, identificando-se desafios para o desenvolvimento da agroecologia e elaborando propostas para criação e aprimoramento de políticas públicas. O esforço nesse sentido, tem fortalecido a ANA como ator político do campo agroecológico, legitimado para negociações de políticas junto ao governo. Um exemplo dessa frente de ação pôde ser observado na construção da PNAPO, onde a ANA, através de sua rede de atores, das diversas regiões do país, apresenta uma proposta consolidada de política pública ao governo. A terceira frente de ação procura estabelecer a comunicação com a sociedade, dando visibilidade à realidade da agricultura familiar e da agroecologia (ANA, 2015).

A origem da ANA, suas frentes de ação e interlocução que ela proporciona, estão alicerçadas num projeto de produção sustentável que busca legitimação na sociedade. A articulação enxerga o poder do Estado como um grande impulsionador nesse processo, e por isso buscou, desde sua origem, dialogar com as instâncias governamentais, influenciar e propor políticas públicas que pudessem promover a agroecologia e o desenvolvimento sustentável. Esse fato reconhece o poder de legitimidade do Estado (ABRAMS, 2006), e o governo como espaço privilegiado de poder e luta na articulação com a sociedade civil (TROUILLOT, 2011) no processo do ‘fazer-se Estado’.

Mesmo tendo participação na construção de políticas públicas na área da agricultura familiar, essencialmente a partir de 2003, a ANA observava que o governo não compactuava totalmente com suas orientações políticas, visto que o agronegócio passava por uma fase de forte crescimento, inclusive com a liberação

dos transgênicos. A agroecologia, desde então, passou a se constituir como o contraponto do agronegócio, o que ficou explícito na Carta Política do II ENA, em que a “agroecologia se desenvolvia como contracorrente das orientações do Estado dominadas pelos interesses do agronegócio”. Esse fato fazia da ANA um canal de aproximação e diálogo das organizações em prol da produção familiar agroecológica, não explicitando as diferenças da diversidade de atores que a integrava (ANA, 2006).

No “Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: agroecologia, saúde e justiça ambiental, soberania alimentar, economia solidária e feminismo”, realizado em Salvador – BA em 2011, críticas foram direcionadas ao governo apontando a incompatibilidade dos modelos do agronegócio e o da agroecologia no mesmo território, com a tolerância do desmatamento, do uso de agrotóxicos, de utilização de sementes transgênicas, pactuando uma complexa agenda entre os participantes do evento. Crítica a um Estado que legitima, como mencionado por Abramns (2006), e que neste caso, tolera as práticas do agronegócio.

De acordo com Bensadon (2016), foi a partir de 2012 que a ANA, sem interromper os diálogos com redes e organizações da sociedade civil, se voltou com maior ênfase para o diálogo direto com o governo, objetivo que já havia sido colocado em publicações após o II ENA. Esse fato se deu a partir da oportunidade de contribuir para a estruturação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, processo que foi motivado pela trajetória da ANA e também pelas mulheres na Marcha das Margaridas, que no ano de 2011 reivindicaram uma política nacional de agroecologia.

No mesmo ano, o Ministério do Meio Ambiente convidou a ANA e movimentos sociais para um debate, reconhecendo a necessidade de tomar iniciativas que promovessem o espaço da agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento rural no Brasil. O futuro programa, plano ou política, do qual não se tinha clareza, daria concretude à pauta da agroecologia “para dentro” do governo federal, articulado a outros ministérios e órgãos públicos e com a sociedade civil organizada (ANA, 2012, p. 1).

A partir do compromisso das articulações interministeriais para elaboração da proposta, ainda informalmente foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial⁴. A identificação de metas e iniciativas dos diferentes ministérios relacionados à agroecologia e agricultura orgânica, no Plano Pluri-anual (PPA) (2012-2015), foi uma das primeiras iniciativas desse grupo, já que o PPA havia sido lançado sem articulação para criação de um Plano Nacional de Agroecologia como prometido. Com auxílio de um consultor contratado, esse primeiro trabalho do grupo resultou num documento denominado “Plano Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção” (PNASOP⁵).

O grupo de trabalho reorientou um processo já iniciado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em conjunto com a Comissão Nacional de Produção Orgânica (CNAPOrg), em que havia produzido uma minuta de decreto de uma Política Nacional de Agricultura Orgânica, no ano de 2011. Os esforços foram então direcionados para a construção de uma Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção, como inicialmente foi chamada.

⁴ Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

⁵ BRASIL. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. 2011. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=forums&srcid=MTg0NDAxNTc3MDIxMDg1NDcyMDgBMDQyMjYyMDQ1ODAsODg3NTI5NDQvOC02OXZlZDVyZ1VKATAuMGEbDjI>>. Acesso em 10 jan. 2017.

A ANA em interlocução com o grupo de trabalho, buscando participar ativamente da construção da política, propôs a realização de reuniões regionais com a sociedade civil e um seminário nacional. Esse diálogo propiciaria a participação das organizações e movimentos sociais na formulação dessa política junto aos gestores públicos. Para isso, a ANA realizou uma reunião com o grupo de trabalho, gerando um documento de subsídio para as reuniões regionais, e sugerindo a organização do debate em torno de três eixos: premissas políticas gerais, proposta de uma Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção, depois chamada Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), e processo de discussão e negociação da política. Além do documento subsídio, os seminários regionais deveriam consultar as cartas políticas do II ENA, do Encontro de Diálogos, do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, a minuta de decreto presidencial que institui a Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção⁶ e o Plano Nacional elaborado no âmbito do grupo interministerial (ANA, 2012).

O documento subsídio destaca as políticas públicas que contribuíram para o fortalecimento da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, mas que estas eram insuficientes e fragmentadas. Ainda, menciona que o Estado, em seu conjunto, vem reproduzindo um modelo de desenvolvimento em contradição aos postulados pela ANA⁷, mesmo com a incorporação de uma perspectiva agroecológica em programas e instituições. Nesse contexto, a ANA propõe a agroecologia como uma alternativa de organização socioeconômica, tecnológica e ambiental para o desenvolvimento rural no Brasil.

O Núcleo Executivo da ANA, nesse documento, relembra sua participação no Programa Nacional de Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade, inscrito no PPA (2008-2011), que teria se constituído num “ajuntamento” de iniciativas pontuais de ministérios e outros órgãos públicos, não seguindo as proposições conceituais e metodológicas da ANA. A política em discussão no documento, é colocada com a mesma característica, que iria demonstrar novamente, os “limites que a hegemonia dos interesses do setor do agronegócio impõe à elaboração e implantação de políticas estruturantes para o desenvolvimento rural fundamentadas na agroecologia”. Acrescentam ainda que não estariam diante de uma oportunidade de mudança radical no modelo de desenvolvimento hegemônico (ANA, 2012). Fica claro, por parte da ANA, os repertórios de cooperação e conflito como mencionado por Tilly (1995) e Tarrow (2009).

Externam no documento subsídio para as reuniões regionais de construção da PNAPO, a preocupação de que as negociações pudessem resultar em uma política diferente do que estão propondo, e mais, da ANA estar sendo “usada” para legitimar uma imagem do governo. Giuni e Passy (1998) relatam que uma das formas de ocorrência da cooperação conflituosa é pela incorporação de lideranças dos movimentos em comissões, comitês, instâncias estatais, buscando a legitimidade das ações do Estado. No caso da PNAPO, ocorreu também a delegação, outra forma de cooperação conflituosa, onde se transfere responsabilidades para organizações e movimentos sociais. Conhecedores desse possível interesse do governo, a ANA discute o que poderia ser proposto para acumular forças, para em outro contexto buscar avanços mais estruturais. Refletem

⁶ A minuta de decreto foi consultada através dos documentos da ANA, mas não foi publicada oficialmente, por isso não será referenciada ao final do trabalho.

⁷ Citam a não realização da Reforma Agrária; a violação dos direitos territoriais; a liberação dos transgênicos, a ampliação do consumo de agrotóxicos, as mudanças do código florestal, do código de mineração etc.

que não entrar no debate, mesmo que esse seja um movimento contraditório e as perspectivas não favoráveis, seria perder a oportunidade para representar as denúncias e a afirmação das alternativas que a agroecologia propunha.

Foram organizados e realizados cinco seminários regionais pela ANA (Amazônia, Cerrado, Nordeste, Sudeste e Sul), nos meses de fevereiro e março de 2012, buscando ampliar o debate sobre a PNAPO, discussão que foi consolidada no Seminário Nacional, realizado em abril de 2012. O conjunto de eventos mobilizou aproximadamente 300 pessoas, representantes de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, redes e profissionais vinculados a universidades, órgãos governamentais de pesquisa e extensão. Cada região expôs suas percepções acerca da política e também elaborou uma proposta com base na minuta de decreto já existente.

A proposta elaborada pela ANA apresentou nove diretrizes, e para cada uma delas, a descrição de objetivos específicos e o detalhamento de ações prioritárias. As diretrizes perpassavam, de modo geral, o direito humano à alimentação adequada, o acesso à terra e à água através da reforma agrária, a valorização das culturas locais da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, a internalização da perspectiva agroecológica nas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural e a valorização das mulheres e jovens.

A gestão da política se daria através de uma Câmara ou Grupo Intergovernamental e um Conselho Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. O financiamento da PNAPO, além das dotações orçamentárias do Orçamento Geral da União, seria pela criação de um Fundo Nacional de Apoio e Fomento a Agroecologia e Produção Orgânica, aos moldes do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), e também pelas dotações da readequação da operação de fundos já existentes.

A perspectiva do governo federal e da ANA era lançar a proposta da PNAPO na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, em junho de 2012, o que não ocorreu, sendo instituída no dia 20 de agosto de 2012 por meio do Decreto nº 7.794. O texto gerou um “desconforto” por parte da ANA, expresso em uma nota intitulada “Moção sobre a Política Nacional de Agroecologia”⁸. Nessa nota a ANA menciona que os 18 meses de diálogo com suas entidades e governo federal resultou em um texto que não contempla, entre suas diretrizes, questões fundamentais como a função social da terra, promoção do acesso à água como um bem de domínio público e a participação da sociedade na gestão da política. Reconhecem que o decreto responde a algumas das reivindicações apresentadas pela articulação, mas que a efetivação real da Política necessitava da instalação imediata da comissão prevista no Decreto, para que a mesma pudesse, a curto prazo, tratar da efetivação das estratégias, instrumentos e medidas já formuladas e reivindicadas pela ANA.

Desde que foi instituída a Pnapo já foram elaborados dois Planapos⁹, o primeiro compreendendo o período de 2013 a 2015, e o segundo lançado em 2016

⁸ ANA. ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Moção sobre a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Disponível em: < <http://www.agroecologia.org.br/2012/08/23/mocao-sobre-a-politica-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica/> >.

Acesso em: 10 jan. 2017.

⁹ A elaboração do Planapo envolveu a participação de diversos atores governamentais e organizações da sociedade civil, situados no âmbito da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - Ciapo (com representantes de dez ministérios) e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Cnapo (quatorze representantes da sociedade civil e quatorze representantes do governo federal), e mobilizados em diálogos regionais nacionais. Nestes espaços de diálogos, os debates em torno da agroecologia contaram com organizações do campo agroecológico como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e Articulação Semiárido (ASA), enquanto

em vigor até o ano de 2019. Mesmo havendo a manifestação negativa por parte da ANA referente ao texto da política, o que está contemplado na perspectiva de cooperação conflituosa, os Planapos, mais detalhados, se aproximam mais dos repertórios e da metodologia utilizada pela ANA. Nos dois documentos, que representam um dos instrumentos mais importantes da política, é possível observar um conjunto de programas, ações e prazos para responder as demandas em pauta e contribuir na alteração de um cenário diagnosticado.

No primeiro Planapo fica clara uma preocupação com a produção de alimentos, e que esta deve estar atrelada a uma perspectiva de segurança alimentar e nutricional, conservando os diferentes biomas na forma de biodiversidade. O documento ressalta a existência de exemplos concretos e exitosos de produção orgânica e de base ecológica, viabilizados por organizações e movimentos sociais articulados em redes e a necessidade de ampliação desse processo (BRASIL, PLANAPO, 2013/2015).

Avançando ainda mais, o Planapo lançado em 2016 apresenta um cenário de impactos negativos ocasionados pela produção agrícola sobre o meio ambiente, levantando questões como consumo de energia, insumos químicos e o desmatamento. Assim, a agroecologia é colocada como uma alternativa para construção de um novo paradigma para a agricultura, promovendo uma produção sustentável, em bases estruturais mais justas e inclusão no campo (BRASIL, PLANAPO, 2016/2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar a relação, conflitos e confluência entre Estado e movimento agroecológico, representado pela ANA, na construção da PNAPO e dos Planapos, utilizando um referencial que trata do Estado e seus processos, políticas públicas e a relação com organizações e movimentos sociais. Retomando os principais resultados, pode-se observar a importância da ANA na preposição da PNAPO, organizando reuniões regionais e dialogando com diversos atores, em uma perspectiva participativa de construção da política.

Fica claro o posicionamento dessa articulação em relação ao governo e suas ações no que se refere à agricultura que promove o desmatamento, que se utiliza intensivamente de insumos químicos, que degrada o solo e a água. Para a ANA, dar legitimidade a essas ações e ser tolerante a esse modo de produzir, expõe relações de poder, mesmo em um governo que está incorporando as noções de agroecologia e desenvolvimento sustentável em suas políticas.

Mesmo tendo conhecimento da fragilidade do governo em relação à pauta agroecológica, a ANA buscou, com sua autonomia, cooperar na criação da PNAPO, como um passo na trajetória de reconhecimento de suas reivindicações. O engajamento com o governo, através da construção dessa política pública, impulsiona a inclusão e legitimação de seus valores e modelo de produção sustentável, nesse processo maleável e mutável de 'fazer-se Estado'. De acordo

nas discussões sobre produção orgânica foram importantes a rede de Comissões da Produção Orgânica das Unidades de Federação (CPOrgs) e a Câmara Temática da Agricultura Orgânica (CTAO) do Mapa. Movimentos sociais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), Via Campesina e Marcha das Margaridas também foram fundamentais. Cita-se ainda fóruns que foram importantes para a construção coletiva da Pnapo e do Planapo: i) o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf); ii) o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); iii) a Comissão Interministerial de Educação em Agroecologia; e iv) o Fórum Permanente de Agroecologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (BRASIL, PLANAPO, 2013/2015, p. 15; SIMONI, 2013).

com Caporal e Petersen (2012), ainda que haja o estímulo a modelos mais sustentáveis na agricultura, as políticas públicas brasileiras expressam, muitas vezes, “uma dicotomia irreconciliável entre diferentes modelos de desenvolvimento agrícola, expressando o predomínio da lógica da ideologia da modernização” (CAPORAL; PETERSEN, 2012, p. 70).

Mesmo com conflitos, havia uma abertura do Estado para que as questões do movimento agroecológico fossem discutidas, sendo incorporadas ou não, em políticas públicas. Isso se deu através da consulta dos movimentos e organizações sociais, incorporação de lideranças dos movimentos em comissões, comitês e instâncias estatais, e transferindo responsabilidades do Estado para organizações e movimentos sociais na execução de políticas públicas, caracterizando a cooperação conflituosa de Giuni e Passy (1998). No entanto, a dinamicidade e complexidade do Estado, em seus processos de criação e recriação, como aborda Elias (2006), pode alterar esse cenário. Uma mudança recente no governo brasileiro, provocando um contexto de instabilidade econômica e política, exige que os atores se reposicionem, busquem alternativas e novas estratégias para que suas demandas sejam atendidas, e então possam participar do processo da construção de políticas.

Já no cenário anterior, com diferentes formas de abertura do Estado para o movimento agroecológico, haviam conflitos entre esses atores. O texto da PNAPO explicita esse conflito com a ANA, onde algumas diretrizes não são elencadas, por que possivelmente poderiam fazer emergir confrontos com outros grupos no âmbito da esfera governamental. Entretanto, os Planapos demonstram explicitamente o espaço conquistado pela ANA, com textos que se aproximam de suas narrativas e modelo de produção reivindicado.

Esse diálogo se dá em um espaço privilegiado de poder e luta, de diferentes percepções e interesses (TROUILLIT, 2011), onde os atores utilizam-se de repertórios de cooperação e conflito (TARROW, 2009; TILLY, 1995). Neste sentido, a ANA percebe que mesmo havendo espaço para diálogo e construção de ações em conjunto, esse Estado é ainda marcado por um projeto ideológico que se mantém devido à construção de um campo de poder anterior (BOURDIEU, 1996). Mesmo assim, a articulação dialoga e trabalha em parceria, por que vê no Estado o impulsionador de legitimação de suas ideias, valores e modelo de produção e desenvolvimento (ABRAMS, 2006).

Mesmo sem pesquisas aprofundadas é possível constatar que esse projeto ideológico anterior, acima mencionado, é retomado no Brasil. Como foi abordado no trabalho, a atuação da ANA e do movimento agroecológico já se dava em um cenário dualístico, de favorecimento de duas frentes, mas continuavam dialogando em busca de legitimação de suas pautas. No entanto, o Estado passa ser utilizado como um espaço de legitimação de outra perspectiva de desenvolvimento, ou talvez de uma única perspectiva de desenvolvimento, o que dificulta ainda mais a inserção da agricultura familiar e um modelo de produção e desenvolvimento sustentável nas políticas públicas brasileiras.

É importante salientar as limitações do estudo, que foi baseado em análise documental de textos governamentais, da ANA, de eventos e trabalhos realizados sobre o tema. Na continuidade de estudos sobre a relação dos movimentos e organizações sociais com administrações públicas nos processos de formação do Estado, cabem reflexões mais aprofundadas sobre estruturas históricas, relações de poder e as limitações dos movimentos nesse contexto.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMS, P. Notes on the Difficulty of Studying the State. In Sharma, A.; Gupta, A. (eds.). **The Anthropology of the State: a reader**. MA, USA: Blackwell Publishing, 2006. p. 112-130.

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21 - 41, 2012.

ALTIERI, M. **Agroecology: The science of sustainable agriculture**. Boulder, CO: Westview Press, 1995.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA - ANA. **II Encontro Nacional de Agroecologia**. Recife, jun., 2006.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA. **O que é a ANA**. 2015. Disponível em: < <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA. **Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA para a “Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica”**. 2012. Disponível em: < <http://www.agroecologia.org.br/category/c83-temas-prioritarios/c89-politicas-publicas-com-enfoque-agroecologico/page/2/>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA. **Seminário Oficina Regional Centro-Oeste “Por uma Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção”**. 2012. Disponível em: < <http://www.agroecologia.org.br/category/c83-temas-prioritarios/c89-politicas-publicas-com-enfoque-agroecologico/page/2/>>. Acesso em 03 jan. 2017.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA. **Seminário Oficina Regional Sudeste: por uma política nacional de agroecologia e sistemas orgânicos de produção**. 2012. Disponível em: < <http://www.agroecologia.org.br/category/c83-temas-prioritarios/c89-politicas-publicas-com-enfoque-agroecologico/page/2/>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA. **Seminário Oficina Regional Sul: 6, 7 e 8 de março de 2012**. Disponível em: < <http://www.agroecologia.org.br/category/c83-temas-prioritarios/c89-politicas-publicas-com-enfoque-agroecologico/page/2/>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA. **Subsídios para o debate sobre a política nacional de agroecologia e sistemas orgânicos de produção**. Disponível em: < <http://www.agroecologia.org.br/category/c83-temas-prioritarios/c89-politicas-publicas-com-enfoque-agroecologico/page/2/>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

BRASIL. **Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019**. Disponível em: < http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PLANAPO_2016_2019.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. **Brasil agroecológico**: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2013-2015. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Usuario/Meus%20documentos/Downloads/brasil-agroecologico.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 7 jan. 2017.

BENSADON, L. S. **Tecendo projetos políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2016.

BOURDIEU, P. Espíritos de Estado. Gênese e estrutura do campo burocrático. In: **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, p. 91-136, 1996.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. Cursos no Collège de France (1989-1992). São Paulo: Companhia das Letras. 2014. [curso de 17 de janeiro. p. 174-190; curso de 7 de fevereiro. p. 223-239.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecologia**, nº 6, 2012. p. 63-74.

DELGADO, A. Opening Up for Participation in Agro-Biodiversity Conservation: The Expert-Lay Interplay in a Brazilian Social Movement. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, 21, 2008. p. 559-577.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice- all. 1984.

ELIAS, N. Processos de formação de Estados e construção de nações. In ELIAS, N. **Escritos & ensaios**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2006.

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA - ENA. **Anais**, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003.

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ENA. **Boletim ENA**. Rio de Janeiro: Núcleo Executivo do ENA, n. 1, fev., 2002.

FARIA, C. F. Estado e organizações da sociedade civil no Brasil contemporâneo: construindo uma sinergia positiva? **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, 2010.

GIUGNI, M.; PASSY, F. Contentious politics in complex societies: New social movemensts between conflict and cooperation. In: GIUGNI, M.; McADAM, D.; TILLY, C. **From contention to democracy**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **RESR**, v. 52, Supl. 1, p. 125-146, 2014.

LERRER, F. D.; MEDEIROS, S. L. Food sovereignty and struggle for land: the experience of the MST in Brazil. In: **Alternative Agrifood Movements: Patterns of Convergence and Divergence**, 2014.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua nova**, n. 17, p. 49-66, 1989.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise de políticas públicas**, 2 ed., Pelotas (RS): Educat, 2004.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. **Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória)**. Rio de Janeiro, 2004.

PICOLOTTO, E. L.; PICCIN, M. B. Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? **Extensão Rural**, Santa Maria, Ano XV, nº 16, p. 5-36, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5500>.

SOUZA LIMA, A. C. Apresentação. Dossiê Fazendo Estado. O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processo de formação estatal. **Revista de Antropologia** (USP. Impresso), v. 55, p. 559-564, 2012.

SOUZA LIMA, A. C. Introdução: Sobre gerar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. In: SOUZA LIMA, A. C. de (ed.): **Gestar e Gerir: Estudos para uma antropologia da administração pública**, Rio de Janeiro: Nuap/ Relume-Dumará, 2003.

SOUZA LIMA, A. C.; MACEDO e CASTRO, J. P. Notas para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s). **Revista Antropológicas**, v. 26, n. 2, p. 17-54, 2015.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. **Sociologias** (UFRGS), v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, C. **Coerção, capital e estados europeus (990-1992)**. São Paulo: EDUSP, 1996.

TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, M. org.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham, NC: Duke University Press, p. 15-42, 1995.

TROUILLOT, M. R. The anthropology of the state in the age of globalization. Close encounters of the deceptive kind (inclui debate de Chris Hann e László Kurti). **Current Anthropology**, v. 42, n. 1, p. 125-138, 2001.

PRODUTIVIDADE DA CASTANHA DE CAJU NO ESTADO DO CEARÁ: UMA ANÁLISE DE CONVERGÊNCIA

Otoniel Rodrigues dos Anjos Junior¹
Juliane da Silva Ciríaco²
Márcia Cristina Silva Paixão³

RESUMO

O artigo analisa a convergência de produtividade da castanha de caju no Ceará. Para tanto, utilizam-se instrumentos da econometria espacial porque a hipótese de dados espacialmente dependentes não pode ser rejeitada. A partir dos resultados significativos do I de Moran e do LISA, destacam-se evidências de que municípios com alta produtividade estão geralmente localizados próximos de outros de alta produtividade. Por sua vez, municípios de baixa produtividade, geralmente situam-se na vizinhança de outros de baixa produtividade. Os dados também mostram que a hipótese de convergência não pode ser rejeitada em nenhum dos períodos analisados. Em tais condições, estimou-se as velocidades de convergência de 6,49%, 4,96% e 7,71% ao ano para os períodos 2000-2007, 2008-2015 e 2000-2015, respectivamente. Por fim, considerando o período 2000-2007, identificou-se que seriam necessários cerca de 13 anos para eliminar 50% da diferença de produtividade que separa esse setor de seu estado estacionário. No caso dos períodos 2008-2015 e 2000-2015, seriam necessários cerca de 16 e 14 anos, respectivamente.

Palavras-chave: convergência de produtividade, econometria espacial, setor cajucultor.

PRODUCTIVITY OF CASHEW NUT IN THE CEARÁ STATE: A CONVERGENCE ANALYSIS

ABSTRACT

This paper analyzes the productivity convergence in the cashew nut sector of the Ceará State, Brazil. Instruments of spatial econometrics are applied since the hypothesis of spatial dependence cannot be rejected. From the significant results of Moran's I and LISA, we highlight that municipalities with high productivity are generally located close to others with high productivity. In turn, low-productivity municipalities are generally near low-productivity ones. The data also show that the convergence hypothesis cannot be rejected in any analyzed period. Under these

¹ Graduado em Economia (UFPB). Mestre em Economia (PPGE-UFPB). E-mail: pbdosanjos@hotmail.com.

² Graduada em Economia (UFC). Mestra em Economia (PPGE-UFPB). E-mail: julianeciriacco@hotmail.com.

³ Graduada em Economia (UFPB). Mestra em Economia (PPGE-UFPB). Doutora em Economia (UNB). Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba (DE-UFPB). E-mail: marciapaixão@terra.com.br.

conditions, convergence rates of 6.49%, 4.96% and 7.71% per year were estimated for the periods 2000-2007, 2008-2015 and 2000-2015, respectively. Finally, considering the period 2000-2007, it was identified that it would take about 13 years to eliminate 50% of the productivity gap separating this sector from its steady state. Regarding the periods 2008-2015 and 2000-2015, it would be necessary about 16 and 14 years, respectively.

Keywords: cashew nut sector, productivity convergence, spatial econometrics.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, devido sua extensão territorial, tem no setor agrícola uma relevante fonte de geração de emprego e renda. Entre as principais características desse setor, destacam-se a capacidade de fornecimento de matérias primas para os demais setores da economia e de geração de expressivos excedentes para exportação. Ainda, a produção agrícola brasileira contribui para o crescimento econômico do país ao criar postos de trabalho e garantir o provimento de alimentos para o campo e para a cidade.

O setor agrícola brasileiro é caracterizado por uma diversidade de tamanho das propriedades rurais, envolvendo desde unidades familiares até latifúndios, além de diferenças tecnológicas, regionais e climáticas que, naturalmente, influenciam a quantidade e a qualidade dos produtos.

Ao mesmo tempo em que a extensão de terras do Brasil favorece uma elevada produção agrícola, dificulta a execução de políticas públicas setoriais, sobretudo devido a diversidades regionais existentes. Isto é, tem-se em um mesmo país regiões com setores agrícolas bem diferentes em que políticas homogêneas podem, inclusive, reduzir os ganhos de diversos segmentos do setor.

Antes de qualquer decisão voltada à agricultura, é essencial entender os desdobramentos que poderão ocorrer por todo o sistema atingido. Medidas comuns para diferentes regiões podem não surtir o efeito desejado e acabar piorando globalmente os resultados. Salienta-se que tais cuidados devem ser tomados até mesmo dentro de espaços menores como estados e municípios.

O setor agrícola também apresenta características peculiares como o tipo de lavoura cultivada (temporária ou permanente), a técnica de manejo, a adaptabilidade da plantação ao clima, a tecnologia de produção, entre outras. Essa diferenciação faz surgir regiões que podem oferecer melhores condições de cultivo para algumas lavouras comparativamente a outras.

No Brasil, a cadeia produtiva do caju é atividade típica da Região Nordeste que concentra o cultivo, a extração e o processamento (MOURA; MAGALHÃES, 2008; GUANZIROLI et al., 2010). Segundo Anjos Junior et al. (2016), esse fruto se adapta justamente às condições climáticas dessa Região que, por sua vez, já possui maneiras mais apropriadas para lidar com a tecnologia de produção e o beneficiamento do produto.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a Região Nordeste responde por nada menos que 99,39% da área colhida de castanha de caju do país. Os dados de quantidade produzida também comprovam que a Região tem o monopólio e responde por 98,14% da produção brasileira.⁴

⁴ Área colhida (em hectare): Nordeste (582.926), Norte (2.945), Centro-Oeste (652). Quantidade produzida (em toneladas): Nordeste (100.578), Norte (1.651), Centro-Oeste (256). (IBGE, 2015).

Destaque-se que essa produção não se dá de forma homogênea dentro da Região Nordeste. Dados do IBGE (2015) mostram que o estado do Ceará apresenta a maior proporção de área colhida (64,23%), seguido pelo Piauí (14,99%) e o Rio Grande do Norte (13,51%). Ou seja, os três maiores produtores responderam por 92,73% de toda a área colhida de castanha de caju nordestina em 2015.

Em termos de quantidade produzida (em toneladas), os dados mostram a seguinte participação desses mesmos estados no ano de 2015: Ceará, 51,82%; Rio Grande do Norte, 22,21%; Piauí, 12,67%; Bahia, 4,52%.⁵

Destaque-se também que a castanha de caju responde por parcela significativa da balança comercial do estado do Ceará. Segundo Anjos Junior *et al.* (2016), entre os anos de 2007 e 2014, as exportações cearenses representaram cerca de 80% do volume brasileiro de exportações de castanha de caju. Assim sendo, o setor impulsiona o crescimento econômico de pequenos municípios cearenses. Segundo Moura e Magalhães (2008), os ganhos mais recentes no setor têm proporcionado alcançar o patamar de atividade agrícola demandante de tecnologia.

Diante do exposto, e considerando a importância do setor cajucultor para geração e manutenção de renda no estado do Ceará, este estudo analisa o processo de convergência da produtividade em seus municípios. Especificamente, pretende-se expor a possível diferenciação na velocidade de convergência da produtividade do setor produtor de castanha de caju no Ceará. São avaliados dados de três períodos: 2000- 2007, 2008-2015 e 2000-2015.

O artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na segunda seção são contemplados, brevemente, os aspectos gerais da análise de convergência e sua aplicação à agropecuária brasileira. A terceira seção descreve a metodologia e o banco de dados utilizado. Na quarta, são apresentados e discutidos os principais resultados do estudo.

2 ANÁLISE DE CONVERGÊNCIA APLICADA À AGROPECUÁRIA NO BRASIL

Almeida, Perobelli e Ferreira (2008) investigaram a convergência espacial da produtividade agrícola nas microrregiões brasileiras entre os anos de 1991 e 2003. Concluíram que a importância da agricultura para o crescimento econômico tende a ser desigual para as diferentes regiões do país e que existem evidências em favor da convergência da produtividade.

Segundo Lopes (2004), a convergência é um processo em que uma mesma variável apresenta diferentes valores para diferentes regiões (municípios, estados, países) e que, ao longo dos anos, essa diferença se reduz. Nessa ótica, estudos mostram, por exemplo, que a convergência de renda pode ser entendida como a tendência para uma redução das diferenças de rendimentos em nível mundial (FAGERBERG; GODINHO, 2005).

Segundo Barreto e Almeida (2009), há relação positiva entre investimento em pesquisa, crescimento econômico e convergência de renda no setor agrícola. Enquanto Castro, Almeida e Lima (2015) constataram que a disparidade regional existente na produtividade da soja tende a reduzir no longo prazo.

⁵ Sergipe não apresenta dados de produção de castanha de caju. Em 2015, os demais estados nordestinos responderam pela seguinte parcela de área colhida: Bahia, 3,67%; Maranhão, 2,05%; Paraíba, 0,69%; Pernambuco, 0,65%; Alagoas, 0,20%. E em termos de quantidade produzida dos demais estados, tem-se: Maranhão, 4,07%; Pernambuco, 3,15%; Paraíba, 0,95%; Alagoas, 0,1%.

Freitas e Almeida (2015), por sua vez, testam a hipótese de convergência de renda para 148 países no período de 1985 a 2005 e encontram resultados em consonância com a convergência em clubes ou múltiplos equilíbrios (QUAH, 1996).

Baumol (1986) empregou a Equação 1 para analisar um suposto processo de convergência de renda para 16 países industrializados no período de 1870 a 1979:

$$\frac{1}{T} \left[\ln \left(\frac{y}{n} \right)_{i,t} - \ln \left(\frac{y}{n} \right)_{i,t-1} \right] = \alpha + \beta \ln \left(\frac{y}{n} \right)_{i,t-1} + \varepsilon_i \quad (1)$$

Na equação, T é o tempo, $\ln \left(\frac{y}{n} \right)$ é o logaritmo da renda *per capita*, ε é o termo de erro e i é o indexador para os diversos países. Se existir convergência absoluta, o β deverá apresentar sinal negativo e significativo. A convergência de renda tem implicações relevantes sobre o processo de crescimento e desenvolvimento de diferentes regiões e a relação econômica entre elas, bem como sobre a atuação das políticas públicas nesse processo (FREITAS; ALMEIDA, 2015).

Lopes (2004) analisando a produtividade da terra, aponta três razões que pode explicar a convergência da produtividade agrícola: a) ocorrência de mudanças estruturais no processo de produção (relacionadas a inovações tecnológicas e ações de políticas públicas); b) influência do mecanismo de difusão tecnológico de novas sementes, novos sistemas de plantio; c) eliminação de obstáculos ao crescimento da produção (restrições ambientais, falta de logística adequada e carência de financiamento).

Existem ainda outras formulações matemáticas capazes de auxiliar a tomada de decisão econômica considerando a ação de convergência. Nesse caso, a partir da estimação do β é possível calcular tanto a velocidade de convergência (θ) quanto a meia-vida (τ), definidas pelas equações (2) e (3), respectivamente:

$$\theta = \frac{\ln(1+\beta)}{T} \quad (2)$$

em que T é o tempo.

$$\tau = \frac{\ln(2)}{\ln(1+\beta)} \quad (3)$$

Salienta-se que meia-vida (τ) pode ser entendido como o tempo necessário para que as economias percorram metade do caminho que as separam de seus estados estacionários.

3 METODOLOGIA E BANCO DE DADOS

Esta seção discute os procedimentos metodológicos empregados neste estudo. Inicialmente, são apresentados aspectos gerais da análise exploratória empreendida, apontando testes e procedimentos que mostram como identificar existência de padrão espacial nos dados. Em seguida, discute-se sucintamente a

estratégia empírica adotada para a estimação de modelos econométricos incorporando a ação da dependência espacial. Por fim, apresentam-se informações sobre os dados utilizados.

3.1 ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS ESPACIAIS

Na ótica de Almeida (2012), a modelagem espacial tem como objetivo especificar, estimar, testar e prever modelos teóricos influenciados por efeitos espaciais. Tal modelagem difere da tradicional por incorporá-lo tanto na estimação quanto no teste de hipótese e previsão dos modelos. Já Anselin (1988, 2003) argumenta que a modelagem espacial apresenta qualidade que possibilita estudar fenômenos com variáveis espacialmente intensivas. Assim, os instrumentos econométricos dessa modelagem acabam respondendo eficientemente aos tipos de dados ou problemas encontrados no setor agropecuário brasileiro.

A Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) deve ser tarefa preliminar a qualquer análise estatística mais sofisticada (ANSELIN, 1999; BRUNSDON, FOTHERINGHAM; CHARLTON, 2002; ALMEIDA, 2012). Na perspectiva de Anselin (1999), a AEDE permite descrever e visualizar padrões espaciais, identificar localidades atípicas (*outliers* espaciais) e descobrir padrões de associação espacial (*clusters* espaciais).

Almeida (2012) aponta tal análise como a mais indicada na investigação de variáveis densas ou intensivas. As variáveis extensivas podem conduzir a resultados enganosos devido à possibilidade de tendência de correlação espúria com a área ou população total da região em análise (ANSELIN, 2005).

Moran (1948) elaborou um indicador de autocorrelação espacial capaz de realizar consistentemente a AEDE. A estatística I de Moran pode ser utilizada na detecção da autocorrelação espacial global. Tal indicador pode ser representado por meio de um valor único representando o grau de associação espacial presente nos dados. Formalmente, o I de Moran Global pode ser expresso da seguinte forma:

$$I = \frac{N}{\sum_i \sum_j w_{ij}} \frac{\sum_i \sum_j w_{ij} (y_{it} - \bar{y}_t)(y_{jt} - \bar{y}_t)}{\sum_i (y_{it} - \bar{y}_t)^2}$$

(4)

N é o número de regiões, w_{ij} são os elementos da matriz de pesos espaciais (W), y_{it} é a observação na região i no período t e \bar{y}_t é a média das observações entre as regiões no período t .

Conforme Anselin (1995), a matriz W contempla as informações referentes à dependência espacial entre as N regiões i . Os elementos w_{ij} indicam a associação espacial entre as regiões i e j , sendo os elementos na diagonal principal iguais a zero. Assim, tem-se que a estatística de Moran assume valores entre um (1) e menos um (-1) e possui valor esperado igual:

$$E[I] = -[1/(n-1)]$$

(5)

Da equação (5) têm-se duas informações bastante relevantes. Inicialmente, nota-se que essa equação representa o valor obtido quando não há padrão espacial nos dados. Secundariamente, nota-se que tal estatística se aproxima de zero quando o número de municípios aumenta ($n \rightarrow \infty$). Portanto, valores positivos de I que excedem $E[I]$ indicam autocorrelação espacial positiva, enquanto valores de I abaixo do $E[I]$ sinalizam autocorrelação espacial negativa.

Apesar da eficiência em mapear globalmente a incidência de autocorrelação espacial, a utilização do teste de Moran global pode deixar de captar padrões espaciais locais significantes (*clusters* e *outliers*) em algumas regiões (ANSELIN, 1994). Nesse sentido, Anselin (1995) aponta que é possível encontrar um teste de associação espacial local a partir de fragmentos do teste de Moran global.

A análise da autocorrelação espacial local pode ser efetuada utilizando-se o I de Moran Local ou LISA (sigla de *Local Indicator of Spatial Association*). Segundo Anselin (1995), esse indicador fornece indicação de *clusters* ou agrupamentos espaciais significativos de valores semelhantes em torno de certa observação. O LISA para cada região i e período t pode ser expresso por:

$$I_i = \frac{(y_{it} - \bar{y}_t) \sum_j w_{ij} (y_{jt} - \bar{y}_t)}{m_0}$$

(6)

$$\text{Em que } m_0 = \frac{\sum_i (y_{it} - \bar{y}_t)^2}{N}.$$

Valores positivos de I_i devem indicar presença de agrupamentos de valores similares entre si e valores negativos, presença de agrupamentos de valores relativamente dissimilares.

3.2 MODELANDO A DEPENDÊNCIA ESPACIAL

Na presença de efeitos espaciais, o Modelo Clássico de Regressão Linear (MCRL) apresenta limitações que desencadeiam inconsistência e/ou ineficiência (ANSELIN, 1988; ANSELIN; BERA, 1998). Nessa perspectiva, a estimação do MCRL no contexto de dependência espacial e averiguando a produtividade média (Equação 7), objetiva apenas encontrar como a dependência espacial toma forma no espaço (na variável dependente e/ou no termo de erro). A forma da dependência espacial pode ser constatada por meio dos testes do Multiplicador de Lagrange e Multiplicador de Lagrange Robusto.⁶

$$\ln \left(\frac{Pme_t}{Pme_{t-n}} \right) = \alpha + \beta \ln(Pme_{t-n}) + u_i$$

(7)

⁶ Para mais informações, consultar Florax, Folmer e Rey (2003).

Sendo que $\ln\left(\frac{Pme_t}{Pme_{t-n}}\right)$ é o logaritmo natural da razão entre a produtividade média entre dois anos, $\ln(Pme_{t-n})$ é o logaritmo natural da produtividade média no período inicial e u_i é o termo de erro. Ao passo que o termo de erro u_i segue um processo espacial autorregressivo, tem-se:

$$u_i = \lambda u_i + \varepsilon_i \quad (8)$$

Em que λ representa o coeficiente escalar do erro espacial e o termo de erro ε_i é normalmente distribuído com média zero e variância constante. Incorporando a Equação (8) na Equação (7), encontra-se a forma adequada do modelo de regressão de erro espacial:

$$\ln\left(\frac{Pme_t}{Pme_{t-n}}\right) = \alpha + \beta \ln(Pme_{t-n}) + (I - \lambda W)\varepsilon_i \quad (9)$$

Nessa modelagem, W é a mesma matriz de contiguidade utilizada para realizar AEDE. Com $\lambda \neq 0$, a incidência de determinado choque numa região se espalha não só para os seus vizinhos imediatos, mas afeta também os vizinhos de ordem maior (REY; MONTOURI, 1999). Assim, o coeficiente espacial autorregressivo (λ) mede o grau de dependência espacial no termo de erro ou de efeitos não modelados que não são aleatoriamente distribuídos através do espaço.

Outra forma de internalizar os efeitos dos transbordamentos é através da modelagem global de defasagem espacial. Nesse caso, mudanças na variável explicativa numa região afetarão diretamente a própria região e poderão afetar as demais regiões por meio de efeito indireto (LESAGE; PACE, 2009).

$$\ln\left(\frac{Pme_t}{Pme_{t-n}}\right) = \alpha + \rho W \ln\left(\frac{Pme_t}{Pme_{t-n}}\right) + \beta \ln(Pme_{t-n}) + \tau W \ln(Pme_{t-n}) + \xi \quad (10)$$

Em que $\xi = \lambda W\xi + \varepsilon_i$ é o termo de erro; $\ln\left(\frac{Pme_t}{Pme_{t-n}}\right)$ é o logaritmo natural da razão entre produtividade média de dois anos. Por sua vez, $\ln(Pme_{t-n})$ é o logaritmo natural da produtividade média no período inicial; τ é o termo de transbordamento espacial, enquanto $W \ln\left(\frac{Pme_t}{Pme_{t-n}}\right)$ denota a defasagem espacial da produtividade e ε representa o termo de erro com média zero e variância constante. Por fim, ρ é o coeficiente de defasagem o qual espera-se

que seja maior do que zero sugerindo, então, existência de autocorrelação espacial positiva.

Por fim, tem-se a Equação (11) representando uma junção das equações (9) e (10) em que os transbordamentos podem ocorrer tanto na variável dependente quanto no termo de erro do modelo.

$$\ln \left(\frac{Pme_t}{Pme_{t-n}} \right) = \alpha + \rho W_1 \ln \left(\frac{Pme_t}{Pme_{t-n}} \right) + \beta \ln(Pme_{t-n}) + \tau W \ln(Pme_{t-n}) + \lambda W_2 \xi + \varepsilon_i \quad (11)$$

em que W_1 e W_2 são matrizes de contiguidade não necessariamente iguais.

3.3 DADOS DA PESQUISA

São utilizados dados de rendimento médio por hectare da castanha de caju no estado do Ceará. Tais dados representam a produtividade do setor e são levantados pela Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos anos 2000, 2007, 2008 e 2015⁷.

Nesta pesquisa, utiliza-se o rendimento médio municipal do fruto como forma de verificar um possível processo de convergência setorial de renda. As estimações de modelos de convergência absoluta testam o processo sem considerar o efeito de outras variáveis relacionadas ao fenômeno.

Destaque-se que a presente pesquisa enfrentou limitações de bases de dados adequadas para explicar o rendimento médio do setor cajucultor no Ceará. A falta de informações sobre fatores naturais (solo e clima), estruturais e tecnológicos (tanques, lagos, açudes, construções, benfeitoria e sistema de plantio), humano (mão de obra e nível de especialização), organizacional (nível de organização do setor em cada município), existência de cooperativas e/ou associação de moradores e de mercado específico para a venda e escoamento do produto, limitaram essa análise a um modelo de convergência absoluta.

Nesse sentido, a inclusão de controles em um possível modelo de convergência relativa poderá ser efetuada em pesquisas futuras as quais já partam da condição de convergência absoluta.

4 RESULTADOS

Nesta seção são descritos os resultados da pesquisa. Inicialmente, as estatísticas descritivas e os resultados da análise exploratória de dados espaciais são apresentados e, em seguida, discutem-se os principais resultados das estimações dos modelos econométricos.

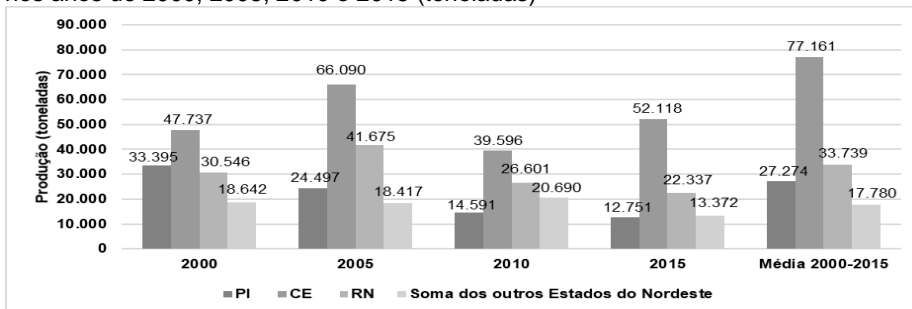
4.1 A PRODUÇÃO DE CASTANHA DE CAJU NO ESTADO DO CEARÁ: FATOS ESTILIZADOS

Na Figura 1 tem-se a produção total dos três maiores produtores de castanha de caju do Nordeste nos anos de 2000, 2005, 2010 e 2015. Com destaque o estado Ceará no ano de 2005 com mais de 66 mil toneladas. No período 2000-

⁷ Dados disponíveis em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/106>>. Acesso em: dez. 2016.

2015, sua produção média foi 77.161 toneladas quase o dobro do Rio Grande do Norte, segundo colocado com média de 33.739 toneladas.

Figura 1 - Estados da Região Nordeste com maior produção de castanha de caju nos anos de 2000, 2005, 2010 e 2015 (toneladas)

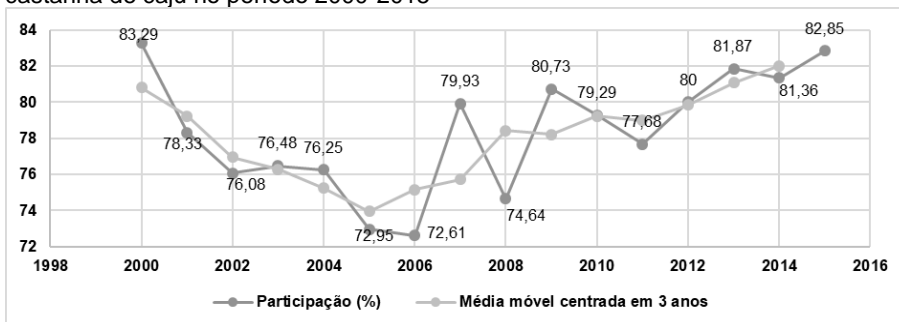


Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE.

Por fim, aparece o estado do Piauí que, exceto para o ano 2000, é o terceiro produtor do Nordeste. Portanto, os três maiores produtores de castanha de caju concentram mais de 75% da produção da Região em qualquer dos anos analisados.

Aparentemente, o fruto contribui com a geração de emprego e renda no Ceará, comercializado nos mercados interno e externo. Considerando apenas o período 2000-2015, o estado respondeu por 70-80% das exportações nordestinas do fruto (Figura 2).

Figura 2 - Participação das exportações cearenses nas exportações nordestinas de castanha de caju no período 2000-2015



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE.

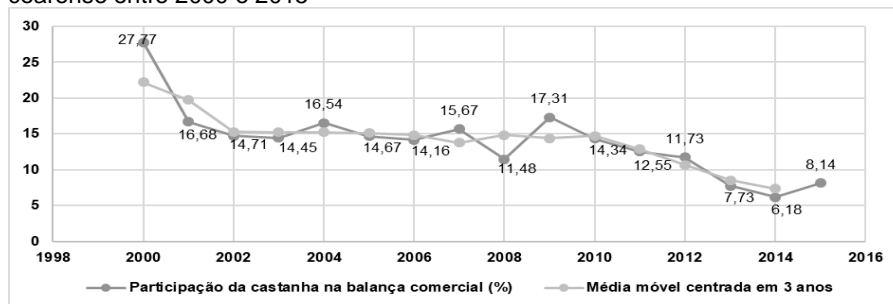
Elaborou-se um sistema de média móvel centrada em três anos para melhor demonstrar a tendência das exportações ao longo do tempo (Figura 2), possibilitando visualizar uma parábola convexa em relação a origem. Portanto, a série começa com valores expressivamente altos e passa a apresentar reduções ao longo dos anos atingindo um mínimo global no ano de 2005 e, posteriormente, crescendo monotonamente até o último ano da série.

Ressalte-se que os períodos de queda das exportações cearenses são avaliados na literatura como de perda de vantagens comparativas de suas

exportações em relação aos estados do Rio Grande do Norte e Piauí e de outros países como Vietnã e Índia (ALBUQUERQUE et al., 2011).

Os dados apresentados na Figura 3 sugerem perda de relevância das exportações de castanha de caju na balança comercial cearense. Um fenômeno que pode ser reflexo de uma série de fatores: surgimento de mercados ofertantes, mudança de qualidade do fruto, aumento do investimento em outros setores da economia e consequente ascensão de novos produtos na pauta de exportações do estado.

Figura 3 - Participação das exportações de castanha de caju na balança comercial cearense entre 2000 e 2015



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE.

4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS DADOS

Na Tabela 1, constata-se que a produção de castanha está sujeita a um grau relevante de oscilação. Esse comportamento pode ser reflexo de fatores como variações climáticas, tecnológicas ou mesmo falta de incentivos ao produtor.

Segundo Anjos Junior et al. (2016), a redução no rendimento da castanha de caju pode ser ocasionada por: baixa fertilidade da terra, chuvas escassas, pouco investimento no setor, ausência de especialização no processo de produção, entre outros.

Tabela 1 - Estatística descritiva da produtividade média da castanha de caju por hectare no estado do Ceará nos anos de 2000, 2008 e 2015

Estatística	2000	2008	2015
Média	222,77	347,17	123,44
Erro padrão	8,93	9,63	7,31
Mediana	200	347	110
Desvio padrão	121,13	130,57	99,22
Mínimo	0	0	0
Máximo	500	1000	500
Contagem	184	184	184
Nível de confiança (95%)	17,62	18,99	14,43

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados da pesquisa.

Na comparação das estatísticas descritivas para os anos 2000, 2008 e 2015, tem-se que os valores de 2015 sugerem ser estatisticamente mais robustos comparativamente aos demais. No entanto, tais informações não permitem tirar conclusões precisas, sobretudo pelas oscilações apresentadas em seus indicadores. Assim, faz-se necessária a estimação de modelos econométricos específicos que permitam obter uma conclusão mais consistente acerca do fenômeno estudado.

4.3 DEPENDÊNCIA ESPACIAL DA PRODUTIVIDADE DA CASTANHA DE CAJU NOS MUNICÍPIOS CEARENSES

Almeida (2012) aponta o I de Moran como um eficiente indicador para ser empregado no processo de identificação de incidência de autocorrelação espacial. O autor também destaca a existência de outros testes que podem levar a resultados similares, como os testes de Geary (1954) ou Getis e Ord (1992).

Outro aspecto relevante é o procedimento preliminar necessário à realização de testes de dependência e estimação de modelos econométricos que é o de encontrar determinada matriz que possibilite capturar o máximo de associação espacial possível. Para tanto, utiliza-se a matriz binária de pesos espaciais (W) que atribui valor 1 (um) para o caso em que dois municípios são vizinhos e valor 0 (zero) no caso contrário. No mais, essa matriz de vizinhança do tipo *Queen* de primeira ordem é normalizada na linha.

Na Tabela 2, mostram-se os resultados do I de Moran, de seu valor esperado, o desvio padrão e o z -value para a produtividade média da castanha de caju nos municípios cearenses nos anos de 2000, 2008 e 2015. Esses resultados foram obtidos considerando 99% de confiança e 999 permutações aleatórias. Logo, rejeita-se a 1% de significância, a hipótese nula de aleatoriedade. Em outros termos, com valores positivos de I excedendo $E[I]$, sugere-se ocorrência de dependência espacial positiva nos anos selecionados.

Tabela 2 - I de Moran, I de Moran esperado, desvio padrão e z -value para produtividade média da castanha de caju nos municípios cearenses para os anos de 2000, 2008 e 2015

Ano	I de Moran	$E[I]$	Média	Desvio Padrão	z -value
2000	0,396	-0,005	-0,004	0,047	8,545
2008	0,352	-0,005	-0,006	0,046	7,834
2015	0,233	-0,005	-0,004	0,046	5,164

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados da pesquisa.

A partir da Tabela 2, constata-se que o indicador de autocorrelação espacial global se reduz no tempo. No período 2000-2008, o valor diminuiu 11,11% e no período 2008-2015, 33,81%; por fim, considerando todo o período entre 2000 e 2015, esse indicador contrai 41,16%. Pode-se afirmar, portanto, que a produtividade da castanha de caju de determinado município depende não apenas de seu resultado, mas também do resultado dos municípios que formam sua vizinhança e que essa dependência se reduz ao longo do tempo.

Ainda, o valor positivo do I de Moran sugere que municípios de alta produtividade média estão mais próximos daqueles municípios que também apresentam alta produtividade média. Contrariamente, municípios que possuem baixa produtividade média estão associados a municípios com essa mesma característica.

Para qualificar os resultados obtidos, também pode-se elaborar os diagramas de dispersão de Moran global e o indicador local ou LISA. A interpretação de tais estatísticas é relativamente simples, pois o indicador global é representado por um gráfico temático composto por todas as ocorrências da variável dependente e dividido em quatro quadrantes.⁸ Por sua vez, o LISA é formado por um mapa

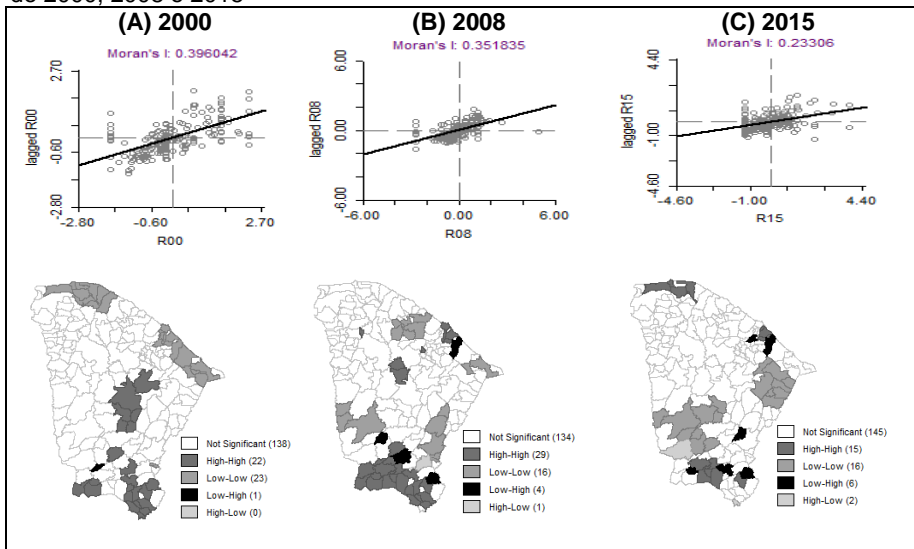
⁸ Q1 (Alto-Alto, AA), Q2 (Alto-Baixo, AB), Q3 (Baixo-Baixo, BB) e Q4 (Baixo-Alto, BA).

temático composto por cinco cores distintas, cada qual representando um tipo de associação espacial.

Anselin (1996) aponta o diagrama de dispersão de Moran como uma das formas de interpretar a estatística *I* de Moran uma vez que é uma representação do coeficiente ou inclinação da reta de regressão e possibilita visualizar a correlação linear entre duas variáveis. Na presente avaliação, tem-se no eixo horizontal a produtividade média para os anos selecionados de 2000, 2008 e 2015 (R00, R08, R15), enquanto apresenta-se no eixo vertical a defasagem espacial da variável de interesse para o mesmo período (W_R00, W_R08, W_R15), ver Quadro 1.

Inicialmente, verifica-se a composição do indicador de Moran global, constata-se no primeiro coorte, referente ao ano 2000, que: 28,80% dos municípios apresentavam comportamento do tipo Alto-Alto (AA); 41,85% do tipo Baixo-Baixo (BB); 17,39% do tipo Baixo-Alto (BA); e 11,96% do tipo Alto-Baixo (AB). Já no ano de 2008, tem-se 40,22% de relação do tipo Ato-Alto e 43,48% do tipo Baixo-Baixo. Sequencialmente, as relações Baixo-Alto e Alto-Baixo apresentaram valores de 7,06% e 9,24%, respectivamente.

Quadro 1 – Resumo das Estatísticas do *I* de Moran Global e do LISA para os anos de 2000, 2008 e 2015



Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados da pesquisa e utilizando o software Geoda.

Sobre o ano de 2015, 33,69% dos municípios apresentaram relação do tipo Alto-Alto. Por sua vez, 40,76% dos municípios apresentam baixo rendimento do fruto e são circundados por outros que também apresentam baixo rendimento médio por hectare. Outros 12,5% dos municípios apresentam baixo rendimento médio e são cercados por municípios de alto rendimento médio, enquanto aqueles que apresentam alto rendimento médio e são cercados por municípios de baixo rendimento médio representam 13,04%.

Há expressiva proporção de municípios que apresentam relação mais similar (AA e BB) comparativamente àqueles mais distintos entre si (BA e AB). A reta de regressão já havia, previamente, exposto tal resultado, pois sua inclinação positiva representa justamente isso. Ao passo que se soma os casos mais similares,

o resultado é sempre maior a 70% (70,65% em 2000, 83,70% em 2008 e 74,45% em 2015). Conseqüentemente, os casos mais distintos não atingem 30% (29,35% em 2000, 16,30% em 2008 e 25,55% em 2015).

Como o indicador de associação espacial global pode falhar no processo de captura de alguns padrões locais significantes, pode-se utilizar o LISA (ANSELIN, 1995). Tal indicador nos anos de 2000, 2008 e 2015, sinaliza comportamento padronizado, ao nível de significância considerado, apenas em 24,46%, 27,17% e 21,20% dos municípios do Ceará respectivamente.

No ano 2000 entre os municípios significantes localmente 44,44% Alto-Alto, 53,33% Baixo-Baixo e 2,22% Baixo-Alto e não apresenta caso Alto-Baixo. Os dados mais similares entre si representam 97,77%. Por sua vez, em 2008, tais valores são de 61,22% (AA), 30,61% (BB), 6,67% (BA) e 2,04% (AB) respectivamente. Os mais similares totalizam 91,83% dos casos significantes e os mais dissimilares (BA e AB) correspondem a 8,17%.

Finalmente, no ano de 2015 têm-se as seguintes proporções: 76,47% (AA), 43,24% (BB), 13,51% (BA) e 8,11% (AB). A similaridade é de 78,37% e a dissimilaridade 21,63%. Diante do exposto, há indícios para se acreditar em dados de produtividade média de castanha não aleatorizados no espaço.

4.4 ESTIMAÇÕES DOS MODELOS ECONÔMICOS

Na Tabela 3, tem-se o diagnóstico da estimação do Modelo Clássico de Regressão Linear (MCRL). O resultado significativo encontrado na estatística de Moran aplicado nos resíduos para os anos selecionado de 2000-2007 ($I = 6,9857$), 2008-2015 ($I = 5,571$) e 2000-2015 ($I = 6,5709$) sugerem distribuição não aleatória de dados ao longo do território cearense e tal fato torna estéril as estimativas do MCRL. Nesse caso, modelos econométricos que incorporem os efeitos dos transbordamentos espaciais podem tratar adequadamente o fenômeno em análise.

Tabela 3 - Estimação econométrica do MCRL para os períodos 2000-2007, 2008-2015 e 2000-2015

	2000-2007	2008-2015	2000-2015
A	0,324 (0,000)	0,046 (0,599)	0,163 (0,000)
B	-0,050 (0,000)	-0,048 (0,002)	-0,046 (0,000)
Diagnóstico da Regressão			
AIC	-312,497	-2,837	-258,300
SC	-306,068	3,593	-251,870
LIK	158,249	3,419	131,150
Teste Jarque-Bera	661,235 (0,000)	130,623 (0,000)	61,069 (0,000)
Teste Breusch-Pagan	619,681 (0,000)	14,684 (0,000)	0,115 (0,735)
Multicolinearidade	7,506	9,795	7,506
Diagnóstico de Dependência Espacial			
I de Moran	6,986 (0,000)	5,571 (0,000)	6,571 (0,000)
ML ρ - defasagem	43,855 (0,000)	26,796 (0,000)	44,868 (0,000)
MLR ρ - defasagem	1,578 (0,209)	0,246 (0,619)	4,924 (0,027)
ML λ - erro	45,287 (0,000)	28,447 (0,000)	39,962 (0,000)
MLR λ - erro	3,010 (0,083)	1,898 (0,168)	0,018 (0,893)
ML(SARMA)	46,865 (0,000)	28,693 (0,000)	44,887 (0,000)

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados da pesquisa e utilizando o *Software* Geoda versão 1.8.14.

Nota: os resultados entre parênteses indicam o valor das probabilidades.

O diagnóstico da regressão linear contempla informações que podem direcionar o processo de estimação dos modelos espaciais. Inicialmente, destaca-se que o valor do teste de Jarque-Bera sugerindo não normalidade dos resíduos nos três períodos. A partir dos resultados do teste de Breusch-Pagan, tem-se que apenas o período 2000-2015 não apresenta heterocedasticidade. Por fim, o valor do teste de multicolinearidade apresenta-se dentro de parâmetro estatisticamente aceitável nos períodos selecionados (valor menor que 30).

É amplamente divulgado o processo de seleção de modelos econométricos por meio dos menores critérios de informação de Akaike (*AIC*) e Schwartz (*SC*), assim como o maior valor da função de verossimilhança (*LIK*). Em econometria espacial existe a possibilidade de utilização de outros procedimentos para seleção de modelos tão eficientes quanto o anterior. Tal estratégia consiste na utilização dos testes dos Multiplicadores de Lagrange (*ML*) e Multiplicador Lagrange Robusto (*MLR*) para identificar como a dependência espacial toma forma (ALMEIDA, 2012). Sendo a especificação correta a que apresentar-se estatisticamente significativa nos dois testes (*ML* e *MLR*).

No período que se estende entre 2000 e 2007 a melhor especificação possível para modelar a dependência espacial é a *Spatial Error Models* (*SEM*), pois apresenta resultado significativo tanto para os testes *ML* quanto *MLR*. Por sua vez, entre os anos de 2008 e 2015 o modelo de maior robustez é o *Spatial Autorregressive and Moving Average* (*SARMA*) dada a significância dos critérios do *ML* e *MLR*. Finalmente, considerando o período que se estende entre 2000 e 2015 a

forma mais adequada de modelar a dependência espacial é utilizar o modelo *Spatial Auto Regressive* (SAR).

Nos períodos 2000-2007 e 2008-2015, a modelagem SARMA aparece como opção aos demais modelos. No entanto, tal modelo será estimado apenas nos casos em que o modelo SAR ou SEM não sejam capazes de capturar toda fonte de dependência espacial a partir dos dados observados.

A maioria dos trabalhos sobre convergência de renda pressupõe, erroneamente, que os países são unidades geográficas isoladas, não considerando os efeitos espaciais (dependência e heterogeneidade) subjacentes (FREITAS; ALMEIDA, 2015). No presente caso, o processo de estimação dos modelos espaciais deverá tratar consistentemente os efeitos de transbordamentos existentes na variável dependente nos períodos selecionados: 2000 a 2007, 2008 a 2015 e 2000 a 2015.

Kelejian e Prucha (2010) afirmam que os estimadores de máxima verossimilhança podem apresentar inconsistência ou viés na presença de heterocedasticidade. Em função disso, a estimação do modelo espacial no período de 2000 a 2007 deve seguir a especificação SEM-GMM e poderá ser fundamentada no que foi proposta por Kelejian e Prucha (1999). Por fim, utiliza-se o mecanismo (KP-HET) indicado por Kelejian e Prucha (2010) para lidar com heterocedasticidade desconhecida.

Já para estimar o modelo SARMA-GMM para o período 2008-2015, pode-se utilizar o procedimento de Kelejian e Prucha (1998) em conjunto com o estimador KP-HET para correção da heterocedasticidade (KELEJIAN; PRUCHA, 2010).

Finalmente, para modelar a dependência espacial para 2000-2015, deve-se seguir o proposto por Anselin (1988)⁹ considerando o mecanismo de correção para heterocedasticidade e autocorrelação espacial (HAC) propostos por Kelejian e Prucha (2007). Salienta-se que o HAC é um estimador não-paramétrico para a covariância espacial, sendo robusto mesmo na presença de dependência espacial e heterocedasticidade. Em tempo, destaca-se que para acomodar tal especificação é exigida determinada função kernel do tipo triangular ou de Barlett que possa auxiliar no processo de estimação.

No Apêndice A, apresentam-se os resultados do teste de σ -convergência¹⁰ do rendimento médio da castanha de caju para os anos 2000, 2008 e 2015. Assim, a hipótese de σ -convergência no setor cajucultor não pode ser rejeitada apenas no caso do período 2000-2008. Como visto, a presença de β -convergência não implica σ -convergência, porém o inverso é sempre verdadeiro. Na Tabela 4, são apresentados os resultados da estimação dos modelos β -convergência considerando transbordamentos espaciais para os períodos 2000-2007; 2008-2015 e 2000-2015.

⁹ *Spatial two-stage least squares* (S2SLS) - Mínimos quadrados espaciais de dois estágios.

¹⁰ Teste σ -convergência (Desvio padrão/média). Coeficiente de variação que indica dispersão e quanto maior o valor maior a diferença nos dados analisados. Caso $\sigma_t > \sigma_{kt+1}$ ($\sigma_t - \sigma_{kt+1} < 0$, evidência de convergência).

Tabela 4 - Estimação econométrica dos modelos espaciais para os períodos 2000-2007, 2008-2015 e 2000-2015

	2000-2007	2008-2015	2000-2015
	SEM-GMM	SARMA-GMM	SAR-GMM
A	0,329 (0,001)	-0,144 (0,802)	0,161 (0,014)
B	-0,051 (0,005)	-0,042 (0,014)	-0,046 (0,000)
P	-	0,873 (0,638)	0,038 (0,009)
λ	0,135 (0,001)	0,526 (0,007)	-
Velocidade de convergência	0,0646	0,0496	0,0771
Meia Vida	13,34	16,22	14,80
Teste de Dependência Espacial no Resíduo do Modelo Estimado			
I de Moran	0,0086 (0,3430)	0,0436 (0,1450)	-
Teste de Anselin-Kelejian	-	-	0,497 (0,4809)

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados da pesquisa e utilizando o *Software* Geoda versão 1.8.14 e o *GeodaSpace*.

Nota: os valores entre parênteses são probabilidades e pseudo *p*-valores associados à estatística de Moran pós estimação.

Os testes realizados apontam que os modelos utilizados foram capazes de modelar consistentemente a dependência espacial existente. Nesse caso, o melhor modelo é aquele que não apresenta evidências de autocorrelação espacial em seus resíduos. Portanto, os testes de Moran realizados para os modelos SEM e SARMA, assim como o teste Anselin-Kelejian aplicado para o modelo SAR, foram não significativos, dando credibilidade a seus estimadores.

Por meio do parâmetro β estimado pelos diferentes modelos espaciais, constata-se que todos os modelos apresentam sinal condizente com a incidência de convergência. E esses resultados estão em conformidade com os de outros estudos como o de Lopes (2004), Almeida, Perobelli e Ferreira (2008), Barreto e Almeida (2009), Freitas e Almeida (2015).

Nos períodos 2000-2007, 2008-2015 e 2000-2015, verifica-se processo de convergência estatisticamente significativa. Portanto, tais períodos merecem ser melhor avaliados quanto a velocidade de convergência.

Assim, para 2000-2007, 2008-2015 e 2000-2015, têm-se valores de β iguais a -0,051, -0,042 e -0,046, respectivamente. Em tais condições, estimam-se velocidades de convergência de 6,49%, 4,96% e 7,71% ao ano, nessa ordem. A velocidade encontrada no período 2008-2015 contribui menos com o processo de convergência comparativamente ao período 2000-2007. Tal fenômeno pode ser comprovado considerando a meia vida encontrada. A meia vida é uma medida de convergência indicando o tempo necessário em anos para percorrer metade da diferença entre o valor inicial da variável em estudo e aquele valor do estado estacionário.

Dada a velocidade de convergência e mantidas as condições dos períodos em análise, estima-se que serão necessários cerca de 13 e 16 anos para percorrer 50% da convergência na produtividade média da castanha de caju dos municípios cearenses nos períodos de 2000-2007 e 2008-2015, respectivamente. Assim, a convergência na taxa de produtividades dos municípios cearenses sugere que tal

fenômeno tende a crescer mais rapidamente nas localidades menos produtivas comparativamente as demais. Nesse sentido, a diferença existente nessas taxas deverá ser gradativamente eliminada ao longo dos anos.

Ressalte-se que na presente abordagem avalia-se somente a convergência absoluta. Logo, pressupõe-se que os municípios analisados apresentam iguais níveis de rendimento médio *per capita* em estado estacionário, e que os possíveis diferenciais existentes nos níveis iniciais de produto médio *per capita* decorrem em função dos desvios de curto prazo que afetam o estoque de capital físico *per capita* dos municípios em relação ao seu nível em estado estacionário.

Nesse sentido, é recomendável que pesquisas futuras incorporem também elementos de políticas públicas voltadas ao segmento sócio produtivo, tais como: assistência técnica, beneficiamento e comercialização da produção, infraestrutura e reforma agrária (SILVA; NAGEM, 2015).

Por fim, aparentemente, a produtividade da castanha sofreu impacto relevante, sobretudo entre 2008 e 2015, que levou a uma queda em sua taxa de convergência. Inclusive, dividir o período de quinze anos em dois períodos (2000-2007 e 2008-2015) mostrou que o segundo contribui relativamente menos com o processo de convergência no setor cajucultor comparativamente ao primeiro.

Como Pedrão (2017) afirma, as perspectivas da produção rural dependem de fatores econômicos, técnicos e políticos. Assim sendo, deve-se ter em vista os possíveis efeitos negativos da crise econômica mundial iniciada em 2008 sobre o setor externo. No caso, esse evento pode ter afetado a produtividade do setor agrícola por meio do encarecimento de maquinaria, fertilizantes e outros insumos. No entanto, ressalte-se a necessidade de estimar modelos de convergência relativa para poder verificar possíveis mudanças locais ou técnica que possam ter influenciado esse processo de convergência no estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou a incidência de convergência na produtividade média da castanha de caju nos municípios cearenses nos períodos 2000-2007, 2008-2015 e 2000-2015. Para tanto, estimou-se um modelo de convergência considerando possíveis transbordamentos espaciais utilizando-se instrumentos de análise da econometria espacial uma vez que instrumentos tradicionais não se apresentaram adequados para modelar o problema em questão, sobretudo devido à presença de dependência espacial relevante.

Em todos os períodos analisados, foram constatados valores relevantes na dependência espacial global e local. Além disso, tal processo de dependência sugere dados mais similares entre si. Assim, municípios que apresentam alto rendimento médio no setor cajucultor parecem estar próximos de outros que também apresentam alto rendimento médio. Por sua vez, municípios que apresentam baixo rendimento médio na produtividade, geralmente, relacionam-se com outros também de baixo rendimento médio.

A partir dos modelos estimados, pode-se confirmar a hipótese de convergência na produtividade média da castanha de caju no estado do Ceará. No entanto, tal processo parece ocorrer de maneira heterogênea no período de 2000 a 2015, frente ao destaque da velocidade no período de 2000 a 2007 comparativamente ao período de 2008 a 2015. Aparentemente, a hipótese de que o efeito da crise econômica iniciada em 2008 tenha afetado negativamente a produtividade do setor produtor de castanha de caju não pode ser rejeitada.

Diante do exposto, deixa-se como recomendação que trabalhos futuros incorporem controles buscando capturar efeitos locais dos próprios municípios (nível

tecnológico de plantio, colheita, escoamento do produto, estoques de capital físico e humano, fatores climáticos) que possam auxiliar no entendimento da existência do diferencial observado na produtividade no setor cajucultor cearense. Outra medida recomendável é a incorporação de variáveis capazes de representar influências do setor externo sobre a produtividade média da castanha. Para tanto, pode-se utilizar a quantidade exportada do fruto em nível municipal.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE et al. A competitividade externa da amêndoa de castanha de caju brasileira no período de 1990 a 2007. In: Eveline Babosa Silva Carvalho, Nicolino Trompieri, Jimmy Oliveira, Cleyber Nascimento e Fátima Juvenal. (Org.). **Economia do Ceará em Debate 2010**. Fortaleza: Imprensa do Governo do Ceará, 2011, v. 1, p. 1-25.

ALMEIDA, E. **Econometria espacial aplicada**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

ALMEIDA, E. S.; PEROBELLI, F. S.; FERREIRA, P. G. C. Existe convergência espacial da produtividade agrícola no Brasil? **RER**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 31-52, 2008.

ANJOS JUNIOR et al. O rendimento da castanha de caju: uma análise espacial para o estado da Paraíba. **Reflexões Econômicas**, v. 2, n. 2, p. 37-54, 2017.

ANSELIN, L. The Moran scatterplot as an ESDA tool to assess local instability in spatial association. In: Fisher, M, Scholten, H.J e Unwin, D W (eds). **Spatial analytical perspectives in GIS**. London: Taylor & Francis, 1996, p. 111-125.

_____.; BERA, A. Spatial dependence in linear regression models with an introduction to spatial econometrics. In: Ullah A. and Giles D. E. (Ed.) **Handbook of Applied Economic Statistics**. New York: Marcel Dekker, 1998, p. 237-289.

_____. Exploratory spatial data analysis and geographic information systems. In: PAINHO, M. (Ed.) **New tools for spatial analysis**: proceedings of the workshop. Luxemburgo: Euro Stat, 1994, p. 45-54.

_____. **Exploring Spatial Data with GeoDa: A Workbook**. Center for Spatially Integrated Social Science. 2005. Disponível em: <<http://www.csiss.org/clearinghouse/GeoDa/>>. Acesso em: ago. 2016.

_____. Interactive techniques and exploratory spatial data analysis. In: Longley, P.; Goodchild, M.; Maguire, D.; Rhind, D. **Geographical information systems: Principles, Techniques, Management and Application**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1999.

_____. Local indicator of spatial association – LISA. **Geographical Analysis**, v. 27, n. 2, p. 93-115, 1995. Disponível em: <<http://sites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic868440.files/Anselin1995%20LISA.pdf>>. Acesso em: set. 2016.

_____. Spatial externalities, spatial multipliers and spatial econometrics. **International Regional Science Review**, v. 26, n. 2, 2003. Disponível em:

<http://web.pdx.edu/~crkl/SEAUG/papers/Anselin_IRSR_2003.pdf>. Acesso em: nov. 2016.

_____. **Spatial Econometrics: Methods and Models**. Dordrecht, The Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1988.

BARRETO, R. C. S.; ALMEIDA, E. A contribuição da pesquisa para convergência e crescimento da renda agropecuária no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, n. 3, p. 719-737, 2009.

BAUMOL, W. J. Productivity growth, convergency, and welfare: What the long-run show. **American Economic Review**, v. 76, n. 5, p. 107-285, 1986.

BRUNSDON, C.; FOTHERINGHAM, A. S.; CHARLTON, M. Geographically weighted summary statistics - a framework for localised exploratory data analysis. **Computers, Environment and Urban Systems**, v. 26, n. 6, p. 501-524, 2002.

CASTRO, L. S.; ALMEIDA E. S.; LIMA, J. E. A convergência espacial da produtividade de soja no Brasil: o caso das regiões Centro-Oeste e Sul. **Espacios**, v. 36, n. 21, 2015.

FLORAX, R. J. G. M.; FOLMER, H.; REY, S. J. Specification searches in spatial econometrics: The relevance of Hendry's methodology. **Regional Science and Urban Economics**, v. 33, n. 5, p. 557-79, 2003.

FREITAS, M. V.; ALMEIDA, E. Existe realmente convergência de renda entre países? **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 45, n. 2, p. 287-316, 2015.

GEARY, R. C. The contiguity ratio and statistical mapping. **The Incorporated Statistician**, v. 5, n. 3, p. 115-145, 1954.

GETIS, A.; ORD, J. K. The analysis of spatial association by use of distance statistics. **Geographical analysis**, v. 24, p. 189-206, 1992.

GUANZIROLI et al. Barreiras às novas formas de coordenação no agrossistema do caju na região nordeste, Brasil. **Revista Gestão & Produção**, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 229-244, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal - 2015**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/106>>. Acesso em: dez. 2016.

KELEJIAN, H. H.; PRUCHA, I. R. A generalized spatial two-stage least squares procedure for estimating a spatial autoregressive model with autoregressive disturbances. **J. Real State Finance Econ.**, Dordrecht, v. 17, n. 1, p. 99-121, 1998.

_____. Specification and Estimation of Spatial Autoregressive Models with Autoregressive and Heteroskedastic Disturbances. **Journal of Econometrics**, Amsterdam, v. 157, n. 1, p. 53-67, 2010.

_____. HAC Estimation in a Spatial Framework. **Journal of Econometrics**, Amsterdam, v. 140, n. 1, p. 131-154, 2007.

_____. A Generalized Moments Estimator for the Autoregressive Parameter in a Spatial Model. **International Economic Review**, v. 40, p. 509–533, 1999.

LESAGE, J. P.; PACE, R. K. **Introduction to Spatial Econometrics**. Chapman and Hall/CRC Press: Boca Raton, 2009.

LOPES, J. L. **Avaliação do processo de convergência da produtividade da terra na agricultura brasileira no período de 1960 a 2001**. Tese de Doutorado, ESALQ/USP, 2004. (mimeo).

MORAN, P. A. P. The interpretation of statistical maps. **Journal of the Royal Statistical Society B**, v. 10, p. 243-251, 1948.

MOURA, D.; MAGALHÃES, F. C. A castanha de caju no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF. n. 1, jan./fev./mar. 2008. Acesso em: 6 dez. 2016.

PEDRÃO, F. C. Condições sócio estruturais da produção rural no Brasil. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 24, n. 2, p. 7-21, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/27375>.

QUAH, D. T. Empirics for economic growth and convergence. **European economic review**, v. 40, n. 6, p. 1353-1375, 1996.

REY, J. S.; MONTOURI, B. D. US Regional income convergence: a spatial econometric perspective. **Regional Studies**, v. 33, n. 2, p. 143-156, 1999.

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. A dinâmica das políticas públicas de desenvolvimento rural e sua incidência territorial: uma análise do Pronaf no Território Vale do Murici/MG. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 22, n. 2, p. 60-78, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/13407>.

Apêndice A - Teste de convergência do rendimento médio da castanha de caju no estado do Ceará

Tabela 5 - Teste de σ -convergência do rendimento médio da castanha de caju no estado do Ceará – anos 2000, 2008 e 2015

	2000	2008	2015	2000-2008	2008-2015	2000-2015
C.V.	0,54	0,37	0,80	-0,17	0,43	0,26

Fonte: elaboração dos autores a partir de dados da pesquisa.

Nota: C.V. é o coeficiente de variação.

NOVOS PRODUTOS E CORTES DIFERENCIADOS: O POTENCIAL DOS PEIXES NATIVOS NOS MERCADOS DA GASTRONOMIA

Diego Neves de Sousa¹
Hellen Cristina de Almeida Kato²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar quais são as estratégias de inserção de peixes nativos nos mercados diferenciados da gastronomia, sob a perspectiva das pesquisas realizadas pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Na metodologia foram selecionadas três estratégias que foram descritas utilizando-se de dados secundários. Entre os resultados, postula-se que as estratégias de substituição de produtos globais por locais, como ocorre com os peixes nativos, novas hibridizações na gastronomia vêm sendo criadas, a partir de novos produtos e novos cortes, acarretando em novas identidades culturais e formas de consumo.

Palavras-chave: alimentação saudável, cadeia produtiva do peixe, gastronomia, produtos locais, sistema agroalimentar.

NEW PRODUCTS AND DIFFERENTIATED CUTS: THE POTENTIAL OF NATIVE FISH IN THE GASTRONOMY MARKETS

ABSTRACT

This article aims to analyze the strategies of insertion of native fish in the differentiated markets of gastronomy, from the perspective of the research carried out by EMBRAPA (Brazilian Agricultural Research Corporation). In the methodology, three strategies were selected which were described using secondary data. Among the results, it is postulated that the strategies of replacing global products with local ones, as with native fish, new hybridizations in gastronomy are being created, starting from new products and new cuts, resulting in new cultural identities and forms of consumption.

Keywords: agro-alimentary system, gastronomy, healthy food, local products, productive chain of fish.

¹ Graduado em Gestão de Cooperativas (UFV). Mestre em Extensão Rural (UFV). Doutorando em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Analista da Embrapa Pesca e Aquicultura. E-mail: diego.sousa@embrapa.br.

² Graduada em Medicina Veterinária (UFRA). Mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos (UFPA). Pesquisadora da Embrapa Pesca e Aquicultura. E-mail: hellen.almeida@embrapa.br.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o consumo de pescados, grupo que inclui peixes, crustáceos (camarão, caranguejos e siris) e moluscos (polvos, lulas, ostras, mariscos) provenientes de água doce e marinha, ainda tem o consumo muito restrito a seu principal representante, os peixes devido à maior facilidade com que estes chegam ao mercado, tornando-se mais populares (BRASIL, 2014).

O pescado, desde as últimas décadas, se destaca mundialmente no comércio de alimentos de produtos preparados, processados e semi-processados. Com essa tendência no sistema agroalimentar, o pescado se tornou uma importante opção no portfólio de "pratos de refeição", fomentado diretamente por empresas multinacionais e popularizando o seu consumo por meio da comercialização nos supermercados. Por isso, verifica-se que na coordenação da cadeia produtiva do pescado existe uma hegemonia das grandes redes de supermercados impondo caminhos aos sistemas agroalimentares, principalmente em países subdesenvolvidos (WILKINSON, 2006).

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em nível global, o pescado corresponde a mais de 9 % do total de exportações agrícolas e 1 % do comércio mundial de mercadorias em termos de valor. Há décadas este é um dos produtos alimentares mais comercializados no mundo, com 54% do valor das exportações originária de países em desenvolvimento, nos quais tem importante papel na geração de renda, emprego, segurança alimentar e nutricional. Em 2014, as exportações de pesca dos países em desenvolvimento foram avaliadas em US\$ 80 bilhões de dólares, e suas receitas de exportação de pescado somaram US\$ 42 bilhões de dólares, superiores a importantes *commodities* agrícolas (carne, tabaco, arroz e açúcar) combinadas (SOFIA, 2016).

Esses dados demonstram que o pescado é uma das principais proteínas na dieta alimentar dos países desenvolvidos, no qual o consumo em 2013, foi de 26,8 kg *per capita*, enquanto nos países em desenvolvimento, teve-se consumo médio de 18,8 kg *per capita*. No Brasil, verificou-se uma evolução no consumo *per capita* no período de 1993 a 2013, no qual o aumento do consumo nacional de pescado mais que dobrou, alcançando o crescimento de 103,9% (FAOSTAT, 2016).

A cadeia alimentar do pescado cresceu graças as técnicas da aquicultura, estimulada como alternativa à produção da pesca, que entrou em declínio nos anos 90, devido à pressão de pesca e redução dos estoques, tornando-se cada vez mais necessárias estratégias de manejo e acordos de pesca sustentáveis. Além disso, enquanto na pesca extrativa não se sabe a quantidade de peixe a ser capturada, na aquicultura há maior controle no planejamento da despesca, volume e uniformidade do produto a ser obtido (SOUSA, 2014). Essas vantagens conduziram a uma migração do extrativismo para a produção intensiva, que Wilkinson (2006) denominou de Revolução Azul em analogia à Revolução Verde que tinha como horizonte modernizar a produção agropecuária com o propósito de especializar e aumentar a escala de produção.

Diante desse cenário, o pescado tornou-se matéria-prima em potencial nos nichos de mercados gastronômicos, dado que este produto se integra cada vez mais as cadeias globais devido à melhoria da qualidade, disponibilidade, uniformidade e aos novos produtos e cortes diferenciados desenvolvidos, de acordo com características inerentes às inúmeras espécies, se colocando como alternativa de ingrediente em um número cada vez maior de cozinhas.

No cenário gastronômico atual, em contrapartida ao processo de unificar os sabores e padronizar a produção de alimentos, conforme explica Zuin e Zuin (2008),

há uma grande demanda por valorização dos produtos locais, também conhecidos como tradicionais ou típicos de uma determinada região, que crescem em consonância a construção de mercados alternativos, com o intuito de mobilizar significados e demarcar identidades a partir dos alimentos de uma determinada localidade.

Assim, esse aumento na demanda por produtos de origem local é de fundamental importância para continuar a (re)produção de espécies nativas (animais ou vegetais), bem como o saber e o modo de fazer transmitido por gerações que envolvem a produção dessa importante matéria-prima cada vez mais valorizada por sua qualidade nutricional, considerada rica em proteínas de alto valor biológico e minerais (KATO; FREITAS, 2015).

As espécies nativas têm um grande potencial produtivo, pois são espécies oriundas da biodiversidade local e, por isso, bem adaptadas às condições climáticas de produção, mas que ainda não possuem o pacote tecnológico adequado para sua produção em larga escala ou não são adequadamente valorizadas ao competir com pescados importados ou com espécies exóticas produzidas no país.

No Brasil, a tilápia (*Oreochromis niloticus*), espécie exótica originária do norte da África, é a mais cultivada e juntamente com o grande volume de pescado importado todos os anos como salmão (*Salmo salar*), bacalhau (*Gadus morhua*), merluza (*Merluccius sp*) e polaca (*Theragra chalcogramma*) reduzem o espaço no mercado para as espécies nativas, devido aos seus baixos custos de produção e importação. Os peixes nativos, muitas vezes produzidos em menor escala e em sistemas menos eficientes, tornam-se mais caros e, por isso, perdem a preferência dos consumidores, já que, o consumo de pescados entre a população brasileira apresenta comportamento elástico. Ou seja, o preço do produto possui influência direta na sua curva de oferta e demanda. Assim, este estudo objetiva analisar quais são as estratégias de inserção de peixes nativos nos mercados diferenciados da gastronomia, sob a perspectiva das pesquisas realizadas pela Embrapa, especificamente na Unidade Pesca e Aquicultura, localizada em Palmas/TO. Para isso, metodologicamente, foram selecionadas três estratégias que foram descritas utilizando de dados secundários.

Neste artigo, a primeira seção tem a finalidade de demonstrar a importância e o crescimento que o pescado tem tido no sistema agroalimentar, tanto na produção como no consumo mundial, além de desenhar esse retrato no Brasil. A segunda seção apresenta as características que referenciam o pescado como alimento saudável. Na terceira seção se discute as perspectivas de inserção de produtos locais e tradicionais na gastronomia internacional e em mercados de nichos. Na quarta seção o objetivo é trazer as experiências de pesquisas que a Embrapa está realizando com peixes nativos para serem introduzidos nos mercados: da alimentação escolar, da indústria conserveira e da culinária japonesa. E, por último, as considerações finais sobre a potencialidade dos peixes nativos para a gastronomia.

2 O PESCADO COMO REFERÊNCIA DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Nas últimas décadas, as questões relativas à alimentação e nutrição no Brasil vêm se constituindo num cenário complexo, no qual se observa o fenômeno da transição nutricional. Esse fenômeno é marcado pelo aumento dos índices de obesidade, sobrepeso e Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (SÁ; MOURA, 2010). Além disso, no âmbito da produção agrícola, encontra-se comprovadamente demonstrado os danos causados pelo modelo agrícola concentrador de terra, caracterizado pela monocultura intensiva, aumento do uso de agrotóxicos e os riscos da utilização de transgênicos. Esse modelo tem forte

presença no país, o que gera graves consequências socioeconômicas e ambientais para a população (ABRANDH, 2012).

A necessidade energética e de nutrientes são fatores preponderantes a serem considerados na alimentação, especialmente de crianças e adolescentes, uma vez que a energia consumida deve ser equivalente àquela dispendida. Conforme explanado pelo Instituto de Medicina (IOM, 2002), a estimativa de gasto energético requer o conhecimento de distintos critérios, tais como: peso, altura, faixa etária, sexo e nível de atividade física, acrescida da energia necessária para a reposição de tecidos.

Os dados do IBGE (2009) revelam que, nos últimos vinte anos, houve melhoras nos índices de baixo peso e baixa estatura em referência as crianças menores de cinco anos. O padrão considerado aceitável pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é que tanto para baixo peso quanto para baixa estatura as proporções devem ser menor que 2,3%. Algumas regiões do país já se encontram nos padrões adequados, entretanto, estes ainda não foram atingidos nas regiões Norte e Nordeste.

Como um dos motivadores da melhora desses índices encontra-se o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), a partir da Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), nº 32/2006, contribuiu para que houvesse a transferência de recursos financeiros em caráter complementar, de forma a garantir uma refeição diária com aproximadamente 350 quilocalorias e 9 gramas de proteínas aos alunos beneficiários da rede pública de ensino, o que possibilita a cobertura de no mínimo 15% das necessidades energéticas e nutricionais diárias. Já para os alunos indígenas e quilombolas a meta é alcançar no mínimo 30%. O objetivo desta política pública é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o seu crescimento e desenvolvimento cognitivo; a aprendizagem e o rendimento escolar; a formação de hábitos alimentares saudáveis e adequados, compreendendo o uso de alimentos variados e sua sazonalidade que respeitem a cultura, tradições e hábitos alimentares seguros; dinamização da economia local; respeito aos hábitos regionais e a vocação agrícola da região (BRASIL, 2006).

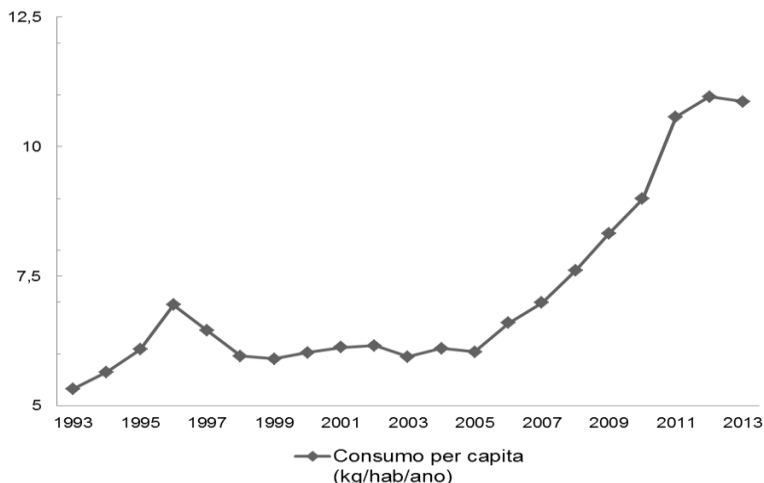
O estímulo à adoção de modos de vida e hábitos alimentares seguros e saudáveis encontra respaldo na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAM) instituída em 1999, vinculada ao Ministério da Saúde, que tem no Guia Alimentar para a População Brasileira, obra elaborada por tal Ministério no ano de 2006, um dos instrumentos de reforço à melhoria dos padrões nutricionais da população (BRASIL, 2009). Uma nova versão deste guia foi lançada em 2014. A atualização está ligada aos cuidados e caminhos recomendados para se alcançar uma alimentação saudável, saborosa e balanceada. Assim, a proposta da publicação é ao invés de trabalhar com grupos alimentares e porções recomendadas, há a indicação de que a alimentação tenha como base alimentos frescos e minimamente processados, além de evitar os ultraprocessados (BRASIL, 2014).

Percebe-se que o consumo do pescado está aquém do adequado, de acordo com os dados supracitados comparando-os aos índices indicados pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). O recomendado é estabelecer a quantia mínima de 12 kg/hab/ano para o indivíduo obter uma vida mais saudável, contudo os dados de 2013 revelam que o consumo nacional de pescado obteve a marca de 10,87 kg/hab/ano (FAOSTAT, 2016).

Por outro lado, verifica-se uma evolução no consumo *per capita*, conforme é ilustrado na Figura 1, no período de 1993 a 2013, o aumento do consumo nacional

de pescado mais que dobrou, alcançando o crescimento de 103,9% (FAOSTAT, 2016).

Figura 1 - Evolução do consumo de pescado *per capita* no Brasil (1993-2013)



Fonte: FAOSTAT, 2016.

No entanto, apesar do Brasil possuir enorme costa marítima e inúmeros rios de grande porte, em diferentes regiões, a oferta de peixes também é pequena e os preços são relativamente altos em relação às carnes vermelhas e aves. Isto pode explicar a baixa frequência de consumo no país (BRASIL, 2014).

Motivos para esse déficit podem ser a dificuldade e o maior tempo exigido para manipulação e preparo de pratos quando preparados com peixe *in natura*, dificuldades na armazenagem, por se tratar de um produto altamente perecível e, no caso da alimentação escolar, o receio das escolas em fornecer peixes às crianças, decisão motivada pelo temor de acidentes com a ingestão de espinhas. Por esse motivo, a inserção do pescado neste mercado, passa pelo desenvolvimento de alternativas de produtos com a utilização de peixe livre de espinhas (BOSCOLO et al., 2009).

Produtos e subprodutos do pescado, como cortes especiais e a Carne Mecanicamente Separada (CMS) são alternativas que podem ser utilizadas, com um curto tempo de preparo, em pratos com molho, assados, grelhados, ensopados, cozidos, salsichas, empanados, eliminando as barreiras de inclusão criadas ao peixe *in natura*.

Essa inclusão também traz inúmeros benefícios de caráter nutricional, uma vez que, identifica-se no consumo do pescado, alto teor de gorduras poliinsaturadas, bem como a redução de níveis de colesterol e triglicérides, das incidências de acidente vascular cerebral, doença cardíaca, além de proteger contra o desenvolvimento de câncer, proporcionar o aumento da função cognitiva em adultos, reduz a ansiedade e a ocorrência de nascimentos prematuros e com baixo peso (BURGER, 2008; TACON; METIAN, 2013).

Isso porque o pescado é um alimento rico em proteínas de alto valor biológico, de fácil digestão, com boas concentrações de vitaminas, como A, E e, principalmente, a D, a niacina e o ácido pantotênico. Quanto aos minerais, possui

sódio, potássio, manganês, cálcio, ferro, fósforo, iodo, flúor, selênio, magnésio e cobalto, que regularizam as funções do corpo, melhorando a memória, a concentração e proporcionando maior desempenho escolar, melhor qualidade no sono e no metabolismo geral do organismo, trazendo benefícios à toda população (BOSCOLO et al., 2009).

Segundo Maciel et al. (2012) há evidências consistentes das propriedades benéficas de promoção da saúde em populações no qual o padrão alimentar tem o pescado como base alimentar. A melhoria da qualidade da dieta impacta diretamente na redução da ocorrência de DCNT, como diabetes, hipertensão e dislipidemia (SONATI; VILARTA, 2010).

Minozzo et al. (2008) analisaram capitais na região Sul e Sudeste do Brasil e concluíram que o pescado é um alimento que possui forte apelo de mercado gerado pela associação desta proteína com uma dieta de baixas calorias, voltada para a salubridade e longevidade. No entanto, o custo de aquisição e a falta de diversidade nas formas de acesso, ou seja, a diversificação das formas de apresentação foram citados como obstáculos ao aumento do consumo.

Neste panorama, verifica-se que o pescado é rico em proteína de alta qualidade e em muitas vitaminas e minerais, além de ter menor conteúdo de gorduras, especialmente pela alta proporção de gorduras saudáveis (insaturadas), sendo considerado excelente substitutivo para as carnes vermelhas (BRASIL, 2014).

3 PERSPECTIVAS DE INSERÇÃO DE PRODUTOS LOCAIS E TRADICIONAIS NA GASTRONOMIA INTERNACIONAL E EM MERCADOS DE NICHÔ

O estudo da alimentação vem se destacando entre os pesquisadores sociais através da ideia do sistema agroalimentar, no qual não é priorizada somente a questão da produção, mas todo o processo que articula as diversas atividades alimentares e percorre o fluxo do alimento (da produção à mesa do consumidor final) sem desprezar os atores envolvidos. Em outras palavras, os processos de plantação e colheita, produção, distribuição, preparo e consumo são percebidos de maneira interligada e sistêmica, a partir das relações existentes entre os sujeitos do processo, nos quais podemos identificar os produtores, profissionais da indústria e da pesquisa tecnológica, famílias, *chefs* de cozinha, além da utilização das técnicas e representações que são próprias e específicas desses atores (POULAIN, 2004; MACIEL; CASTRO, 2013).

No último elo do sistema agroalimentar, as práticas de consumo têm se voltado com mais frequência para a revalorização de produtos e processos produtivos considerados tradicionais e autênticos, numa perspectiva de relacionar a simbologia do rural a partir das transformações ocorridas no sistema urbano-industrial, no qual o agricultor é visto, muitas vezes, como o “grande ecologista do planeta” (WILKINSON, 2006).

Para Portilho e Barbosa (2016) são diversos movimentos sociais (economia solidária, comércio justo e *Slow Food*) e ideologias alimentares (saudabilidade, sustentabilidade e indicação de origem) que se alinham às novas perspectivas de ressignificação do rural que atribui maior valor nos produtos com características peculiares, tais como: orgânico, agroecológico, artesanal, local, colonial e provenientes da agricultura familiar. Essa tradição ressignificada é, segundo Zaneti (2012), o elemento essencial de diferenciação na gastronomia frente à padronização cultural, onde é estabelecido numa forma de fortalecer e preservar a singularidade cultural do grupo social a que pertence esse produto ou modo de fazer.

Por outro lado, Ploeg (2010) explana que essas formas de diferenciação do alimento consumido estão sendo demandadas pelas classes de renda mais elevada

que privilegiam a proximidade da produção, assim como ocorre em circuitos curtos de comercialização como as feiras. O autor sinaliza que apesar do crescimento dessas formas de encadeamento da produção possa ser considerado como uma contra tendência à globalização, essas relações tem sido predominadas em mercados de nichos que se apropriam dessas qualidades.

A partir dessas tendências é considerado que a construção social de mercado para os produtos agroalimentares tradicionais baseia-se frente às movimentações entre dois mundos de mercado que se entrelaçam. Um com foco na cultura, na tradição e no simbólico e o outro com ênfase na eficiência, na utilidade e na relação entre preço e quantidade (ZANETI, 2012), ou seja, lógicas do mercado alternativo e do mercado convencional, respectivamente.

A efervescência de movimentos sociais e políticos, como os supracitados, estão focados em mobilizar os diferentes atores na esfera do consumo, numa tentativa de construir um tipo de “agenda da mesa da cozinha”, nos quais questões globais são trazidas para a esfera das práticas tradicionais e cotidianas (PORTILHO; BARBOSA, 2016).

No caso da gastronomia, essa perspectiva se materializa ao ser exemplificado dois processos antagônicos e concomitantes que vem ocorrendo em dois setores da sociedade, conforme relatou Zaneti (2012). De um lado, as empresas multinacionais de *fast food* se multiplicam por toda a parte, nas quais os pratos estão cada vez mais padronizados, podendo-se encontrar ingredientes de várias localidades em uma mesma refeição. Por outro lado, encontra-se um maior número de *chefs* aderindo a *fusion cuisine* (cozinha de fusão) e a *cuisine du terroir* (cozinha da terra) que utilizam elementos regionais e tradicionais com técnicas da gastronomia clássica ou contemporânea, além de aderir aos princípios do *Slow Food*³. Neste contexto,

o valor dos bens singulares coaduna-se com as novas tendências da gastronomia que buscam trazer para a cozinha alimentos frescos, regionais e tradicionais, que respeitem tanto a sustentabilidade ambiental quanto a sociocultural promovendo sabores diferenciados nos preparos e comércio justo ao longo de sua cadeia. A gastronomia encontra-se em uma tendência que baseia seu consumo – as escolhas dos *chefs* para os preparos – nas premissas do comércio justo e verde, que, atualmente mostra-se como uma tendência global tanto de consumo, quanto de produção, contextualizando, portanto, a gastronomia interligada com os processos globais (ZANETI, 2012, p. 3).

Assim, a gastronomia moderna se rendeu aos alimentos tradicionais e à combinação de novas técnicas e métodos tradicionais (*savoir faire* - saber fazer) para extrair os sabores dos ingredientes. A gastronomia, como parte importante da cultura intangível de um povo, promove o contato do comensal com a realidade visitada, proporcionando, no sentido figurado e literal, uma degustação dos ritos, valores e tradições locais trazendo benefícios para o consumidor e comunidade local (OLIVEIRA; KATO, 2015).

³ Os princípios do *Slow food* estão conectados no direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção, numa perspectiva que prega o que é bom, limpo e justo (ZANETI, 2012).

Botelho (2008) explica que a gastronomia tem caráter identitário e que, muitas das vezes se interliga à história local de um povo. A culinária se expressa não somente por fatores físicos de sua geografia, mas também nos aspectos humanos, econômicos, sociais e culturais. A autora destaca que

podemos, por meio de um processo de engenharia reversa, desconstruir uma receita para encontrarmos os produtos agrícolas e as técnicas de cultivo, os temperos utilizados e o tipo de pecuária dominantes em uma região. Mas o prato não se resume a seus aspectos materiais. É necessário, também, que façamos uma arqueologia dos sabores, ou seja, uma dedução do tipo de clima e solo principais, dos grupos étnicos presentes, das migrações existentes, das influências exteriores, bem como das características culturais (BOTELHO 2008, p. 62).

Menasche e Maciel (2003) sinalizam que a identidade da cozinha regional brasileira é diversa tão quanto são as especificidades das regiões do país. Essa significativa diversidade regional não deve relacionar apenas aos aspectos físicos, mas as condições históricas e de apropriação e colonização do território nacional. Assim, cada região tem seus próprios hábitos alimentares e seus pratos simbólicos, que servem como marcadores identitários regionais. Por isso, alguns pratos são associados à região de origem e de sua população, como é o arroz com pequi de Goiás e o acarajé e o vatapá da Bahia.

Neste contexto, a gastronomia brasileira é entendida como

um prato cheio de histórias, regado à cultura de diferentes povos, fatos econômicos e políticos e ingredientes que romperam as barreiras geográficas tanto nacionais, quanto internacionais. Temperada pela biodiversidade única presente nos seis diferentes biomas que acalcam o solo brasileiro, a culinária do Brasil é recheada de um dinamismo intercultural singular, proveniente dos diversos fluxos migratórios externos e internos, que veicularam valores, hábitos culturais e alimentares, moldando a cultura e a identidade gastronômica do país, proporcionando a ela o título de uma das cozinhas mais miscigenadas do mundo (ZANETI, 2012, p. 52).

Considera-se, portanto, que a gastronomia brasileira dispõe de um rico potencial de biodiversidade que reúne na fauna e na flora, além dos agricultores e povos tradicionais possuidores de saberes e modo de fazer particulares, um patrimônio e identidade cultural de características únicas que viabilizam a produção de alimentos saudáveis e funcionais, com o uso de variados ingredientes locais e tradicionais aliados à valorização dos ingredientes nativos no preparo das refeições.

4 ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO DE PEIXES NATIVOS NA GASTRONOMIA: A EXPERIÊNCIA DA EMBRAPA

Tendo em vista que no Brasil a espécie de peixe mais produzida e uma das mais consumidas é a tilápia (espécie exótica), reconhece a importância das pesquisas, conhecimentos e tecnologias geradas pela Embrapa que estão sendo direcionadas em prol das espécies nativas sem apelo comercial e com pouco desenvolvimento tecnológico. Na perspectiva de estruturar essa cadeia produtiva, a Embrapa selecionou algumas espécies nativas brasileiras como a matrinxã (*Brycon*

sp), o pintado (*Pseudoplatystoma*), o tambaqui (*Colossoma macropomum*) e o pirarucu (*Arapaima gigas*), a fim de desenvolver tecnologias de produção para aumentar a oferta e criar nichos de mercado.

Carvalho, Oliveira e Fonseca (2017) reforçam que o pescado no contexto nacional, carrega em si não apenas o caráter de atividade que promove a geração de renda das famílias que dela dependem, mas também carrega inúmeras questões do tecido social identificável com esta ocupação, estando o peixe, portanto ligado fortemente à questão cultural e aos hábitos alimentares de determinada região.

Ainda que a Embrapa tenha maior foco na pesquisa e inovação agropecuária, a empresa está se sensibilizando com todos os elos do sistema agroalimentar, incluindo os desafios para o consumo de uma alimentação adequada, saudável e sustentável. Indo ao encontro desse desafio, o estudo de Reed et al. (2013) relata que há uma necessidade do mercado organizar uma gastronomia que utilize de espécies de peixes da localidade e os direcionem como produto diferenciado, o que necessitaria de pesquisas.

É fundamental também que a extensão rural esteja atenta à emergência dessas tendências ligadas às novas "ruralidades", ou seja, dinâmicas culturais e socioambientais que devem ser melhor exploradas no intuito de agregar valor às práticas e produtos principalmente oriundas das pequenas propriedades (CERETTA; SANTOS, 2013).

Neste intento, esta seção irá descrever experiências da Embrapa que articulam ações de inserção de peixes nativos na gastronomia em três eixos: na alimentação escolar, no enlatamento para a indústria de conservas e para a culinária japonesa.

4.1 PEIXES NATIVOS COMO ALTERNATIVA PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A Embrapa Pesca e Aquicultura, localizada em Palmas/TO, e parceiros reuniram-se em torno da constatação das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares (Inclui-se os pescadores artesanais e os aquicultores familiares conforme a Lei nº 11.326/2006) na comercialização do pescado no mercado formal e na baixa participação no mercado institucional, bem como a falta de inspeção sanitária nos municípios menores do Estado (SOUZA et al., 2016).

Num estudo sobre o mapeamento da inclusão do pescado na alimentação escolar elaborado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, 2012), evidenciou-se que em apenas 34% das escolas pesquisadas houve inclusão do pescado neste tipo de refeição, seja no fornecimento semanal ou até na periodicidade eventual/esporádica. Analisando os resultados dos principais fornecedores, verificou-se que a maioria foram as grandes indústrias/frigoríficos/atacados com 56% e o varejo com 24%. Já os pescadores artesanais e aquicultores familiares (entrega individual) e suas colônias/associações/cooperativas (entrega coletiva) foram responsáveis por 15% e 13%, respectivamente.

Para os que responderam pela não inclusão do pescado na alimentação escolar, observou-se que os principais motivos alegados foram: 54% apontaram a dificuldade de acesso aos fornecedores, 47% pela falta de fornecedores/ausência de produtos no mercado e a mesma porcentagem para o risco de espinhas, 42% custo elevado do pescado e 35% alegaram a questão da inadequada infraestrutura para armazenamento/conservação (MPA, 2012).

No Tocantins, há o apoio por meio de ações governamentais voltadas à alimentação escolar com a criação da Instrução Normativa nº 06/2013 referente à inserção do pescado no cardápio do Programa de Alimentação da Rede Estadual de Ensino do Tocantins, o qual tem o objetivo de atender a periodicidade de duas vezes

na semana e utilizar-se da tecnologia de CMS ou o filé de peixe sem espinha que deve atender ao disposto na legislação sanitária. Entretanto, a principal barreira é a falta de fornecedores de pescado, provenientes da agricultura familiar, aptos para o acesso à inspeção sanitária a fim de atender as demandas das escolas da rede pública de ensino. Até o ano de 2015 não havia nenhuma unidade processadora da agricultura familiar que atendia a estas exigências no Estado (SOUSA et al., 2016; SOUSA; CHARÃO-MARQUES; KATO, 2017).

Devido a esses problemas diagnosticados e por falta de um entreposto coletivo no Tocantins, foram mobilizadas diversas colônias de pescadores a fim de buscar soluções para os problemas específicos de cada realidade.

A principal estratégia de comercialização envolveu um frigorífico privado, localizado em Aliança/TO, que visou em um primeiro momento a realização de testes para o cálculo de rendimento da produção de CMS para algumas espécies nativas do Rio Araguaia. Num segundo momento, foram estabelecidos parâmetros para o cálculo do custo do serviço de abate e do processamento da CMS de pescado a ser repassado para as colônias e cooperativas de pescadores que iriam remunerar por este tipo de serviço feito pelo frigorífico a fim de acessar as compras institucionais. Dito de outra forma, por não terem entreposto com o selo de inspeção sanitária, utilizaram de uma estrutura privada para obtê-lo e, assim, ter o direito as políticas públicas do mercado institucional. Após essa negociação entre a organização associativa dos pescadores e o frigorífico, a logística para pegar os peixes na colônia ficou a cargo do frigorífico, enquanto a entrega da CMS para as instituições sem fins lucrativos ficou sob a responsabilidade do Programa Mesa Brasil do Serviço Social do Comércio (SESC). Outras estratégias específicas foram adotadas como relatado no estudo de Sousa et al. (2016).

Além das estratégias de comercialização estabelecidas, o projeto focou em trabalhar o público realcionado à alimentação escolar (merendeiras, nutricionistas, corpo técnico de escolas) acerca da importância da inserção do pescado enquanto fonte protéica de alto valor biológico e de fácil preparo nas cozinhas escolares, já que a dificuldade no preparo e presença de espinhas foram apresentados como entrave à inserção.

Foram então desenvolvidas oito preparações e testadas em escolas públicas de Palmas (KATO et al., 2017), as quais originarão um livro de receitas voltados ao uso do pescado na alimentação escolar, bem como publicações direcionadas ao público infantil sobre a importância deste consumo. Os resultados dos testes de aceitação sugerem a importância do estímulo à ingestão de pescado ainda durante as fases iniciais da vida escolar, já que a aceitação tende a ser maior em alunos das séries iniciais. Tais políticas de inserção seriam então de fundamental importância para a ampliação do mercado consumidor de pescado no futuro.

4.2 PEIXES NATIVOS COMO ALTERNATIVA DE ENLATAMENTO PARA A INDÚSTRIA DE CONSERVAS

A sardinha (*Sardinella brasiliensis*) é a espécie de pescado mais popular entre os brasileiros, consumida sob a forma de conserva ou enlatada, principalmente nas regiões norte e nordeste do país, por ser uma fonte de proteína acessível às populações de baixa renda, o que contribui consideravelmente para a segurança alimentar e nutricional deste público. Nos últimos 40 anos, tem-se registrado um declínio em torno de 30% dos estoques naturais de sardinha. Para assegurar a proteção da sua reprodução foi instituído o período de defeso, uma vez que não há

estabilidade dos estoques, devido à grave situação da pesca excessiva dos cardumes em determinados períodos (SOUSA et al., 2014).

A indústria de enlatamento de pescado no Brasil se desenvolveu através do processamento de conservas da sardinha verdadeira em óleo vegetal. Este produto representou 95% da produção total de enlatados na década de 1970, declinando nos anos posteriores. O esforço da pesca e concentração do processamento sobre uma única espécie vem acarretando uma série de problemas do ponto de vista da disponibilidade de pescado e da relação com o consumo (ANTUNES, 1984). Cergola e Dias Neto (2011) ressaltam que houveram grandes variações intra-anuais da captura de sardinha verdadeira, com queda de 30% no período compreendido de 2009 a 2010. Isto se reflete na busca pela matéria-prima cada vez mais distante do local do processamento ou no aumento da importação, o que onera mais o custo da produção.

A proibição da pesca com o período do defeso gera alta dependência dessa matéria-prima que se torna importada, sendo um importante gargalo ao setor da indústria nacional de conserva de pescado. Por outro lado, espécies nativas ainda não exploradas comercialmente, como a sardinha de água doce e espécies já cultivadas no mercado, como a matrinxã têm grande potencial para serem utilizadas pela indústria enlatadora, por ambas apresentarem características como sabor bem apreciado pelos consumidores, rápido crescimento, boa conversão alimentar e formato adequado ao enlatamento (SOUSA et al., 2014).

Neste contexto, a Embrapa realizou a prospecção de espécies nativas, como as supracitadas, como alternativa para o processo de enlatamento para a indústria de conservas de pescado. Entre os resultados, observou-se uma boa aceitação de mercado e intenção de compras das espécies de peixe prospectadas (matrinxã e sardinha de água doce), dinamizando o setor das indústrias de conservas a partir da introdução de novas espécies e criação de novos nichos de mercado, uma vez que a indústria demanda por um peixe nativo que seja proveniente de cultivo e com produção em escala (SOUSA et al., 2014).

A sardinha de água doce, por apresentar características favoráveis à indústria de conservas, tais como rápido crescimento, relativo custo baixo de produção, boa conversão alimentar e formato adequado ao enlatamento, apresentou potencial para nichos de mercado associados aos produtos de preços baixos, direcionados à população menos favorecida. Porém, mais estudos são necessários para avaliar a viabilidade econômica dessa matéria-prima considerando custos fixos e variáveis, bem como desenvolvimento de tecnologias de produção, uma vez que ainda não é produzida em escala comercial (SILVA et al., 2016; SOUSA et al., 2014).

No caso da matrinxã, novos estudos seriam necessários para avaliar a viabilidade do posicionamento desta espécie como produto alternativo em um nicho de mercado *gourmet*, com preço diferenciado, a exemplo do que se observa em algumas indústrias que operam com pescados nobres enlatados. Justifica-se esta opção, dado o custo elevado do alevino de matrinxã, uma vez que as fases de reprodução e larvicultura apresentam limitações, tais como o canibalismo frequente nestas fases, o que leva a uma redução na taxa de sobrevivência e menor disponibilidade de alevinos no mercado, elevando os custos da produção. Sendo assim, a matrinxã apresentou potencial de comercialização em nichos de mercado *gourmet*, devido ao custo mais elevado para a sua venda (CHICRALA et al., 2015; SANTOS et al., 2015).

Portanto, verificou-se que a utilização de matéria-prima, como os peixes nativos provenientes da aquicultura, para a indústria de conservas permite maior constância no fornecimento devido à possibilidade de planejamento da despesa,

para o atendimento da demanda da indústria, além de contribuir para a redução dos problemas relacionados à pesca extrativista.

4.3 PEIXES NATIVOS COMO ALTERNATIVA PARA A CULINÁRIA JAPONESA

A culinária japonesa é diferenciada em seu modo de preparo, seus sabores e sua apresentação, devido a vários fatores, do histórico aos culturais, constituindo-se numa cozinha recheada de ritos e tradições, marcada pela característica da saudabilidade e composta pela tríade: arroz, verduras e proteína animal (fundamentalmente peixes) (KATO et al., 2016).

Segundo Figueiredo (2009), assim como resultado das migrações entre os povos, a gastronomia também é influenciada por diferentes culturas que se fundem, o que chamamos de hibridismo e verificamos na cozinha de fusão que articula novas técnicas com ingredientes tradicionais de uma população. Dessa forma, “a integração de peixes nativos amazônicos a esta culinária, não apenas favoreceria a valorização do ingrediente, preservando suas características de fresco, tão valorizada nesta cozinha, além da promoção do ingrediente local” (KATO et al., 2016, p. 107).

Assim, como forma de substituir ou ter alternativas aos peixes já utilizados na culinária japonesa, como o salmão, que tem elevado custo, foi proposto o desenvolvimento de um cardápio de pratos frios e quentes utilizando peixes cultivados nativos da região amazônica que foram preparados com técnicas da culinária japonesa. Para isso, foi utilizado a manta e o lombo do pirarucu e a costela de tambaqui, a partir de novos cortes, na preparação de quatro preparações que foram usadas para o teste da análise sensorial e da intenção de compras dos consumidores (KATO et al., 2016).

Portanto, verificou-se que com esses testes boa aceitação e intenção de compra por parte dos consumidores. O preparo de peixes nativos, principalmente da Amazônia, utilizando técnicas da culinária japonesa reforça a conhecida versatilidade dos ingredientes do bioma amazônico e da localidade, como alternativa aos restaurantes japoneses que poderão ter neste emergente ingrediente mais outra fonte de inspiração, sabores e inovação para seus cardápios. Essa interface ou cozinha de fusão não apenas cria novas oportunidades de mercado para o peixe nativo como também fornece mais uma alternativa aos empreendimentos do ramo que atualmente são altamente dependentes da flutuação de preços de peixes importados fazendo com que o *ticket* médio desses estabelecimentos seja sempre classificado como elevado (KATO et al., 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que nessas estratégias de substituição de produtos globais por locais, como ocorre com os peixes nativos, novas hibridizações na gastronomia vêm sendo criadas, a partir de novos produtos (CMS na alimentação escolar e nova matéria-prima para enlatamentos para a indústria de conservas) e novos cortes (culinária japonesa e outras internacionais), acarretando em novas identidades culturais e formas de consumo.

Por isso, a importância de iniciativas como da Embrapa e demais órgãos de inovação em continuar pesquisando e desenvolvendo tecnologias para os peixes nativos, a fim de oferecer alternativas a diversos setores de alimentos e bebidas do Brasil, dos mercados institucionais à alta gastronomia, que ofereçam qualidade a um preço bem mais competitivo.

É necessário também que esta inovação englobe os técnicos da extensão rural que necessitam estar capacitados, a fim de garantir aos produtores o acesso a informações de potenciais mercados para a sua devida inserção, garantindo a exploração de recursos ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente justo, buscando em novas intervenções formas de proporcionar ao produtor (principalmente os pequenos) abordagens cada vez mais vantajosas de agregação de valor na cadeia produtiva da piscicultura.

6 REFERÊNCIAS

ABRANDH - Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos. **Relatório de pesquisa:** Agricultura familiar, alimentação escolar e a realização do direito humano à alimentação adequada. Brasília, 2012.

ANTUNES, S. A. **Processamento, parâmetros de qualidade e espécies de atuns e bonitos no desenvolvimento da indústria de enlatamento de pescado no Brasil.** Brasília, DF: SUDEPE, 1984.

BOSCOLO, W. R.; FEIDEN, A.; MALUF, M. L. F.; VEIT, J. C. **Peixe na merenda escolar:** educar e formar novos consumidores. Toledo: GFM, Gráfica & Editora, 2009.

BOTELHO, A. Geografia dos sabores: ensaio sobre a dinâmica da cozinha brasileira. **Revista Textos do Brasil.** ed. n. 13 - Sabores do Brasil, p. 61-69, 2008.

BURGER, J. Fishing, fish consumption, and awareness about warnings in a university community in central New Jersey in 2007, and comparisons with 2004. **Environmental Research**, New York, v. 108, p. 107-116, 2008.

BRASIL. **Resolução FNDE/CD/Nº 32/2006.** Estabelecer normas para execução do PNAE, 2006.

BRASIL. **Resolução FNDE Nº38/2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, 2009.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2ª. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2014/novembro/05/Guia-Alimentar-para-a-pop-brasiliera-Miolo-PDF-Internet.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

CARVALHO, N. F.; OLIVEIRA, M. L. R.; FONSECA, B. C. De pescadores artesanais a piscicultores: a mudança nos meios de vida entre os pescadores atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica do Funil. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 24, n. 1, p. 79-99, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/12411>.

CERETTA, C. C.; SANTOS, N. R. Z. O papel da extensão rural e a abordagem do turismo junto as pequenas propriedades rurais. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 20, n. 2, p. 7-29, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/6678>.

CERGOLA, M. C.; DIAS NETO, J. Plano de Gestão para o Uso Sustentável da Sardinha-verdadeira do Brasil. In: CERGOLA, M. C.; DIAS NETO, J. (Orgs). **Série Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros**. Brasília-DF: Ibama, 2011.

CHICRALA, P. C. M. S.; SANTOS, V. R. V.; SOUSA, D. N.; LUIZ, D. B.; FREITAS, D. G. C.; PARANHOS, A. B. Enlatamento de matrinxã (*Brycon Amazonicus*): descrição do processo na indústria. **Série Embrapa**, v. 1, p. 1-24, 2015.

FAOSTAT. **Evolução do consumo de pescado per capita no Brasil**. 2016. Disponível em <<http://faostat.fao.org/beta/en/#data/CL/visualize>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

FIGUEIREDO, F. B. **Patrimônio imaterial e turismo**: a cultura gastronômica do agnolini. 141 f. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios 2008**: síntese dos indicadores. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

IOM - INSTITUTE OF MEDICINE. **Dietary reference intakes**: applications in dietary planning. Washington, DC: National Academies Press, 2002.

KATO, H. C. A.; DA SILVA MACIEL, E.; QUARESMA F. R. P.; FREITAS, A. A. Acceptance of Dishes based on Mechanically Separated Meat of Tambaqui (*Colossoma macropomum*) in a Public School, Brazil. **Food Science and Nutrition Technology**, v. 2, n. 1, 2017.

KATO, H. C. A.; FREITAS, A. A. Panorama of the aquaculture expansion and the fish consumption in Brazil. **Journal of Fisheries Sciences.com**, v. 9, n. 3, p. 80-83, 2015.

KATO, H. C. A.; OLIVEIRA, L. S.; MACIEL, E. S.; FREITAS, A. A. A cozinha de fusão encontra o rio: peixes nativos amazônicos como alternativa para a culinária japonesa. **Applied Tourism**, v. 1, n. 2, p. 97-114, 2016.

MACIEL, M. E.; CASTRO, H. C. A comida boa para pensar: sobre práticas, gostos e sistemas alimentares a partir de um olhar socioantropológico. **Demetra**, v. 8, p. 321-328, 2013.

MACIEL, E. S.; VASCONCELOS, J. S.; SONATI, J. G.; SVAAY-DA-SILVA, L. K.; GALVÃO, J. A.; OETTERER, M. Perfil dos voluntários de universidade brasileira a respeito do consumo de pescado. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 60-70, 2012.

MENASCHE, R.; MACIEL, M. Alimentação e cultura, identidade e cidadania. **Revista Democracia Viva**. Especial Segurança Alimentar nº 16. Rio de Janeiro: Ibase; mai./jun., v. 3, n. 7, 2003.

MINOZZO, M. G.; HARACEMIV, S. M. C.; WASZCZYNSKYI, N. Perfil dos consumidores de pescado de São Paulo (SP), Toledo (PR) e Curitiba (PR) no Brasil. **Revista Alimentação Humana**, v. 14, n. 3, p. 133-14, 2008.

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura. **Mapeamento da inclusão do pescado na alimentação escolar**. Brasília: MPA, 2012. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:xAckzGOuXxQJ:www.fnd e.gov.br/arquivos/category/116-alimentacao-escolar%3Fdownload%3D8692:nota-tecnica-n-04-2013-inclusao-de-pescado-na-alimentacao-escolar+%amp;cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

OLIVEIRA, L. S.; KATO, H. C. A. Considerações sobre o Turismo Gastronômico na Amazônia: o caso do roteiro gastronômico Expedição Amazônia no estado do Pará. **Caderno de Estudos e Pesquisa em Turismo**, v. 4, n. 4, p. 121-138, 2015.

PLOEG, J. D. The Food Crisis, Industrialized Farming and the Imperial Regime. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, n. 1, p. 98-106, 2010.

PORTILHO, F.; BARBOSA, L. A adesão à causa rural e da agricultura familiar por consumidores e seus movimentos organizados. In: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Construção de mercados para a agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, v. 1, p. 251-273.

POULAIN, JP. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. Florianópolis: UFSC, 2004.

REED, M.; COURTNEY, P.; URQUHART, J.; ROSS, N. Beyond fish as commodities: Understanding the socio-cultural role of in shore fisheries in England. **Marine Policy**, v. 37, p. 62-68, 2013.

SA, N. N. B.; MOURA, E. C. Fatores associados à carga de doenças da síndrome metabólica entre adultos brasileiros. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 9, p. 1853-1862, set. 2010.

SANTOS, V. R. V.; FREITAS, D. G. C.; CHICRALA, P. C. M. S.; SOUSA, D. N.; LUIZ, D. B. A matrinxã como alternativa para enlatamento: avaliação da aceitação e da intenção de compra. **Série Embrapa**, v. 1, p. 1-24, 2015.

SILVA, C. D. M.; PIRES, C. R. F.; SOUSA, D. N.; CHICRALA, P. C. M. S.; SANTOS, V. R. V. Avaliação sensorial de matrinxã (*brycon amazonicus*) enlatada com cobertura de óleo vegetal. **Journal of bioenergy and food Science (JBFS)**, v. 3, n. 3, p.149-160, 2016.

SOFIA. **The state of world fisheries and aquaculture**. FAO: Roma, 2016. Disponível em: <<http://www.fao.org/fishery/sofia/en>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SONATI, J.; VILARTA, R. Novos padrões alimentares e as relações com os domínios da qualidade de vida e saúde. In: VILARTA, R. (Org.). **Novos padrões alimentares e as relações com os domínios da qualidade de vida e saúde**. Campinas: IPES, 2010. p. 85-91.

SOUSA, D. N. Os estudos de extensão pesqueira nos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, p. 32-51, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/9092>.

SOUSA, D. N.; CHICRALA, P. C. M. S.; SANTOS, V. R. V. Prospecção de espécies de peixes nativos como alternativas ao uso da sardinha-verdadeira. In: IX Congresso Latino Americano de Sociologia Rural - ALASRU, 2014, Cidade do México. **Anais...**, 2014.

SOUSA, D. N.; ALMEIDA, H. C. G.; MILAGRES, C. S. F.; NIEDERLE, P. A. Transferência de tecnologia e estratégias de comercialização do pescado da agricultura familiar para a alimentação escolar: a experiência da Embrapa no estado do Tocantins. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 2016, Maceió. **Anais ...**, 2016.

SOUSA, D. N.; CHARAO-MARQUES, F.; KATO, H. C. A. Novo programa, novos atores: inovação e agroecologia na agricultura familiar do Tocantins. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 24, p. 44-62, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/27765>.

TACON, A. G. J.; METIAN, M. Fish matters: importance of aquatic foods in human nutrition and global food supply. **Reviews in Fisheries Science**, v. 21, n. 1, p. 22-38, 2013.

ZANETI, T. B. **Das panelas das nossas avós aos restaurantes de Alta Gastronomia**: os processos sociais de valorização de produtos agroalimentares tradicionais. 182 f. Mestrado em Agronegócios. Universidade de Brasília. Brasília/DF, 2012.

ZUIN, L. F. S.; ZUIN, P. B. Produção de alimentos tradicionais contribuindo para o desenvolvimento local/regional e dos pequenos produtores rurais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 1, 2008.

WILKINSON, J. Fish: A Global Value Chain Driven on the Rocks. **Sociologia Ruralis**, v. 46, p. 139-154, 2006.

PRODUTOR RURAL FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE A ADESÃO AOS CONTROLES DE CUSTOS NA CIDADE DE LONDRINA-PR

Kelli Juliane Favato¹
Daniel Ramos Nogueira²

RESUMO

A produção rural familiar representa aproximadamente 70% dos alimentos consumidos no Brasil, tendo relevância para a economia nacional. Pesquisas recentes apontam que uma pequena parcela dos produtores rurais utiliza controles de custos no processo de tomada de decisão, mesmo sendo esta uma ferramenta essencial para a gestão da propriedade. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo investigar a adesão aos controles de custos por produtores familiares da cidade de Londrina-PR. Cabe ressaltar, que a região tem forte vínculo com o agronegócio e a sobrevivência deste tipo de produtor é importante para a sustentabilidade e economia regional. O levantamento de dados foi realizado por meio de formulários na feira do produtor rural, sendo este, um programa municipal de incentivo para os produtores rurais familiares. Resultados evidenciam que os produtores fazem controles de custos considerados básicos, no entanto, não os utilizam no processo de tomada de decisão e formação do preço de venda. Verifica-se que um pequeno número de produtores criou estratégias para diminuir os custos diante da atual retração econômica.

Palavras-chave: agronegócio, contabilidade de custos, custos, produtor rural familiar.

RURAL FAMILY PRODUCER: A STUDY ON THE ACCEPTANCE OF COST CONTROLS IN THE CITY OF LONDRINA-PR

ABSTRACT

Rural family production is of great relevance to the national economy, accounting for approximately 70% of the food consumption in Brazil. Recent research indicates that a small portion of rural producers use cost controls in the decision-making process, even though this is an essential tool for the property management. Thus, the present research aims to investigate the acceptance of cost controls by rural family producers in the city of Londrina-PR. It should be noted that the region has a strong connection with agribusiness and the survival of this type of producer is important for the

¹ Graduada em Ciências Contábeis (UEL). Mestranda em Ciências Contábeis (UEM). E-mail: kelli.favato@gmail.com.

² Graduado em Ciências Contábeis (UEL). Mestre em Contabilidade (UFPR). Doutor em Controladoria e Contabilidade (FEA-USP). Docente Adjunto do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: danielrnog@hotmail.com.

regional sustainability and economy. Data was collected through forms at the rural producer fair, which is a municipal incentive program for rural family producers. The results show that the producers' cost controls are considered basic, however, they do not use them in the decision-making process and for the sales pricings. It is noted that that a small number of producers have created strategies to reduce costs because of the current economic recession.

Keywords: agribusiness, costs accounting, costs, rural family producer.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos o segmento rural foi aprimorado com novas técnicas e tecnologias de mecanização, adubação e controle de pragas, aumentando dessa forma os recursos, como também, os custos para plantação e cultivo. Atualmente, a atividade é relevante para a economia nacional representando 23% do PIB brasileiro, no ano de 2014 (PORTAL PLANALTO, 2015). Saliencia-se que parte dessa contribuição é oriunda da produção rural familiar, responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil (PORTAL BRASIL, 2015).

Diante da relevância da agricultura familiar para o segmento rural, o governo tem promovido diversas políticas de desenvolvimento para este setor, incluindo créditos de financiamentos, tal como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo este um projeto de apoio para a comercialização dos alimentos cultivados. No entanto, o atual cenário econômico contempla instabilidades, gerando uma retração econômica, na qual até mesmo o setor Agropecuário que conseguiu em 2015 manter o seu PIB positivo, em 2016 arcou com taxas negativas de geração de riqueza, acompanhando a recessão nacional (IBGE, 2016).

Com este cenário negativo, há uma perspectiva de piora para a maioria dos setores da economia nacional, suscitando dos gestores um processo mais sistêmico de monitoramento dos custos e recursos da entidade, visando sua sobrevivência no mercado. Nota-se a necessidade de encontrar meios para diminuir o impacto negativo dos labirintos criados pela economia, principalmente para o pequeno produtor familiar, que tem menor domínio de tecnologia e fontes para captação de recursos quando comparado a recursos de entidades maiores.

Conforme Santos, Marion e Segatti (2008, p. 23) “a agricultura será tão mais próspera quanto maior for o domínio que o homem venha a ter sobre o processo de produção, que se obterá na medida do conhecimento acerca das técnicas de execução e gerência”. Neste contexto, a contabilidade de custos voltada para área do agronegócio exerce um papel relevante, como uma ferramenta para gerenciar e controlar as etapas de plantio, cultivo e comercialização dos produtos.

Ressalta-se, que a contabilidade de custos é pouco utilizada pelos produtores rurais para a tomada de decisões (ZANIN et al., 2014). Segundo Santos e Callado (2000) os gestores rurais têm conhecimento da Contabilidade Rural, mas ainda não têm compreensão da importância que a Contabilidade de Custos exerce para o controle e tomada de decisão no seu negócio.

Considerando a relevância do Produtor Rural Familiar e a Contabilidade de Custos aplicada a este segmento, a presente investigação é norteadada pela seguinte questão de pesquisa: “Qual a adesão aos controles da contabilidade de custos por produtores rurais familiares da cidade de Londrina-PR?”. Assim, o objetivo principal

é investigar a adesão aos controles da contabilidade de custos por produtores rurais familiares da cidade de Londrina-PR.

A produção agrícola familiar tem relevância social e atualmente contempla grande visibilidade, tanto nacional, como também no âmbito internacional, de forma que governantes buscam incentivar e aprimorar o setor, por meio de programas de incentivos fiscais, financiamentos e negociações comerciais. Esta temática ainda é pouco explorada na literatura contábil, assim diante a esta lacuna de pesquisa e a importância social e econômica, a pesquisa justifica-se perante a necessidade de verificar a utilização da contabilidade de custos e controles de custos para a atividade da agricultura familiar.

O artigo é dividido em mais quatro seções além desta introdução, sendo que no próximo tópico será abordada a Revisão de Literatura sobre os conceitos utilizados. Em seguida, o capítulo de Aspectos Metodológicos detalhará o percorrer científico no processo de planejamento e coleta de dados. A Análise dos dados demonstrará os resultados e suas interpretações, e, por fim, as considerações finais apresentarão os achados da investigação, apontarão limitações e sugestões para futuras pesquisas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura será estruturada em quatro tópicos, sendo eles: Agricultura Familiar, Contabilidade Aplicada ao Agronegócio, Gestão de Custos no Agronegócio e, por fim, Pesquisas Relacionadas.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil o modelo produtivo agropecuário adotado foi implantado na década de 1960, com uma ação conjunta do ensino, pesquisa e extensão (sindicatos, entre outros) (OLIVEIRA et al., 2017). Contudo, em meados de 1980 iniciou-se um processo de construção da categoria agricultura familiar, enquanto modelo de agricultura e como identidade política de grupos de agricultores. Esse processo decorre da, até então, invisibilidade socioeconômica e política da agricultura familiar (PICOLOTTO, 2014).

A agricultura familiar representa um conjunto de sistemas de produção que agregam diversas culturas e criação de animais, tanto para o consumo familiar quanto para o mercado (SANTOS; SIEBER; FALCÃO, 2014). O fator peculiar do setor está na sua composição, que engloba sujeitos, esses homens, mulheres, jovens e idosos que formam um grupo familiar que vive e trabalha na agricultura (PICOLOTTO, 2014).

Regulamentada pela Lei nº 11.326 de julho de 2006, é definida por desenvolver atividades econômicas no meio rural, desde que a propriedade contemple os quatro requisitos básicos, sendo eles: deter até quatro módulos fiscais, predominar a mão de obra familiar, possuir percentual mínimo da renda familiar com origem nas atividades da propriedade e, a família deve gerir o negócio (BRASIL, 2006).

Para Guanziroli, Buainain e Di Sabbato (2012), pode-se observar subcategorias na literatura da agricultura familiar: (i) uma que possui tamanho suficiente para desenvolver uma agricultura moderna, empresarial, com escala de produção e, nesse sentido, pode se apropriar dos ganhos gerados pelas principais cadeias do agronegócio (complexo soja, fruticultura, laticínios etc.). Outra (ii) que se restringe a participar das cadeias de produtos alimentares, contribuindo também com o aumento na participação no Valor Bruto da Produção. E, (iii) o grupo de

subsistência, mais parecidos com os camponeses do que com os anteriormente descritos.

Quanto ao terceiro grupo, a agricultura camponesa, Fernandes e Salamoni (2015) inferem que esta subcategoria agrega uma parcela significativa da população rural, do qual ultrapassa o paradoxo das imposições do sistema capitalista. Estabelecendo um “duplo processo de autonomia-subordinação camponesa, materializado em formas específicas de trabalhar a terra com os meios de produção disponíveis” (FERNANDES; SALAMONI, 2015, p. 165).

No cenário nacional, o governo tem promovido a criação de políticas estratégicas (como o PAA), para o fortalecimento desse setor, tais como: combate à pobreza rural, segurança e soberania alimentar, sustentabilidade dos sistemas de produção, sustentabilidade na geração de renda e agregação de valor. Com essas, o Estado pretende fortalecer a agricultura brasileira, através de estímulos, afim de incentivar a comercialização deste mercado (BRASIL, 2011).

No contexto internacional, governo e organizações estão voltados para o desenvolvimento da produção familiar no campo, de forma a desenvolver estratégias para o setor, com o intuito de proporcionar maior visibilidade do potencial que esses agricultores têm para erradicar a fome, preservar recursos do meio ambiente e ajudar para o desenvolvimento sustentável, assim, o ano de 2014 foi definido pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2013) como o ano internacional da agricultura familiar.

Segundo Buainain e Silveira (2013, p. 2):

A preocupação legítima com a agricultura familiar tem custos e demanda investimentos públicos [...] em programas de capacitação em gestão da produção e de negócios (empreendedorismo no campo); no apoio às formas de organização que melhor aproveitam suas vantagens em explorar novos mercados de produtos e serviços, agrícolas e não agrícolas; e na provisão de recursos para formação de capacidade produtiva.

Diante do exposto, ressalta-se a importância de criar um paralelo entre o plantio e a capacidade técnica de gerir a produção, uma vez que, o desenvolvimento da agricultura familiar está ligado com o profundo conhecimento nos custos de produção e cultivo, visando assim manter a continuidade e prosperidade do negócio.

2.2 CONTABILIDADE APLICADA AO AGRONEGÓCIO

Marion (2012, p. 2) define que as “empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas”. Ainda segundo o autor, “a contabilidade de ativos biológicos abrange tudo aquilo que nasce, cresce e morre, desde as culturas temporárias e permanente até os animais, rebanhos de reprodução e corte” (MARION, 2012, p. 33).

A contabilização dos ativos biológicos é normatizada pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) no IAS 41 – *Agriculture*, no Brasil correlacionado com o CPC 29 – Ativo biológico e Produto Agrícola, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, 2009). Essa norma estabelece as premissas para Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação dos ativos biológicos nas demonstrações contábeis.

A contabilidade é um recurso para controle que permite aos usuários acompanhar diretamente a produção da empresa. Sendo esse gerenciamento, principalmente quando aplicado a custos, essencial para acompanhar o avanço no que tange a produtividade rural (HALL et al., 2008).

Os controles contáveis estão diretamente relacionados ao *agribusiness*, na medida em que, abrangem aos meios de controle, apuração de custos, determinação de preço e fornecimento de informação para tomada de decisão, fortalecendo dessa forma, a cadeia agroindustrial (GRATERON, 1996).

Para Hofer et al. (2011, p. 32) a contabilidade rural “auxilia sobremaneira na geração de informações para o planejamento e o controle das atividades e, por consequência, na sua estrutura”.

Para que a contabilidade possa expressar com relevância a informação contábil é necessário que o sistema de gestão de custos funcione adequadamente. Ciente dessa importância, apresenta-se no próximo tópico sobre a Gestão de Custos no Agronegócio.

2.3 GESTÃO DE CUSTOS NO AGRONEGÓCIO

A Contabilidade de Custos engloba todos os elementos gastos na produção, em aspecto de caracterização, seu principal intuito é a avaliação de estoques e mensuração do lucro. Dentre suas especificações, preocupa-se com os controles dos custos, sendo inclusive um dos seus objetivos comparar o planejado com o realizado. Seguindo a vertente, a Contabilidade de Custos é voltada para a tomada de decisão, da qual indagam respostas como quais produtos são os mais rentáveis, qual item é recomendado comprar de terceiros ou manter a produção própria, entre outros (SANTOS; MARION; SEGATTI, 2008).

Esta mesma contabilidade de custos que historicamente serve as atividades comerciais e industriais também pode ser aplicada as atividades rurais, contribuindo assim para que o produtor rural possa conhecer e controlar seus custos de produção.

Callado e Callado (1999, p. 1), no que se refere a custos rurais, defendem que “possuem características próprias, obedecendo a natureza da atividade econômica específica em exploração”, com isso, não existe um procedimento padrão de aplicação da contabilidade de custos a todas as atividades agropecuárias, sendo que cada atividade pode ter demandas diferentes, como controles de custos de matéria-prima, insumos de produção e depreciações diferentes de acordo com o tipo de cultivo.

Para Marion (2012, p. 141) “conhecer o custo real de cada lote ou do rebanho a qualquer momento é uma informação imprescindível à gerência, não só para se apurar a rentabilidade após a venda, mas também (o que é mais importante) para determinar o ponto ótimo de venda”. Controlar os custos durante o período de produção é importante, assim como também, vender no momento adequado, considerando as oscilações de preço do mercado, fatos estes que podem ser cruciais para uma rentabilidade satisfatória.

2.4 PESQUISAS RELACIONADAS

É notória a dimensão que o segmento rural proporciona para economia brasileira, pesquisas recentes abordam a importância da contabilidade para mensurar a riqueza natural no agronegócio, como também, um alicerce estratégico para identificar falhas no processo.

Barbalho (2005) objetiva contribuir com a contabilidade rural (dando ênfase na pecuária), considerando que o uso adequado de dados contábeis propicia vantagens competitivas ao empreendedor. Na pesquisa, o autor procura demonstrar a importância da contabilidade e os subsídios que a mesma oferece por meio de seus relatórios. A metodologia aplicada foi a pesquisa de campo exploratória nos escritórios contábeis da cidade de Nova Andradina-MS, o que proporcionou verificar que os pecuaristas pouco utilizam as informações contábeis para a tomada de decisão e o papel dos escritórios contábeis tem sido apenas de um facilitador para diminuir o impacto tributário no negócio. O Autor ressalta a importância do contabilista e o gestor de aproximarem ideias, visto que a missão de ambos é a continuidade do empreendimento agropecuário.

Da mesma forma, pesquisando público relacionado com agronegócio na Espanha, Bosch, Aliberch e Blandón (2012, p. 127) encontraram que os “produtores rurais geralmente viam os procedimentos contábeis como desnecessários, e úteis somente para finalidades tributárias”, tais quais os produtores brasileiros. Nota-se que a mensuração de custos da contabilidade rural permeia algumas limitações, devido ao fato da mesma estar associada apenas às suas finalidades fiscais.

Callado e Callado (2003) consideram que os custos devem ser desenvolvidos de forma específica para cada negócio. A pesquisa exploratória de custos no processo de tomada de decisão em empresas rurais foi realizada no estado do Ceará com agroindústrias processadoras de rapa de mandioca, através de questionários. Os autores coletaram informações quanto à avaliação de custos em diversos procedimentos, tais como: grau de ocupação da capacidade instalada, custos na determinação do preço de vendas, avaliação de matérias-primas, entre outros. A pesquisa permitiu aos autores evidenciar que os custos são utilizados como parâmetros para tomada de decisão, no entanto, o baixo nível de escolaridade e baixo conhecimento técnico, limitam o desenvolvimento de procedimentos mais completos e a consequência disto é falta precisão na apuração e no controle, o que compromete a qualidade da informação disponibilizada para o gestor agroindustrial.

Visando analisar a percepção dos gestores rurais, sobre a contabilidade como instrumento de apoio ao negócio, Kruger et al. (2014) identificaram as principais características do uso das técnicas contábeis em propriedades rurais. A pesquisa descritiva, por meio de um levantamento no Município de Erval Grande-RS, aplicada por questionários a produtores rurais, proporcionou verificar que existe uma baixa percepção pelos produtores quanto a importância contábil para suporte no processo de gestão de negócios.

O estado de Santa Catarina é referência por sua produtividade rural em determinados segmentos, o estudo realizado por Zanin et al. (2014) teve por objetivo identificar as fragilidades da estrutura e gestão das propriedades rurais do oeste de Santa Catarina. A metodologia utilizada foi a coleta dos dados, através da aplicação de questionários, com proprietários rurais dos municípios de Quilombo, Coronel Freitas e Cordilheira Alta. O resultado da pesquisa evidenciou a carência no uso de informações contábeis por produtores rurais, devido ao fato da maioria não utilizar os relatórios gerenciais para analisar custos do seu negócio. Os autores ressaltam que existe uma fragilidade para o processo de continuidade das propriedades rurais do oeste de Santa Catarina.

Walker (2014), em seu estudo “*Drought, Resettlement and Accounting*” (Seca, Restabelecimento e Contabilidade), abordou o desastre natural da seca que atingiu o território americano na década de 30 e tratou da importância contábil para a reestruturação dos produtores rurais. Diante da calamidade nacional, o governo criou projetos de reassentamentos para as famílias rurais afetadas, deslocando-as para terras mais produtivas e menos áridas. A pesquisa tem como base o *Red River*

Valley Farms Project, instituído na Dakota do Norte, considerando que os registros de planejamento e orçamento das famílias eram obrigatórios, Walker (2014) considera que os registros contábeis dos produtores rurais contribuíram para o sucesso de realocação das famílias, de forma que o governo pôde monitorar o progresso nos novos estabelecimentos rurais como também identificar onde era necessária mais atenção. Segundo Walker (2014, p. 3), a contabilidade teve papel de “[...] uma chave tecnológica facilitadora na fase de recuperação de um desastre”.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Com base na metodologia é possível ter maior confiabilidade das informações obtidas, e no decorrer desta fase, deverá ser definido critérios para elaboração do artigo, tais como onde, como e com quem (LAKATOS; MARCONI, 2003). Assim, por meio de um planejamento sistêmico a pesquisa terá alicerces conceituais para que alcance os objetivos propostos.

Quanto a classificação metodológica, pode-se classificar a pesquisa como Descritiva e Qualitativa. No que se refere ao método descritivo, Rampazzo (2002, p. 53) detalha que “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis), sem manipulá-los”. O mesmo autor (2002, p. 53) considera que o método descritivo busca “[...] descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e sua conexão com outros, sua natureza e suas características”.

Seguindo esta linha de raciocínio, o presente estudo busca verificar se os produtores familiares têm controles de custos e se os utilizam no processo de tomada de decisão.

O procedimento de coleta de dados inicialmente estabelecido foi o questionário e as questões utilizadas foram baseadas na literatura já existente (BARBALHO, 2005; KRUGER et al., 2014). Assim, objetivando adequar as questões de forma que o respondente tenha compreensão e clareza do que se indagava, optou-se por realizar um pré-teste com feirantes (produtores familiares) com as mesmas características da posterior amostra, porém de um município vizinho.

No pré-teste foi possível observar algumas dificuldades, tais como: o respondente relacionar o contexto da contabilidade de custos ao cotidiano da plantação, nesse ponto foi perceptível o pouco conhecimento com terminologias de gestão de negócio e a dificuldade de assimilar individualmente na leitura o contexto devido à baixa escolaridade.

Outro aspecto levantado no pré-teste está no produtor familiar manter atenção e concentração para responder, pois o questionário foi preenchido concomitantemente com o atendimento aos clientes na feira e realizar em outro período inviabilizaria a pesquisa diante a dificuldade de localizar esses produtores.

Mediante essas percepções no pré-teste, o questionário foi adaptado para formulário objetivando otimizar o procedimento de coleta de dados e adequar terminologias mais acessíveis para o produtor. As perguntas readequadas permaneceram com base nas pesquisas existentes (BARBALHO, 2005; KRUGER et al., 2014).

Após a definição do uso do formulário a coleta de dados foi realizada nas duas feiras que participam no Programa Municipal do Produtor Rural de Londrina-PR, enquadrado na Lei Federal do Produtor Rural Familiar. O local está situado em duas regiões, uma localizada na área central e a outra na zona norte da cidade. A coleta de dados ocorreu em três domingos entre os meses de Dezembro/2015 e Janeiro/2016, no período da manhã entre as 07:00 às 11:30 horas.

Neste formato, no momento da coleta, o respondente não detinha em mãos o formulário, sendo perguntas e respostas procedidas através do diálogo. O formulário elaborado contemplava 21 questões fechadas objetivas (questões dicotômicas e múltipla escolha) e uma questão aberta, que possibilita ao respondente ter maior liberdade para expressar sua opinião. A técnica empregada propiciou extrair algumas perspectivas na fala do respondente.

A ordem do questionário foi estabelecida em quatro etapas: informações sobre o respondente; informações sobre a propriedade; gestão do negócio e, por fim, informações sobre a gestão de custos do negócio. Salienta-se a importância das duas primeiras etapas no processo de identificação dos requisitos para ser um produtor familiar rural. Por último, foi ofertado um curso de contabilidade de custos em parceria com a Universidade, visando retorno social da pesquisa.

A população selecionada abrange os produtores familiares cadastrados no programa feira do produtor da Prefeitura do Município de Londrina-PR. Programa este que é regulamentado pela Lei Municipal nº 7.288, de 22 de dezembro de 1997. Para a escolha da amostra foi levado em consideração alguns pontos, sendo eles: cidade de grande influência para a sua região metropolitana, região possui forte vínculo com o cultivo agrícola e, o programa municipal da feira do produtor, considerando que neste são permitidos apenas produtores rurais cadastrados na prefeitura, regulamentados e que comercializem os produtos por meio da nota fiscal.

Quanto à abrangência, a população da pesquisa era de 47 produtores familiares e o número de respondentes foi de 22 produtores (47%). O número de entrevistados menor que a população justifica-se devido ao fato de alguns produtores recusarem a responder e outros não estarem presentes nos dias em que foi realizada a coleta de dados.

Os dados coletados foram analisados utilizando-se de estatística descritiva com uso do Microsoft Excel®.

4 ANÁLISE DOS DADOS

O presente tópico tem o intuito de demonstrar os resultados obtidos com a coleta de dados realizada junto aos produtores rurais familiares, de forma a agrupar e evidenciar características da população, partindo da aplicação do método descritivo.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

No que se refere ao perfil dos produtores foi possível aferir que 72% dos respondentes atuam no campo por mais de 20 anos, 50% cursaram até o ensino fundamental e 50% o ensino médio, sendo que um deles cursou ensino (médio) técnico em contabilidade. A produção predominante é de Hortaliças e Verduras com 62% e as produções em escala secundária são de milho e feijão. Enquadra-se os respondentes, conforme tópico 2.1 proposto por Guanziroli, Buainain e Di Sabbato (2012) na subcategoria de produtor rural familiar do grupo de subsistência, próximos aos camponeses.

Ressalta-se que foram aplicadas quatro questões para averiguar se os produtores cadastrados no programa de produtor rural de Londrina estão enquadrados na Lei federal nº 11.326 de julho de 2006, do produtor familiar. Assim, foi investigado se as propriedades tinham até quatro módulos fiscais (que no município de Londrina representa limite de 48 hectares), se há predominância da mão de obra familiar, o percentual mínimo da renda familiar com origem nas atividades da propriedade e, por fim, se a família é quem dirige o negócio. Após

analisadas as respostas pode-se inferir que todos os pesquisados estavam de acordo com as normas estabelecidas pela referida lei.

4.2 CONTROLES DE CUSTO

A primeira questão tinha o objetivo de verificar se os feirantes possuíam conhecimento dos custos no cultivo de cada espécie da propriedade. Conforme pode-se verificar (Tabela 1) a maioria dos respondentes confirmaram conhecer os custos de cada espécie. Salienta-se a importância em conhecer o real custo de cada elemento que compõe a produção total da propriedade, uma vez que esta informação estabelece diretrizes para formação de preço, entre outras variáveis.

Tabela 1 - Custo de cada espécie

Conhecimento	Frequência	%
Sim	17	77
Não	5	23
Total	22	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Ato contínuo, questionou-se a existência de algum tipo de controle sistematizado destes custos. Com os dados da Tabela 2 é possível evidenciar que as respostas se mantiveram em percentuais constantes com a Tabela 1. Contudo, 2 dos 17 produtores que declararam possuir conhecimento no custo de cultivo, não possuem nenhum controle dos custos mensais. Ao mesmo passo que, 2 dos 5 produtores, que na tabela anterior declararam não conhecer os custos, possuem anotações de controle em cadernos.

Durante a coleta de dados dialogada com base no formulário foi possível inferir que o produtor rural familiar relata ter conhecimento nos custos de plantação devido a sua experiência no campo. Algumas falas corroboram nesse sentido, devido a atividade ser praticada hereditariamente e, a plantação e cultivo serem cíclicos, aliados ao fato das pequenas propriedades não terem métodos de mecanização modernos, logo não há grande variação além da econômica.

Tabela 2 - Controles de custos

Métodos	Frequência	%
Desconhece	5	23
Anota em caderno	17	77
Contador entrega o controle	-	-
Planilha de Excel	-	-
Sistema informatizado	-	-
Total	22	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a Tabela 3, pode-se verificar que a maioria (54%) dos produtores comercializa as mercadorias de acordo com os preços definidos com base na margem de lucro esperada, diante disso, ressalta-se a importância em manter os controles de custos atualizados, com dados confiáveis para ter informação suficiente para formulação do preço de venda.

No entanto, verifica-se como expressivo (46%) o percentual de produtores que definem o preço de venda de acordo com o mercado, nesse caso em específico o conceito de mercado para esse público alvo são os comércios de lojas, mercados, supermercados e hipermercados da cidade. Assim, é importante destacar que há um risco de os preços destes estabelecimentos (supermercados etc.) serem inferiores

ao valor necessário para se obter lucro com a produtividade, reforçando assim a necessidade premente de um controle de custos apurado.

Vale ressaltar a particularidade da atividade quando a comercialização é realizada nas feiras, tendo em vista um fator cultural do consumidor solicitar descontos diretos no produto ou comprar um alimento e ganhar outro de brinde. Essas estratégias foram relatadas como uma forma de competir com os mercados e manter um preço atrativo. Além dessa estratégia, foi apontado a competitividade na própria feira, no qual os produtores relataram manter um preço próximo entre as bancas que trabalham com a mesma qualidade de produto.

Tabela 3 - Definição do preço de venda

Métodos	Frequência	%
Oferecido por cooperativas	-	-
Informado por sindicatos	-	-
Oferecido pelo mercado	10	46
Definido pelo produtor	12	54
Total	22	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 4 evidencia que os produtores não detêm conhecimento em contabilidade de custos (54%). Contudo, há um pequeno percentual de produtores que possuem conhecimento suficiente ou razoável. Os dois produtores que assinalaram possuir conhecimento razoável em contabilidade de custos utilizam esses conhecimentos frequentemente nas decisões sobre cultivo e venda de produtos da propriedade.

O produtor que analisou ter conhecimento suficiente, autodeclara utilizar os dados das suas anotações em cadernos e seus conhecimentos de contabilidade de custos em todas as análises pertinentes as decisões do negócio. Este último, tem formação de técnico contábil, permitindo assimilar a importância do conhecimento técnico para as tomadas de decisões.

Tabela 4 - Conhecimento em contabilidade de custos

Nível	Frequência	%
Nenhum	12	54
Insuficiente	7	31
Razoável	2	8
Suficiente	1	5
Total	22	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Cientes do baixo nível de conhecimento de Contabilidade de Custos (Tabela 4), mas que havia algum tipo de controle dos custos em cadernos (Tabela 2), questionou-se sobre como é o processo de tomada de decisão dos produtores familiares (Tabela 5). Apenas 31% toma decisão utilizando as anotações realizadas nos cadernos. Os resultados indicam que em grande parte o processo decisório é guiado pelo conhecimento adquirido no decorrer dos anos atuando na atividade. Para Fernandes e Salamoni (2015), o fator hereditário marca um fator expressivo da família camponesa, que é o coletivismo interno de tomar as decisões diante eventos já vividos com base na experiência.

Tabela 5 - Tomada de decisões

Bases	Frequência	%
Conhecimento do produtor	15	69
Demonstrações contábeis	-	-
Anotações feitas pelos próprios empresários	7	31
Total	22	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Em complemento, a coleta de dados permitiu inferir que 54% dos entrevistados separam as despesas de casa das despesas com o cultivo, contra 46% dos produtores que não separam as despesas. Salienta-se a importância desta separação, para que o produtor saiba exatamente qual a lucratividade da atividade.

Pode-se perceber também que dos entrevistados, 70% não realizam contabilidade, referente ao restante da amostra 15% da contabilidade é realizada em escritórios e 15% por contador autônomo. Os 30% que realizam contabilidade (com escritório ou contador autônomo), acreditam que a mesma tem a finalidade apenas de prestar contas ao fisco. Resultados estes semelhantes aos obtidos em outra pesquisa no Brasil (BARBALHO, 2005) e no Exterior (BOSCH; ALIBERCH; BLANDÓN, 2012).

Ainda com a coleta de dados verificou-se que 62% dos produtores rurais familiares cadastrados na feira do produtor de Londrina-PR, estão satisfeitos com o negócio e a rentabilidade no mercado, 15% representam o número de insatisfeitos e 23% consideram-se nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a produção no campo.

Destaca-se que 15% dos entrevistados participaram de cursos/treinamentos para aperfeiçoamento no campo, e, do total de entrevistados, nenhum realizou treinamentos ou cursos na área de gestão de negócios. Também não houve adeptos ao curso ofertado pelos pesquisadores em parceria com a Universidade, isso devido ao fato de alegarem que não é viável ir até o campus Universitário.

Posição esta que corrobora com o estudo realizado na região de Londrina-PR de Oliveira et al. (2017), pois os autores inferem que a relação entre a academia e os produtores familiares deve ser prioritária e permanente, pois o desenvolvimento da agricultura familiar vai de encontro aos interesses de setores do agronegócio como um todo.

Quando questionados se diante da elevação de preços de materiais como energia elétrica, água, insumos, entre outros, houve alguma medida para conter os custos de produção, 30% responderam que sim, sendo que a principal iniciativa foi a contenção nos gastos com água.

Cabe mencionar, após a análise dos dados, que há semelhanças nos resultados que esta pesquisa abrange, com pesquisas anteriores realizadas em outras regiões do País, tais como, a dissertação realizada por Barbalho (2005) em Nova Andradina-MS, centro-oeste brasileiro, que destaca como pequena a representatividade de pecuaristas que utilizam as informações contábeis para a tomada de decisão.

Partindo para a pesquisa de Callado e Callado (2003), no Ceará (nordeste brasileiro), reconhece a utilização de custos como meio de tomada de decisão, no entanto, faz um paralelo com o nível de escolaridade e baixo conhecimento técnico para apuração destes que geram falta de precisão para apuração. Essa semelhança pode ser evidenciada na presente pesquisa, devido nenhum dos produtores terem cursos para capacitação de gestão.

Ainda referente à semelhança entre regiões, a pesquisa de Kruger et al. (2014) realizada no estado do Rio Grande do Sul, destaca a baixa percepção em relação à contabilidade para auxílio na gestão do negócio. Zanin et al. (2014),

permanecendo na região sul brasileira, no estado de Santa Catarina, ressaltam que a maioria dos produtores não utilizam relatórios para analisar os custos dos negócios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal proposto nesta pesquisa foi de investigar a adesão aos controles de custos por produtores familiares da cidade de Londrina-PR. Com a análise dos formulários aplicados é possível evidenciar que a maioria possui controles por meio de anotações em cadernos, porém pouco se utiliza as anotações para tomadas de decisões no cultivo e comercialização dos alimentos. Pode-se complementar que a utilização dos recursos de custo é considerada básica, não havendo uma separação mais detalhada ou relatórios mais apurados da lucratividade por produto ou linha de produção.

Diante dos resultados analisados é possível concluir, que existe uma fragilidade no que tange os controles e principalmente no uso de ferramentas de custos, considerando que a maioria dos entrevistados faz anotações, porém estas são simples, quando comparada com as usuais na contabilidade. Além disso, os produtores não as levam em consideração para a tomada de decisão, sendo que estas poderiam auxiliar nas contenções e reduções de gastos perante a atual retração no mercado. Ainda que a característica dos respondentes seja a atividade rural voltada as estruturas camponesas, os controles de sua atividade podem melhorar a sua produtividade.

Um fator importante resultante da pesquisa é aferir o pequeno número de feirantes que realizaram cursos para melhoria da produção (conforme destacado no capítulo anterior, apenas 15% participou de cursos/treinamentos), o município fornece o curso de manipulação de alimentos para produtores que plantam determinados espécies, no entanto, durante a aplicação dos questionários houve críticas quanto à metodologia do curso. Outro fator relevante, ainda na temática de cursos, é poder constatar que nenhum dos produtores realizou cursos de gestão ou custos dos negócios, alegando que aprenderam a gestão com antecessores.

A revisão de literatura estendeu-se a diversas regiões, constatando-se que é uma praxe dos produtores rurais, familiares ou não, não utilizar controles de custos para o plantio, colheita e comercialização, enfraquecendo assim, o conhecimento do próprio negócio. Ressalta-se que o controle de custos é uma das ferramentas pouco utilizada pelos empreendedores rurais, porém, cabe uma conscientização de que com os custos evidenciados é possível fornecer informações que serão base na tomada de decisões no decorrer do cultivo, assim como também, de determinar o melhor preço para comercialização.

Com o intuito de retribuir o tempo disponibilizado pelos respondentes e considerando o papel de formador social de uma Universidade, foi proposta a realização de um curso de controle de custos para os produtores familiares, no entanto, os produtores alegaram não ter tempo hábil para se deslocarem da propriedade para a Universidade. Dessa forma, optou-se por elaborar uma cartilha didática com conceitos de contabilidade de custos aplicadas especificamente ao cultivo e comercialização de alimentos, sendo disponibilizada à Secretaria de Agricultura de Londrina-PR para distribuição na feira do Produtor Rural.

Como já exposto, o segmento rural familiar é relevante para o PIB nacional e a resposta do Governo para os produtores é positiva, na medida em que estão abrindo caminhos com incentivos à produção. Contudo nessa pesquisa, notou-se uma fragilidade de gestão sistêmica para o produtor familiar, ao mesmo tempo entende-se as limitações tecnológicas do campo, assim o sistêmico aqui referido é

para controles históricos ainda que manuais. Entende-se como responsabilidade dos produtores rurais terem maior conhecimento dessas medidas para utilizá-las no campo, ao mesmo passo, que compete aos órgãos públicos informarem de forma transparente tais medidas à população.

Sugere-se aos órgãos públicos locais que proporcionem maior incentivo aos produtores, no que se refere às temáticas de gestão do negócio, controle de custos, contabilidade gerencial, visto que as mesmas são importantes para o resultado final.

Os resultados da pesquisa devem ser analisados considerando algumas limitações, tais como, número de respondentes reduzido e em apenas um município.

Sabendo da vasta extensão territorial agrícola e a relevância do produtor rural familiar, espera-se que a temática possa ser investigada em futuros trabalhos, abrangendo um número maior na amostra, assim como também, outros programas de incentivo do Governo para o produtor rural familiar. Além disso, sugere-se comparação com os produtores familiares de outros países, visto que em outros continentes os produtores familiares também apresentam relevância social e econômica (YE; PAN, 2016).

6 REFERÊNCIAS

BARBALHO, V. F. **A utilização das informações contábeis na tomada de decisão pelos gestores do negócio pecuária bovina de corte, na região de Nova Andradina, MS.** 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) - Centro Universitário Álvares Penteado, São Paulo-SP, 2005.

BOSCH, J. M. A.; ALIBERCH, A. S.; BLANDÓN, J. G. A comparative study of difficulties in accounting preparation and judgement in agriculture using fair value and historical cost for biological assets valuation. **Revista de Contabilidad**, v. 15, n. 1, p. 109-142, 2012.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 30 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. institui o programa de apoio à conservação ambiental e o programa de fomento às atividades produtivas rurais; altera as Leis n. 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm#art33>. Acesso em: 03 dez. 2016.

BUAINAIN, A. M.; SILVEIRA, J. M. Agricultura familiar e tecnologia no Brasil. **Jornal da Unicamp**, Campinas, Ano XVII, nº 217, Junho/2013. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/217pag02.pdf>. Acesso em: 30 Ago. 2015.

CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A. L. C. Custos: Um desafio para a gestão no Agronegócio. In: Congresso Brasileiro de Custos, VI, 1999, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABCustos, 1999. p. 1-12.

CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A. L. C. Custos no processo de tomada de decisão em empresas rurais. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 6, n. 1, p. 55-77, 2003.

CERVO, A.; BERVIAN, P. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento CPC 29:** ativo biológico e produto agrícola. 2009. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/324_CPC_29_rev%2008.pdf>. Acesso em: 05 Ago. 2017.

FERNANDES, S.; SALAMONI, G. C. O Sistema da Agricultura Familiar Camponesa: Um Estudo no Distrito de Santa Teresinha, Palmeira das Missões. **Sociedade e Território**, v. 27, p. 149-167, 2015.

GRATERON, I. R. G. Contabilidade de animais difíceis de ser inventariados. In: MARION, J.C. (Org.). **Contabilidade e Controladoria em Agribusiness**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 351-370, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320032012000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 jan. 2018.

HALL, R. J.; FERREIRA, A. M. S.; AZEVEDO, A. P.; CARNIEL, C.; BACARJI, A. G.; BRYK, G. R. Gestão de custo das empresas rurais produtoras de grãos. In: Congresso UFSC Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade, 2º, 2008, Florianópolis-SC. **Anais...** Florianópolis-SC: UFSC, 2008. p. 1-12.

HOFER, E.; PACHECO, V.; SOUZA, A.; PROTIL, R. M. A relevância do controle contábil para o desenvolvimento do agronegócio em pequenas e médias propriedades rurais. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 3, n. 1, p. 27-42, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores IBGE:** contas nacionais trimestrais indicadores de volume e valores correntes. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201603caderno.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2016.

KRUGER, S. D.; GLUSTAK, E. F.; MAZZIONI, S.; ZANIN, A. A contabilidade como instrumento de gestão dos estabelecimentos rurais. **Reunir – Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 134-153, 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, J. C. **Contabilidade Rural**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, E. C.; SOUZA, J. R. P.; FONSECA, E. P.; DIAS, F. M. V.; OLIVEIRA, D. L. Projeto Campo Fácil - UEL: Assistência Técnica e Difusão de Tecnologia aos Agricultores Familiares do Município de Londrina – PR. **Extensão Rural**, Santa Maria v. 24, n. 1, jan./mar. 2017, p. 120-129, 2017.

ONU. **ONU lança ano internacional da agricultura familiar como indicador para redução da fome e da pobreza**. 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=46566#.VjNzlfmrTIU>>. Acesso em: 25 Ago. 2015.

PICOLOTTO, E. L. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 63-84, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 jan. 2018.

PORTAL BRASIL. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

PORTAL PLANALTO. **Responsável por 23% do PIB, plano safra impulsiona agropecuária**. 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/06/responsavel-por-23-do-pib-plano-safra-impulsiona-agropecuaria>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. São Paulo: Loyola, 2002.

SANTOS, C. C. M.; CALLADO A. A. C. Gestão de custos nas empresas do setor avícola. In: Congresso Brasileiro de Custos, VII, 2000, Recife-PE. **Anais...** Recife-PE: ABCustos, 2000.

SANTOS, J.; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de custos na agropecuária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, I. A.; SIEBER, S. S.; FALCON, D. R. Piscicultura de Base Familiar como Estratégia para o Desenvolvimento Rural: Experiências no Estado de Pernambuco. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, n. 1, jan./mar., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/8620>.

WALKER S. Drought, resettlement and accounting. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 25, n. 7, p. 604-619, 2014.

YE, J.; PAN, L. **Concepts and realities of family farming: in Asia and the Pacific**. Working paper number 139. Published by the Food and Agriculture Organization of the United Nations and the International Policy Centre for Inclusive Growth of the United Nations Development Programme. April, 2016. Disponível em: <<http://www.fao.org/publications/card/en/c/12460b63-b241-451c-8e6d-47aff1403a80/>>. Acesso em: 2 dez. 2016.

ZANIN, A.; OENNING, V.; TRES, N.; KRUGER, S. D.; GUBIANI, C.; Gestão das Propriedades Rurais do Oeste de Santa Catarina: As Fragilidades da Estrutura Organizacional e a Necessidade do Uso de Controles Contábeis. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 13, n. 40, p. 09-19, 2014.

NORMAS PARA PREPARAÇÃO DE TRABALHOS PARA PUBLICAÇÃO NA EXTENSÃO RURAL

FOCO E ESCOPO

O periódico **Extensão Rural** é uma publicação científica do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às áreas de extensão rural, administração rural, desenvolvimento rural, economia rural e sociologia rural. São publicados textos em português, espanhol ou inglês.

Os manuscritos devem ser enviados pelo site da revista: (<http://periodicos.ufsm.br/extensaorural/>), necessitando para isso que o autor se cadastre e obtenha seu login de acesso. A submissão deve obedecer aos passos descritos em “iniciar nova submissão”.

Momentaneamente o periódico Extensão Rural não cobra taxas de tramitação e de publicação.

EDIÇÃO DAS SUBMISSÕES

Os trabalhos devem ser encaminhados via eletrônica no site da revista, seguindo as orientações disponíveis.

Nas abas “sobre a revista > submissões” existe um tutorial em formato PDF para auxiliar os autores nas primeiras submissões.

O arquivo precisa estar na forma de editor de texto, com extensão “.doc” ou “.docx”, com o nome dos autores excluídos do arquivo, inclusive apenas nos metadados da submissão.

CONFIGURAÇÃO DE PÁGINAS

O trabalho deverá ser digitado em página tamanho personalizado, com dimensões de 17 x 24 cm com fonte Arial 9 pt, espaçamento simples, com margens normais com largura interna 2,5 cm, externa 2,5 cm, inferior e superior 2,5 cm.

As figuras, os quadros e as tabelas devem ser apresentados no corpo do texto, digitadas preferencialmente na mesma fonte do texto, ou com tamanho menor, se necessário. Esses elementos não poderão ultrapassar as margens e também não poderão ser apresentados em orientação “paisagem”.

As figuras devem ser editadas em preto e branco, ou em tons de cinza, quando se tratarem de gráficos ou imagens. As tabelas não devem apresentar formatação especial.

ESTRUTURAS RECOMENDADAS

Recomenda-se que os artigos científicos contenham os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract* (ou *resumen*), *keywords* (ou *palabras clave*), introdução ou justificativa ou referencial teórico, métodos, resultados e discussão, conclusões ou considerações finais, referências bibliográficas. Ao final da introdução ou da justificativa o objetivo do trabalho precisa estar escrito de forma clara, mas sem destaque em negrito ou itálico.

Agradecimentos e pareceres dos comitês de ética e biossegurança (quando pertinentes) deverão estar presentes depois das conclusões e antes das referências.

Para as revisões bibliográficas se recomenda os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract*, *keywords*, introdução ou justificativa, desenvolvimento ou revisão bibliográfica, considerações finais, referências bibliográficas e agradecimentos (quando pertinentes).

TÍTULOS

Os títulos nos dois idiomas do artigo devem ser digitados em caixa alta, em negrito e centralizados, com até 20 palavras cada. Se a pesquisa for financiada, deve-se apresentar nota de rodapé com a referência à instituição provedora dos recursos.

AUTORES

A Extensão Rural aceita até cinco autores, que devem ser incluídos nos metadados. Não use abreviaturas de prenomes ou sobrenomes.

RESUMOS, RESUMEN E ABSTRACTS

O trabalho deve conter um resumo em português, mais um abstract em inglês. Se o trabalho for em espanhol, deve conter um *resumen* inicial mais um resumo em português e, se o trabalho for em inglês, deve conter um *abstract* mais um resumo em português.

Estas estruturas devem ter no máximo 1.200 caracteres, contendo o problema de pesquisa, o objetivo do trabalho, algumas informações sobre o método (em caso de artigos científicos), os resultados mais relevantes e as conclusões mais significativas.

As traduções dos resumos devem ser feitas por pessoa habilitada, com conhecimento do idioma. Evite traduções literais ou o auxílio de *softwares*.

Devem ser seguidos por palavras-chave (*keywords* ou *palabras clave*), escritas em ordem alfabética, não contidas nos títulos, em número de até cinco.

MÉTODO

O método deve ser descrito de forma sucinta, clara e informativa. Os métodos estatísticos, quando usados, precisam ser descritos e devidamente justificada a sua escolha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados devem embasar as discussões do artigo e estar embasados na literatura já existente, quando pertinente, devidamente citada e referenciada. Evite discussão de resultados irrelevantes e mantenha o seu foco nos objetivos do trabalho.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

É facultado aos autores escolherem entre conclusões ou considerações finais. Porém são proposições diferentes. As conclusões devem ser diretas,

objetivas e atender aos propósitos iniciais (objetivos) do trabalho. Não devem ser a reapresentação dos resultados. As considerações finais podem ser mais extensas que as conclusões e podem recomendar novas pesquisas naquele campo de estudo. Não precisam ser tão finalísticas como as conclusões e são recomendadas para pesquisas que requerem interpretações em continuidade.

ORIENTAÇÕES GERAIS DE GRAFIAS

Os autores possuem padrões de grafia distintos e, lamentavelmente, alguns artigos precisam ser devolvidos aos autores por falta de adequações de grafia, conforme as orientações técnicas da língua portuguesa, inglesa e espanhola. Assim, são relembradas algumas normas e orientações nesse sentido:

- Evite o uso demorado de abreviaturas, exceto quando se repetirem muitas vezes no texto. Nesse caso, cite na primeira vez que usá-la o seu significado;
- Evite usar números arábicos com mais de uma palavra no texto, exceto quando seguidos de unidades de medida. Exemplos:

Prefira

... três agentes foram...
... quarenta produtores foram...
... 21 agentes foram...
... colheu 3 kg de peras...
...corresponde a 2,3 m...

Evite

... 3 agentes foram...
... 40 produtores foram...
... vinte e um agentes foram...
... colheu três quilos de peras...
... corresponde a 2,3 metros...

- Cuide a padronização das unidades de medida. Geralmente são em letra minúscula, no singular, sem ponto e escritas com um espaço entre o número e a unidade (correto 4 g e não 4g, 4 gs ou 4 gs.), exceto para percentagem (correto 1,1% e não 1,1 %). Outros exemplos:

Unidade

Quilograma
Metro
Litro
Hectare
Tonelada
Rotações por minuto

Certo

kg
m
l
ha
t
rpm

Errado

Kg; Kgs.; KG; quilos
M; mt; Mt
L; lt; Lt
Ha; Hec; H; h
T; Ton; ton
RPM; Rpm; r.p.m.

- Lembre-se que na língua portuguesa e espanhola as casas decimais são separadas por vírgulas e na língua inglesa por ponto. Exemplos: o a colheita foi de 5,1%; *lacosechafué de 5,1%*; *theharvestwas 5.1%*.

TÓPICOS

Os tópicos devem ser digitados em caixa alta, negrito e alinhados a esquerda. Devem ser precedidos e seguidos de um espaço vertical. Subtítulos dentro dos tópicos devem ser evitados, exceto quando forem imprescindíveis à redação e organização dos temas, (neste caso use caixa alta e alinhado a esquerda).

Os tópicos dos artigos devem ser numerados. Recomenda-se a numeração em revisões que possuam mais de quatro assuntos distintos na discussão. Nesse caso devem ser usadas numerações conforme o exemplo abaixo:

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. A REGIÃO DE IBITINGA

Estudos realizados na região estudada mostram que...

3.2. OS HORTIGRANJEIROS E A AGRICULTURA FAMILIAR

Alguns autores mostram que os hortigranjeiros...

Descrever o título em português e inglês (caso o artigo seja em português) ou inglês e português (caso o artigo seja em inglês) ou espanhol e português (caso o artigo seja em espanhol). O título deverá ser digitado em caixa alta, com negrito e centralizado. Evitar nomes científicos e abreviaturas no título, exceto siglas que indicam os estados brasileiros.

Use até cinco palavras-chave / keywords, escritas em ordem alfabética e que não constem no título.

CITAÇÕES

As citações dos autores, no texto, deverão ser feitas seguindo as normas da ABNT (NBR 6023/2000). Alguns exemplos são mostrados a seguir:

Citações indiretas (transcritas)

a) Devem ser feitas com caixa baixa se forem no corpo do texto.

Exemplo um autor: ... os resultados obtidos por Silva (2006) mostram...; Exemplo dois autores: ... os resultados obtidos por Silva e Nogueira (2006) mostram...; Exemplo mais de dois autores: ... os resultados obtidos por Silva et al. (2006) mostram...;

b) Devem ser feitas com caixa alta se forem no final do texto.

Exemplo um autor: ... independente da unidade de produção (SILVA, 2006).; Exemplo dois autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA, 2006).; Exemplo três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA; SOUZA, 2006).; Exemplo mais de três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA et al., 2006).;

Citações diretas

Conforme norma da ABNT, se ultrapassarem quatro linhas, devem ser recuadas a 4 cm da margem em fonte menor (Arial 8 pt), destacadas por um espaço vertical anterior e outro posterior à citação. Exemplo:

...porque aí a gente “tava” no dia de campo de São Bento e aí foi onde nós tivemos mais certeza do jeito certo de fazer a horta. Depois disso os agricultores aqui de Vila Joana começaram a plantar, conforme aprenderam no dia de campo.(agricultor da Família Silva).

Citações diretas com menos de quatro linhas, devem ser apresentadas no corpo do texto, entre aspas, seguido da citação. Exemplo: “...os dias de campo de

São Bento ensinaram os agricultores de Vila Joana a plantar corretamente (MENDES, 2006)”.
b.1. Citação de livro:

REFERÊNCIAS

As referências bibliográficas também devem ser efetuadas no estilo ABNT (NBR 6023/2000). A seguir são mostrados alguns exemplos. As dúvidas não contempladas nas situações abaixo podem ser sanadas acessando o link <http://w3.ufsm.br/biblioteca/> clicando sobre o botão MDT.

b.1. Citação de livro:

SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com um autor**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.2. Capítulo de livro:

PRESTES, H.N. A citação de um capítulo de livro. In: OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.3. Artigos publicados em periódicos:

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. A citação de artigos publicados em periódicos. **Extensão Rural**, v.19, n.1, p.23-34, 2012.

b.4. Trabalhos publicados em anais:

GRAÇA, M.R. et al. Citação de artigos publicados em anais com mais de três autores. In: JORNADA DE PESQUISA DA UFSM, 1., 1992, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria : Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, 1992. p.236.

b.5. Teses ou dissertações:

PEREIRA, M.C. **Exemplo de citação de tese ou dissertação**. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

b.6. Boletim:

ROSA, G.I. **O cultivo de hortigranjeiros**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1992. 20p. (Boletim Técnico, 12).

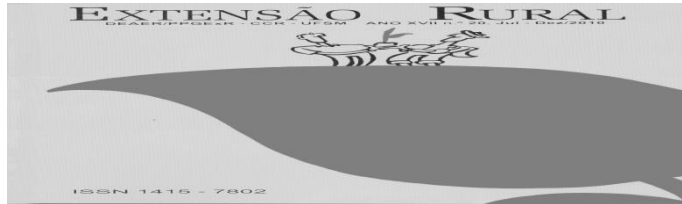
b.7. Documentos eletrônicos:

MOURA, O.M. **Desenvolvimento rural na região da Quarta Colônia**. Disponível em: <http://www.exemplos.net.br>. Acessado em 20 ago. 2012.

FIGURAS

Os desenhos, gráficos, esquemas e fotografias devem ser nominados como figuras e terão o número de ordem em algarismos arábicos, com apresentação logo após a primeira citação no texto. Devem ser apresentadas com título inferior, em negrito, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Figura 1 – Capa alongada da revista em tons de cinza.



Fonte: Autor (2016)

As figuras devem ser feitas em editor gráfico sempre em qualidade máxima.

TABELAS E QUADROS

É imprescindível que todas as tabelas e quadros sejam digitados segundo menu do Microsoft® Word “Inserir Tabela”, em células distintas (não serão aceitas tabelas com valores separados pelo recurso ENTER ou coladas como figura). Tabelas e quadros enviados fora de normas serão devolvidas para adequação.

Devem ser numeradas sequencialmente em algarismos arábicos, com numeração independente entre figuras, quadros e tabelas e apresentadas logo após a chamada no texto. Prefira títulos curtos e informativos, evitando a descrição das variáveis constantes no corpo da tabela ou quadro.

Quadros não-originais devem conter, após o título, a fonte de onde foram extraídas, que deve ser referenciada.

As unidades, a fonte (Arial 9 pt) e o corpo das letras em todas as figuras devem ser padronizados.

Quadros e tabelas não devem exceder uma lauda. Não deverão ter texto em fonte destacada com negrito ou sublinhado, exceto a primeira linha e o título. Este deverá ser em negrito, com formatação idêntica ao título das figuras, porém com localização acima da tabela ou quadro, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Tabela 1 – Exemplo de tabela a ser usado na revista Extensão Rural.

Item	Tabela	Quadro
Bordas laterais	Abertas	Fechadas
Dados	Preferencialmente da pesquisa	Preferencialmente da revisão
Conteúdo	Números	Texto
Rodapé*	Fonte arial8 pt	Geralmente não há
Bordas internas	Não há	Há
Alinhamento	Números alinhados à direita	Texto alinhado à esquerda, sem justificar/hifenizar
Exemplos	12,3 4,5 6.789,1 123,0	O texto do quadro deve ser alinhado à esquerda sem justificar ou hifenizar

* exemplo de rodapé.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Use o tutorial e a lista de verificação (*checklist*) para auxiliá-lo. A máxima adequação às normas agiliza o trâmite de publicação dos trabalhos, facilita aos pareceristas e melhora o conceito do periódico. Dessa forma, os autores saem beneficiados com a melhora de qualificação dos seus trabalhos.

É obrigatório o cadastro de todos autores nos metadados de submissão. Não serão aceitos pedidos posteriores de inclusão de autores, visto a necessidade de analisar os autores do trabalho para eleição de pareceristas não impedidos.

Excepcionalmente, mediante consulta prévia para a Comissão Editorial outro expediente de submissão de artigo poderá ser utilizado.

Lembre-se que os conceitos e afirmações contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade de todos os autores do trabalho.

Os artigos serão publicados em ordem de aprovação e os artigos não aprovados serão arquivados havendo, no entanto, o encaminhamento de uma justificativa pelo indeferimento.

Em caso de dúvida, consultar artigos de fascículos já publicados ou se dirija à Comissão Editorial, pelo endereço atendimento.extensao.rural@gmail.com.